Carlos Alberto Faraco

lingüística HISTÓRICA

uma introdução ao estudo da história das línguas

edição revista e ampliada

Parábola

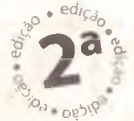
Lingüística histórica fornece ao leitor uma visão panorâmica da disciplina e apresenta a multiplicidade de orientações teóricas existente na interpretação dos fenômenos da mudança das línguas. O livro busca sua singularidade não na listagem e descrição de fenômenos de mudança, mas principalmente na discussão dos fundamentos epistemológicos das diversas orientações teóricas que dão vida à disciplina.

Os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando. Parece que, como falantes, construímos uma imagem da nossa língua que repousa antes na sensação de permanência do que na sensação de mudança.

Contudo, a realidade empírica central da lingüística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo, porque não constituem realidades estáticas; ao contrário,

19,00

NA PONTA DA LÍNGUA 12



NA PONTA DA LÍNGUA

1. *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*
   Carlos Alberto Faraco [org.], 3ª ed.
2. *Língua materna — letramento, variação e ensino*
   Maruxa Huguo, Michael Stubbs & Gilles Gagné, 3ª ed.
3. *História concisa da lingüística*
   Barbara Weedwood, 4ª ed.
4. *Sociolingüística — uma introdução crítica*
   Louis Jean Calvet, 2ª ed.
5. *História concisa da escrita*
   Charles Higounet, 2ª ed.
6. *Para entender a lingüística — epistemologia elementar de uma disciplina*
   Robert Martin, 3ª ed.
7. *Introdução aos estudos culturais*
   Armand Mattelart, Érik Neveu, 2ª ed.
8. *A pragmática*
   Françoise Armengaud
9. *História concisa da semiótica*
   Anne Hénault
10. *A semântica*
    Irène Tamba-Mecz
11. *Lingüística computacional — teoria & prática*
    Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi
12. *Lingüística histórica — Uma introdução ao estudo da história das línguas*
    Carlos Alberto Faraco, 2ª ed.
13. *Lutar com palavras — coesão e coerência*
    Irandé Antunes, 2ª ed.
14. *Análise do discurso — História e práticas*
    Francine Mazière
15. *Mas o que é mesmo "gramática"?*
    Carlos Franchi
17. *Sua majestade o intérprete: o fascinante mundo da interpretação simultânea*
    Ewandro Magalhães Jr.

Carlos Alberto Faraco

lingüística HISTÓRICA

uma introdução ao estudo da história das línguas

edição revista e ampliada

250102141

Parábola

Editor: *Marcos Marcionilo*

Capa e projeto gráfico: *Andréia Custódio*

Conselho editorial: *Ana Stahl Zilles* [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteagudo [Univ. de Santiago de Compostela]
José Carlos Sebe Bom Meihy [NEHO/USP]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Araújo Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F225L
Faraco, Carlos Alberto, 1950-
Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas / Carlos Alberto Faraco. — São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
(Na ponta da língua ; v. 12)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88456-41-9

1. Lingüística Histórica I. Título. II. Série.

05-2336 CDD 410
CDU 81-112

Direitos reservados à
PARÁBOLA EDITORIAL
Rua Clemente Pereira, 327 - Ipiranga
04216-060 São Paulo, SP
Fone: [11] 6914-4932 | Fax: [11] 6215-2636
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-41-9 (antigo: 85-88456-41-9)

2ª edição: março de 2007

© do texto: Carlos Alberto Faraco
© desta edição: Parábola Editorial, São Paulo, agosto de 2005

Ao querido amigo João Alfredo Dal Bello,

IN MEMORIAM

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS 9
Apresentação 9
A estrutura do livro 10
Linguística histórica não é história da linguística 13

2. A PERCEPÇÃO DA MUDANÇA 14
As línguas mudam com o passar do tempo 14
Alguns exemplos 16
Comentando os exemplos 23
A língua escrita e a mudança 24
A reação dos falantes à mudança e os cuidados do linguista 27
Um dado empírico fundamental: qualquer língua humana é sempre um conjunto de variedades 31
O que pode mudar nas línguas 34
Uma observação terminológica 43

3. CARACTERÍSTICAS DA MUDANÇA 44
A mudança é contínua 44
A mudança é lenta e gradual 46
A periodização da história das línguas 49
A mudança é (relativamente) regular 50
Leis fonéticas e analogia 51
Encaixamento estrutural e social 58
História interna e história externa 59
Só história interna? 60
A mudança emerge da heterogeneidade 67
Conflitos de concepção 70
Causas ou condições? 73
Mudança lingüística: progresso ou degeneração? 75
A mudança é, então, teleológica? 82
Uma avaliação das hipóteses teleológicas 88

4. A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA É UMA DISCIPLINA CIENTÍFICA 91
Diversidade teórica 92

Sincronia e diacronia 94
Lingüística descritiva teórica x linguística histórica 98
Precedência da sincronia 99
A hegemonia dos estudos sincrônicos e o questionamento da dicotomia sincronia/diacronia 100
Concepções de linguagem e orientações teóricas diferentes 102
Selecionando orientações teóricas 105
O ecletismo seria uma saída? 110
Um debate em andamento 112
Uma nota sobre *explicação* em lingüística histórica 113
As três vias 118
Uma palavra sobre o método comparativo 125

5. HISTÓRIA DA NOSSA DISCIPLINA 128
Os grandes períodos da lingüística histórica 129
Um comentário prévio 130
Os primeiros momentos 132
A criação do método comparativo 133
Grimm e o estudo propriamente histórico 134
O caso Rask 136
A criação e o papel da filologia românica 136
A obra de Schleicher 137
Os neogramáticos: um divisor de águas 139
As leis de Verner e Grimm 142
A analogia 143
A obra de Paul 145
Avaliando o movimento neogramático 147
As críticas aos neogramáticos 150
A obra de Schuchardt 151
Meillet: finalmente uma concepção sociológica do falante e da língua 152
O impacto do estruturalismo 155
Uma breve avaliação do impacto do estruturalismo nos estudos diacrônicos 162
O gerativismo em diacronia: o estruturalismo com roupa nova 163
Análises tipológicas 169
Uma breve avaliação do gerativismo e das análises tipológicas 174
Retomando outros caminhos 178
Concluindo nossa viagem histórica 188
Um último exemplo 198
Breve notícia dos estudos históricos no Brasil 201

6. CONCLUINDO 204

Anexo: A FAMÍLIA INDO-EUROPÉIA 207

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 209

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Apresentação

A primeira versão deste livro foi publicada em 1989. Vivíamos, naquela época, um momento de renovado interesse pelos estudos lingüísticos históricos no Brasil, e o livro se apresentava como uma pequena introdução a esse ramo do conhecimento. Seu primeiro público-alvo era, portanto, os estudantes de graduação em letras. Queríamos oferecer-lhes um panorama dos estudos da mudança lingüística visando despertar neles o interesse pela história da(s) língua(s).

Mas o livro se destinava igualmente ao público em geral, a qualquer pessoa interessada por esse fascinante e ainda bastante misterioso fenômeno que é a mudança lingüística. O livro, portanto, estava concebido também como um texto de divulgação científica.

Nesta nova edição revista e ampliada, os objetivos permanecem os mesmos. Preservamos as grandes linhas da primeira versão e, ao mesmo tempo, procuramos revisar o texto, atualizando-o e ampliando-o. Para isso, aproveitamos os comentários e críticas que recebemos de colegas professores, de estudantes e de leitores em geral.

Deixamos aqui registrados nossos agradecimentos a todos os que pontuaram defeitos e lacunas na versão anterior. Agradecemos, em especial, ao colega Marcos Bagno, professor de lingüística da UnB, que, além de críticas e comentários, nos fez a provocação que resultou nesta nova edição. Reiteramos, por fim, nossa gratidão aos colegas Affonso Roble e Cristovão Tezza, que, nos idos de 1988, se dispuseram a ler criticamente o manuscrito da primeira versão. A nenhum deles, obviamente, cabe qualquer responsabilidade pelas lacunas e insuficiências que perduram. Apresentar numa centena de páginas um tema tão vasto e complexo continua a desafiar as limitações do autor.

A estrutura do livro

Introduzir-se numa disciplina científica qualquer significa familiarizar-se com as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores daquela especialidade. Em mais detalhe, significa conhecer os recortes da realidade com os quais eles trabalham e os métodos que utilizam para agir sobre esses recortes, isto é, suas categorias e procedimentos analíticos, incluídos aí os sistemas de argumentação com os quais sustentam suas hipóteses. Em outras palavras, significa conhecer a teia que amarra recortes, métodos e sistemas argumentativos e as grandes opções epistemológicas de partida que os justificam.

Significa também conhecer a história dessa disciplina, isto é, a forma como se deu e se vem dando a sua construção: os pontos de maior consenso da comunidade científica em determinados momentos;

as polêmicas do passado e do presente; as grandes sistematizações teóricas ordenadoras da ação de grupos de estudiosos, e seus respectivos compromissos filosóficos de base; os necessários conflitos entre esses sistemas, as mutações epistemológicas, as renovações de objeto e métodos. Inclui-se aqui também a bibliografia básica: os textos clássicos, os manuais de referência, as fontes de informação.

Em vista disso, distribuímos nossos temas em seis capítulos, procurando, de saída (Capítulo 2), despertar no leitor a percepção da mudança lingüística (nosso objeto de estudo), situando-a no contexto mais amplo da realidade heterogênea de cada uma das línguas humanas.

No Capítulo 3, buscamos caracterizar a mudança lingüística, apontando suas especificidades e destacando algumas das respostas teóricas aos problemas colocados pela variação das línguas no eixo do tempo. Incluímos, nesse capítulo, uma discussão do tema das motivações das mudanças.

O Capítulo 4 aborda a lingüística histórica como disciplina científica, discutindo certas questões gerais sobre a prática científica, em especial a pluralidade teórica e a forma de se situar nela. Fechamos esse capítulo com uma apresentação das três vias do estudo histórico das línguas, expondo alguns aspectos metodológicos de cada uma delas.

Reservamos o Capítulo 5 para fazer uma retrospectiva histórica da gênese e do desenvolvimento da nossa disciplina, procurando caracterizar as diferentes orientações teóricas que têm existido nestes dois séculos de reflexão sistemática sobre a mudança lin-

güística. Incluímos aqui uma apresentação geral dos estudos lingüísticos históricos no Brasil.

No Capítulo 6, apresentamos indicações de caminhos a serem seguidos pelo leitor que deseja ampliar sua iniciação aos estudos históricos das línguas humanas.

Considerando que este é um livro introdutório, procuramos esclarecer no próprio texto o significado dos termos técnicos. Acrescentamos um Anexo com algumas informações sobre a família lingüística indo-européia.

No geral, nosso esforço vai no sentido de fornecer ao leitor uma visão panorâmica da disciplina. Delineamos os temas, buscando apresentar realisticamente a multiplicidade de orientações teóricas existente na interpretação dos fenômenos da mudança das línguas. Nesse sentido, o livro busca sua singularidade não na simples listagem e descrição de fenômenos de mudança (facilmente encontráveis em qualquer manual), mas principalmente na discussão dos fundamentos epistemológicos das diversas orientações teóricas que dão vida à nossa disciplina.

Procuramos fazer isso sem esconder nossas preferências por aquelas orientações de fundamento mais sociológico e antropológico, orientações que procuram estudar as línguas primordialmente como realidades socioculturais, sem ignorar sua realidade estrutural, muito embora, em geral, ainda não disponham de um bom modelo teórico para dar conta deste aspecto crucial.

Se não escondemos nossas preferências, procuramos também não diminuir a relevância das outras orientações teóricas. As discussões epistemológicas críticas que tivemos a pretensão de desenvolver neste

livro apontam, em geral, para questões que desafiam todas as teorias que lidam com a mudança lingüística e não se reduzem apenas a problemas específicos desta ou daquela teoria.

Lingüística histórica não é história da lingüística

As pessoas que se aproximam da lingüística histórica pela primeira vez costumam confundir, de início, duas disciplinas científicas distintas: a história da lingüística e a lingüística histórica.

É importante, então, esclarecer de saída essa questão. Uma coisa é estudar a história de uma ciência, recuperando suas origens e seu desenvolvimento no tempo — é o que se faz na *história da lingüística.* Outra coisa é estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa, atividade específica dos estudiosos de *lingüística histórica.*

Neste livro, estamos envolvidos fundamentalmente com esta segunda disciplina, isto é, com o estudo das mudanças por que passam as línguas humanas no eixo do tempo. Contudo, fazemos também um pouco de história da lingüística, ao apresentar, no Capítulo 5, os momentos mais importantes da construção da lingüística histórica como disciplina científica.

Tal apresentação é, sem dúvida, indispensável num livro como este: dificilmente alguém pode se introduzir com proveito numa disciplina científica sem conhecer suas origens e seu desenvolvimento.

2. A PERCEPÇÃO DA MUDANÇA

As línguas mudam com o passar do tempo

A realidade empírica central da lingüística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da lingüística histórica.

É importante, de início, destacar que a mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural* e *potencial semiótico* das línguas.

Queremos com isso dizer que as línguas estão em movimento, mas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão. Em outras palavras, as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados.

Os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando. Parece que, como falantes, construímos uma imagem da nossa língua

que repousa antes na sensação de permanência do que na sensação de mudança.

Muitas são as razões para se criar uma tal imagem da língua. Entre elas, o próprio fato de que as mudanças lingüísticas, embora ocorrendo continuamente, se dão de forma lenta, o que faz com que só excepcionalmente percebamos esse fluxo histórico no nosso cotidiano de falantes.

Além disso, as mudanças atingem sempre partes e não o todo da língua, o que significa que a história das línguas se vai fazendo num complexo jogo de mutação e permanência, reforçando aquela imagem antes estática do que dinâmica que os falantes têm de sua língua.

Por outro lado, as culturas que operam com a escrita — que é, por suas propriedades, história e funções sociais, uma realidade mais estável e permanente que a língua falada — desenvolvem um padrão de língua que, codificado em gramáticas, cultivado pelos letrados e ensinado pelas escolas, adquire um estatuto de estabilidade e permanência maior do que as outras variedades da língua, funcionando, conseqüentemente, não só como refreador temporário de mudanças, mas principalmente como ponto de referência para a imagem que os falantes constroem da língua.

Há, porém, situações em que os falantes acabam por perceber a existência de mudanças. Isso ocorre quando, por exemplo, os falantes são expostos a textos muito antigos escritos em sua língua; ou convivem mais de perto com falantes bem mais jovens ou bem mais velhos; ou interagem com falantes de classes sociais que têm estado excluídas da experiência

escolar e da cultura escrita, ou que têm pouco acesso a ambas; ou ainda quando escrevem e encontram dificuldades para se adequar a certas estruturas do modelo de língua cultivado socialmente na escrita.

Evidencia-se nessas situações — pelo contraste entre uma imagem que se tem da língua e a realidade — o fato de que a língua passou ou está passando por mudanças. São situações que envolvem manifestações lingüísticas ocorridas em momentos bem claramente distanciados no tempo; ou diferentes gerações convivendo no mesmo momento histórico; ou a ação lingüística de grupos sociais não atingidos mais diretamente pelo policiamento social sobre as formas da língua; ou ainda o relativo conservadorismo da escrita. Elas deixam claro que, no fluxo do tempo, a língua se transforma, isto é, estruturas e palavras que existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer; ou, então, ocorrem modificadas em sua forma, função e/ou significado.

Alguns exemplos

Alguns exemplos com dados do português podem ilustrar essas situações e nos auxiliar a perceber mais concretamente o fato de que as línguas mudam.

Comecemos lendo um texto do século XIII (escrito mais ou menos há 700 anos). Trata-se de uma composição poética conhecida por *tenção*: um poema em forma de diálogo abordando temas satíricos. Seu compositor é o poeta Pedr' Amigo, que é desafiado por Johan Baveca a esclarecer o que é pior — um homem de condição humilde se apaixonar por uma mulher de

origem nobre ou um homem de origem nobre se apaixonar por uma mulher de condição humilde:

I. — Pedr' Amigo, quer' ora ũa ren
saber de vós, se o saber poder:
do rafeç' ome que vai ben querer
mui boa dona, de que nunca ben
atende ja, e o bõo que quer
outrossi ben mui rafece molher,
pero que lh' esta queira fazer ben:
qual d' estes ambos é de peior sen?

II. — Johan Baveca, tod' ome se ten
con mui bon' om', e quero-m' eu teer
logo con el; mais por sen-conhecer,
vos tenh' ora que non sabedes quen
á peor sen; e, pois vo-l' eu disser,
vós vos terredes con qual m' eu tever;
e que sabedes vós, que sei eu quen:
o rafeç' ome é de peior sen.

III. — Pedr' Amigo, des aqui é tençon,
ca me non quer' eu convosc' outorgar!
O rafeç' ome, a que Deus quer dar
entendiment', en algũa sazon,
de querer ben a mui bõa senhor,
este non cuida fazer o peor;
e quen molher rafeç', a gran sazon,
quer ben, non pode fazer se mal non.

IV. — Johan Baveca, fora da razon
sodes que m' antes fostes preguntar:
ca mui bon ome nunca pod' errar
de fazer ben, assi Deus me perdon;

e o refaç' ome que vai seu amor
empregar u desasperado for,
este faz mal, assi, Deus me perdon,
e est' é sandeo e est' outro non.

V. — Pedr' Amigo, rafeç' ome non vi
perder per mui bõa dona servir,
mais vi-lh' o sempre loar e gracir;
e o mui bon ome, pois tem cabo si
molher rafeç' e se non paga d' al,
e, pois el entende o ben e o mal,
e por esto non-na quita de si,
quant' [el] é melhor, tant' erra mais i.

VI. — Johan Baveca, des quand' eu naci,
esto vi sempr' e oí departir
do mui bon ome: de lh' a ben sair
sempr' o que faz; mais creede per mi,
do rafeç' ome que sa comunal
non quer servir e serve senhor tal,
por que o tenhan por leve, por mi,
quant' ela é melhor, tant' erra mais i.

— Pedr' Amigo, esso nada non val,
ca o que ouro serve non al,
[o] dizarento semelha des i;
e parta-s' esta tençon per aqui.

— Johan Baveca, non tenho por mal
de se partir, pois ouro serv' atal
que nunca pode valer mais per i;
e julguen-nos da tençon per aqui.
(transcrito de F. Jensen, 1992, pp. 384-386).

Desconsiderando as diferenças gráficas (lembrar apenas que a grafia portuguesa medieval tinha uma configuração fonética, tendo ocorrido sua fixação na forma atual somente no correr do século XX) e desconsiderando os ajustes que o poeta fez por imposições da métrica, pode-se notar, num rápido levantamento, algumas diferenças substanciais entre a língua de 700 anos atrás e a de hoje. É o caso da ocorrência de itens lexicais e gramaticais que desapareceram do uso corrente: substantivos (*ren, tençon, sen, sazon*), adjetivos (*rafeç', rafece, sandeo*), verbos (*gracir, quita*), conjunções (*ca, pero que*), preposição (*cabo de*), pronomes indefinidos (*atal, al*), relativo (*u*), anafórico (*i*). Note-se, também, que, no português antigo, os substantivos terminados em *-or* eram de dois gêneros (*mui bõa senhor*).

Os dois contendores se tratam por *vós*, pronome e uso (tratamento do interlocutor singular) que desapareceram da língua moderna. As formas verbais correspondentes a *vós* são, portanto, duplamente arcaicas: primeiro, porque aparecem no texto em sua forma pré-clássica (*sabedes, torredes, sodes*) e, segundo, porque hoje não são mais de uso corrente.

Em termos sintáticos, note-se a dupla negação (*esso nada non val*) que, na língua de hoje, só ocorre quando o indefinido negativo vem depois do verbo (*esse não vale nada* ou *esse nada vale*).

Vejamos, agora, um segundo exemplo, contrastando um texto escrito provavelmente no século XIII ou XIV (mais ou menos 600 anos atrás) com uma versão contemporânea dele:

Lenda do Rei Lear

Este rrey Leyr nom ouue filho, mas ouue tres filhas muy fermosas e amaua-as muito. E huum dia ouue sas rrazõoes

com ellas e disse-lhes que lhe dissessem verdade, qual d'ellas o amaua mais. Disse a mayor que nom auia cousa no mundo que tanto amasse como elle; e disse a outra que o amaua tanto como ssy mesma; e disse a terçeira, que era a meor, que o amaua tanto como deue d'amar filha a padre. E elle quis-lhe mall porém, e por esto nom lhe quis dar parte do rreyno. E casou a filha mayor com o duque de Cornoalha, e casou a outra com rrey de Scocia, e nom curou da meor. Mas ela por sa vemtuira casou-se me. lhor que nenhüa das outras, ca se pagou d'ella el-rrey de Framça, e filhou.a por molher. E depois seu padre d'ella em sa velhiçe filharomlhe seus gemrros a terra, e foy mallandamte, e ouue a tornar aa merçee d'ell-rrey de Framça e de sa filha, a meor, a que nom quis dar parte do rreyno. E elles reçeberom-no muy bem e derom-lhe todas as cousas que lhe forom mester, e homrrarom-no mentre foy uiuo; e morreo em seu poder.

(transcrito de Vasconcelos, 1970, pp. 40-41).

Lenda do Rei Lear

Este rei Lear não teve filhos, mas teve três filhas muito formosas e amava-as muito. E um dia teve com elas uma discussão e disse-lhes que lhe dissessem a verdade, qual delas o amava mais. Disse a mais velha que não havia coisa no mundo que amasse tanto como a ele; e disse a outra que o amava tanto como a si mesma; e disse a terceira, que era caçula, que o amava tanto como deve uma filha amar um pai. E ele lhe quis mal por isso, e por isso não lhe quis dar parte no reino. E casou a filha mais velha com o duque da Cornualha, e casou a outra com o rei da Escócia, e não cuidou da caçula. Mas ela por sua sorte casou melhor que as outras, porque se agradou dela o rei da França, e tomou-a por mulher. E depois a seu pai em sua velhice tiraram-lhe os genros a terra, e ficou infeliz, e teve de recorrer à mercê do rei da França e de sua filha, a caçula, a quem não quis dar parte do reino. E eles o receberam muito bem e deram-

> lhe todas as coisas que lhe foram necessárias, e o honraram enquanto foi vivo; e morreu na casa deles.

Novamente, pode-se notar no texto antigo a ocorrência de palavras que não usamos mais *(ca, esto, mentre, mallandamte);* ou que usamos hoje, mas não com o significado com que aparecem no texto *(porém, curou, filhas, pagar-se, poder);* ou que usamos com outra forma *(fermosa, padre, sa, meor).* Além disso, pode-se observar que o artigo definido era um pouco menos freqüente do que é hoje; que palavras que hoje terminam em /-ãw/ terminavam em /-õ/; que dizemos *teve de* e não mais *houve a (ouue a,* na grafia medieval). Vasconcelos (p. 118) observa ainda o fato de proliferar nos textos antigos o uso da conjunção *e* na ligação das frases, o que já não pertence mais aos padrões estilísticos da narrativa atual.

Vemos, assim, que por meio de poucos exemplos podemos perceber que o português, embora mantenha muitas das características correntes no século XIII ou XIV, passou, nestes seis ou sete séculos, por várias mudanças, desde substituições lexicais até alterações estilísticas, conhecendo também alterações sintáticas, sonoras e semânticas.

Mas a percepção das mudanças não se dá apenas pelo contraste entre manifestações lingüísticas afastadas entre si no tempo (o que chamamos de *mudanças em tempo real*). É também possível detectar fenômenos de mudança concentrando nossa atenção no tempo presente (o que chamamos de *mudança em tempo aparente*).

Se contrastarmos o português falado hoje na maioria das regiões brasileiras por pessoas de gerações bem diferentes, vamos observar, por exemplo,

que na fala dos mais idosos (digamos, a geração de mais de 75 anos), o último som de palavras como *mal, papel, lençol* é ainda, muitas vezes, uma consoante lateral, semelhante ao primeiro som de palavras como *lama, leite, lado;* enquanto na fala das outras gerações o último som é a semivogal /w/, idêntica ao último som de palavras como *mau, céu, vendeu.*

Houve aí um processo de mudança sonora que alterou a realização do /l/ em fim de sílaba e cujas formas antiga e nova ainda coexistem, embora a mudança já esteja praticamente consolidada em todo o Brasil, sobrevivendo a forma antiga apenas em algumas variedades regionais ou na fala das gerações mais velhas.

Do mesmo modo, se compararmos a fala de grupos sociais diferentes (digamos, a classe média baixa e a classe média alta), vamos poder observar que a ocorrência da marca de plural /-s/ em todos os elementos de locuções substantivas como *os livros velhos* é mais freqüente entre falantes da classe média alta do que entre aqueles da classe média baixa. Entre estes últimos, é mais freqüente marcar morfologicamente o plural apenas no primeiro elemento: *os livro velho.*

Essa oscilação de freqüência (principalmente quando correlacionada também com outros fatores como o grau de formalidade da situação de fala) costuma ser sinal de mudança em progresso.

Nesse caso específico, trata-se de uma alteração morfossintática, pela qual a marca de pluralidade no interior da locução substantiva está ficando restrita, ao que parece, ao primeiro elemento, desaparecendo nos demais.

Comentando os exemplos

Não é por acaso que essas situações podem levar o falante a perceber, no tempo presente, a ocorrência de mudanças em sua língua. O estudo científico da história das línguas tem mostrado que a implementação das inovações é feita primordialmente pelas gerações mais jovens e pelos grupos socioeconômicos ditos intermediários, classificação que costuma abranger, quando se trata de populações urbanas em sociedades industrializadas, a classe média baixa e o topo da classe operária.

Assim, em situações de mudança, os elementos lingüísticos inovadores ocorrem com freqüência menor na fala das gerações mais velhas e dos grupos socioeconômicos mais privilegiados do que na fala das gerações mais novas e dos grupos socioeconômicos intermediários.

Por isso, tanto o contraste entre a fala de gerações diferentes quanto o contraste entre a fala de grupos socioeconômicos diferenciados — coexistindo todos num mesmo ponto do tempo — podem ser reveladores de processos de mudança lingüística, conforme veremos com mais detalhes no final do Capítulo 5.

Deve ficar claro, por ora, que não é qualquer diferença de fala entre gerações ou entre grupos socioeconômicos que pode estar indicando mudança. Muitas dessas diferenças são apenas variantes características da fala de cada grupo e nada têm a ver, em princípio, com mudança.

Daí se dizer em lingüística histórica que nem toda variação implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, o que significa, em outros ter-

mos, que a língua é uma realidade heterogênea, multifacetada e que as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora de nem todo fato heterogêneo resulte necessariamente mudança.

O que geralmente indica para o pesquisador a possível existência duma mudança em progresso é o surgimento, na distribuição estatística dos dados que correlacionam variantes lingüísticas com grupos socioeconômicos e com grupos etários diferentes, de um padrão curvilíneo (isto é, um uso mais freqüente de uma variante) nos grupos socioeconômicos intermediários e nas gerações mais jovens, em contraste com um padrão linear nos outros grupos socioeconômicos e etários.

Diante de situações que sugerem mudança em progresso no tempo presente, deve o lingüista fazer pesquisas na dimensão do chamado tempo real, isto é, deve levantar dados de diferentes períodos da história da língua em busca de ratificação para sua hipótese de que surpreendeu, de fato, um processo de mudança em andamento (mais detalhes, Capítulo 5).

A língua escrita e a mudança

Outra fonte possível de detecção de eventuais mudanças em progresso é o contraste entre a língua escrita e a língua falada. Isso porque a língua escrita é normalmente mais conservadora que a língua falada e o contraste entre as duas pode nos levar a perceber fenômenos inovadores em expansão na fala e que não entraram na escrita.

Para o falante comum, essa percepção pode se dar quando, tendo de escrever, sente dificuldades

específicas com certas estruturas que, embora correntes já na fala, ainda são inaceitáveis na escrita.

Um exemplo disso são, no português do Brasil, as orações relativas iniciadas por preposição:

O livro *de que mais gostei* foi *Dom Casmurro.*

Elas parecem estar em franco processo de desaparecimento na língua falada, seja em situações espontâneas de interação, seja em situações formais. Nesses casos se diz preferencialmente:

O livro *que mais gostei* foi *Dom Casmurro.*

Apesar disso, as relativas com preposição se mantêm relativamente fortes na língua escrita (cf. Tarallo, 1985, cap. 4; cf., também a discussão deste fenômeno em Bagno 2001b, cap. 3, em que se mostra que a relativa sem preposição já é bastante visível na escrita).

Esse contraste entre a ocorrência forte da relativa sem preposição na língua falada e sua baixa ocorrência na escrita constitui uma dificuldade especial para aqueles que escrevem, dificuldade que pode, então, despertar no falante a percepção de que sua língua está mudando.

Alguns fatores contribuem para esse maior conservadorismo da língua escrita. Primeiro, o próprio fato de a escrita, realizando-se por meio de uma substância mais duradoura que o som, ter uma dimensão de permanência que, em geral, falta à língua falada, o que favorece o exercício do controle social mais intenso sobre ela do que sobre a fala, decorrendo daí a preservação de padrões mais conservadores de linguagem e o conseqüente bloqueio à entrada de formas inovadoras.

Segundo, as atividades escritas estão, em sua maioria, ligadas a contextos sociais marcados de formalidade, e os estudos sociolingüísticos mostram que há uma forte correlação entre situações formais e o uso preferencial de formas lingüísticas mais conservadoras: o falante, para satisfazer às expectativas sociais, procura evitar nesses contextos formas próprias do vernáculo (isto é, da língua falada espontânea).

Assim, inovações comuns na língua falada — já aceitas, muitas vezes, até em situações formais de fala — não são, de imediato, aceitas na escrita, chegando, inclusive, a receber condenação explícita de gramáticos e de outros estudiosos.

Essa situação toda dá ao lingüista preciosas indicações de possíveis processos de mudança (ver, por exemplo, Câmara Jr., 1972b). Além disso, sugere a possibilidade de se estabelecer uma espécie de escala progressiva de implementação das mudanças: elas costumam se desencadear na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários; avançam pela fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica; chegam a situações formais de fala e só então começam a ocorrer na escrita.

Deve ficar claro, nesse ponto, que nem todas as mudanças passam necessariamente por essa escala. Muitas permanecem socialmente estigmatizadas, o que lhes bloqueia o caminho da expansão por outras variedades da língua, deixando-as como marcas identificadoras de variedades sem prestígio social.

Por outro lado, vale lembrar que nem todas as diferenças entre fala e escrita são sinais de mudança; boa parte delas é simplesmente decorrente de carac-

terísticas próprias da oralidade em oposição àquelas próprias da escrita.

Não custa observar, nesse sentido, que o fato de a substância da escrita ser mais duradoura que a da fala permitiu, ao longo da história da escrita, o uso e o desenvolvimento de, por exemplo, recursos sintáticos que não são adequados à substância da fala (por não serem compatíveis com os limites da memória curta, com a qual operamos na fala), como sentenças longas contendo sucessivas intercalações de outras sentenças.

A comparação entre fala e escrita, nesse caso particular, apenas nos revelará especificidades de cada uma das modalidades, não significando que a fala esteja "simplificando" os processos sintáticos, mas que os realiza de maneira diferente.

A reação dos falantes à mudança e os cuidados do lingüista

Neste ponto, é interessante notar que, com bastante freqüência, a primeira reação dos falantes — em especial dos grupos socioeconômicos mais altos e que normalmente não são iniciadores de processos de mudança — às formas inovadoras é negativa. Eles as tacham de "erradas", "incorretas", "impróprias", "feias". Costumam considerá-las como fenômenos de "degradação", "corrupção" da língua. Em geral, a esses julgamentos negativos escapam os aspectos que destacamos anteriormente. Ou seja, que a mudança é uma constante nas línguas e, principalmente, que a mudança não afeta a plenitude estrutural e o potencial semiótico das línguas.

Interessante observar, neste ponto, que os grupos implementadores de mudanças têm geralmente baixo prestígio social e sua fala — inclusive aquilo que nela é inovação — costuma ser valorada de forma negativa pelos grupos mais privilegiados econômica, social e culturalmente. Esses juízos de valor aparentemente alcançam as formas verbais em si. No entanto, como estas, de um ponto de vista estritamente lingüístico, são tão boas quanto quaisquer outras, os juízos de valor recaem, de fato, sobre os falantes em posição estigmatizada.

É com a quebra progressiva desse estigma (isto é, com a mudança de valores correlacionada com mudanças nas relações sociais) que as formas inovadoras vão adquirindo condições de se expandir para outras variedades da língua.

Nesse processo de expansão (e isso é principalmente observável na difusão geográfica das inovações), a forma inovadora já em consolidação em sua área de origem — percebida, por exemplo, pela população de centros urbanos menores como característica de centros de maior prestígio — pode ser adotada como parte de um processo mais amplo de busca de identificação com esses centros de maior prestígio (cf. Chambers & Trudgill, 1980).

Outras vezes, uma comunidade (principalmente quando pequena e com a rede de relações internas bastante firme) pode desencadear um processo de mudança para marcar sua diferença em relação a grupos falantes de outras áreas.

Isso foi observado por William Labov (1927-) — lingüista norte-americano, criador da teoria variacionista quantitativa — na ilha de Martha's Vineyard (costa do Estado de Massachusetts, EUA). A comuni-

dade, constituída basicamente de pescadores e agricultores, viu a ilha invadida por veranistas do continente, o que, de alguma forma, interferiu em padrões tradicionais de vida.

Os falantes locais (em especial aqueles que tinham uma atitude positiva em relação à ilha), numa espécie de reação à presença dos veranistas de fora e como forma de marcar sua identidade como membros da comunidade da ilha, intensificaram um processo de centralização da base dos ditongos /ay/ (como em *pie, pride, time)* e /aw/ (como em *house, out, mouth)*.

Enquanto na década de 1930 os lingüistas que elaboraram o Atlas Lingüístico da Nova Inglaterra registraram naquela área uma centralização da base do ditongo /ay/ somente quando seguido de consoante surda e nenhuma centralização de /aw/, na década de 1960, Labov registrou o /ay/ centralizado em todas as suas ocorrências e o /aw/ apresentando vários graus de centralização. Além disso, Labov mostrou a existência de uma clara correlação entre uma atitude positiva com a ilha e a pronúncia centralizada dos ditongos: os jovens, por exemplo, com plano de deixar a ilha centralizavam menos que aqueles que planejavam permanecer (ver, para detalhes, Labov, 1972).

Vemos, assim, que a mudança lingüística está envolvida por um complexo jogo de valores sociais que podem bloquear, retardar ou acelerar sua expansão de uma para outra variedade da língua (mais detalhes no Capítulo 5).

Em razão disso, uma das dimensões que tem sido desenvolvida, em lingüística histórica, pela teoria variacionista (sociolingüística quantitativa) é uma

metodologia para apreender cientificamente, como parte do estudo da variação e da mudança, os valores que uma comunidade atribui às diferentes variedades da língua.

Quem se inicia em lingüística histórica, porém, tem uma tarefa anterior: como qualquer cientista social, precisa estar particularmente atento para evitar transferir juízos de valor do senso comum para o trabalho de descrição e de interpretação dos fenômenos lingüísticos (em especial quando se trata de realidades de sua própria língua), porque esses juízos não têm, na maioria das vezes, base empírica e não passam de enunciados preconceituosos.

Como veremos no Capítulo 4, a ciência — embora não esteja, como prática cultural que é, livre do jogo social de valores — tem, como fundamento, um compromisso forte com os dados empíricos. Assim, faz parte da formação para a ciência o desenvolvimento de uma atitude intelectual capaz de separar claramente os fatos dos valores de senso comum que recaem sobre eles.

Embora, de início, não seja nada fácil observar sem pré-julgar, o estudante tem de se acostumar a submeter à crítica rigorosa e permanente os juízos sociais sobre a língua, procurando se livrar dos preconceitos e respaldando sempre suas próprias afirmações com dados empíricos.

Em lingüística, uma das maneiras de começar a fazer isso é acostumar-se a olhar a língua como uma realidade heterogênea, buscando compreender as bases dessa heterogeneidade, porque é justamente a variedade da língua no espaço geográfico, na estrutura social e no tempo uma das realidades que mais reações sociais preconceituosas suscita.

Essa compreensão será, além disso, indispensável para quem especificamente pretende estudar a história das línguas, porque é de tal heterogeneidade que emerge a mudança.

Um dado empírico fundamental: qualquer língua humana é sempre um conjunto de variedades

Um dos desafios, portanto, para quem começa a estudar a história das línguas é justamente aprender a lidar com a realidade heterogênea das línguas humanas. Isso, no mais das vezes, exige um rompimento radical com a imagem da língua cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola, imagem que homogeneiza a realidade lingüística, cristaliza uma certa variedade como a única, identificando-a com a língua e excluindo todas as outras como "incorretas".

As pesquisas dialetológicas (que se iniciaram por volta do fim do século XIX) e sociolingüísticas (que se estruturaram a partir da década de 1960) têm demonstrado que não existe língua homogênea: toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Nesse sentido, quando usamos rótulos como *português, árabe, japonês, chinês, turco* para designar realidades lingüísticas, não fazemos referência a uma realidade homogênea ou a um padrão único de língua, mas sempre a um conjunto de variedades, podendo algumas até ser ininteligíveis entre si, como, por exemplo, o *chinês pequinês* e o *chinês cantonês;* ou o *italiano da Calábria* (sul da península itálica) e o *italiano de Bérgamo* (norte).

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a fala: como ele se constituiu, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante.

A esse respeito, diz belamente o pensador russo Mikhail Bakhtin (1890-1975):

> Todas as línguas [variedades] do plurilingüismo, qualquer que seja o princípio subjacente a elas e que torna cada uma única, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de conceitualizar o mundo em palavras, visões específicas do mundo, cada uma caracterizada por seus próprios objetos, significados e valores. Como tais, todas elas podem ser justapostas umas às outras, se suplementar mutuamente, se contradizer mutuamente e se inter-relacionar dialogicamente. Como tais elas encontram umas às outras e coexistem na consciência das pessoas concretas (...) Como tais, essas línguas [variedades] vivem uma vida concreta, se embatem e evoluem num ambiente de plurilingüismo social (1981, pp. 291-292).

Num país como o Brasil, por exemplo, um grupo de pescadores do litoral tem uma história e uma experiência muito diferentes daquelas vividas por um grupo de vaqueiros do sertão. Assim também, um grupo que vive no campo tem história e experiências muito diversas dos grupos que vivem nas grandes cidades. No contexto das cidades, os grupos socioeconômicos mais privilegiados se diferenciam, em história e experiências, dos grupos menos privilegiados. O mesmo se pode dizer de comunidades afastadas no tempo, como os brasileiros do início do século XVII e os brasileiros

de fins do século XX. Dessa diferenciação decorre o fato de cada um desses grupos falar diferentemente.

O português é, assim, falado diferentemente por falantes de Salvador e por falantes de Porto Alegre. Em Salvador ou em Porto Alegre, falantes de classe socioeconômica alta falam diferente de falantes de classe socioeconômica baixa. Os falantes falam diferentemente em situações formais (num discurso, por exemplo) e em situações informais (numa conversa de bar, por exemplo). As falas rurais diferem das urbanas. Falantes do século XIII falavam diferentemente de nós. E os exemplos se sucedem, revelando uma complexa rede de correlações entre variedades lingüísticas e fatores sociais, culturais, geográficos, estilísticos e temporais.

Do ponto de vista exclusivamente lingüístico (isto é, estrutural, imanente), as variedades se equivalem e não há como diferenciá-las em termos de melhor ou pior, de certo ou errado: todas têm organização (todas têm gramática) e todas servem para articular a experiência do grupo que as usa.

A diferença de valoração das variedades (à qual nos referimos acima) se cria socialmente: algumas variedades, por razões políticas, sociais e/ou culturais, adquirem uma marca de prestígio (normalmente trata-se daquelas variedades faladas por grupos privilegiados na estrutura social de poder) e outras não (cf. Gnerre, 1985).

No caso da sociedade brasileira, por exemplo, as variedades rurais não têm prestígio social; só algumas variedades urbanas (não todas) é que o têm. Essas variedades prestigiadas constituem o que chamamos de *norma* ou *variedade culta;* elas representam um ideal de língua cultivado pela elite intelectual, pelo

sistema escolar, pelos meios de comunicação social. São essas formas prestigiadas que irão ocorrer preferencialmente na escrita.

A questão da norma culta brasileira, em especial sua intricada história e os paradoxos que a envolvem, tem sido bastante discutida ultimamente e qualquer pessoa que pretenda se dedicar aos estudos lingüísticos históricos tem de ter clareza nesse assunto. Recomendamos a leitura de Bagno (2003) e das duas coletâneas organizadas pelo mesmo autor: Bagno (org.) 2001a e 2002.

O processo de mudança da língua emerge — como veremos em vários pontos deste livro — desse heterogêneo quadro lingüístico. Embora ainda nos falte elucidar boa parte desse complexo processo, sabemos já que a mudança encontra terreno fértil para ocorrer justamente quando duas ou mais variedades passam a se confrontar dialeticamente no intricado universo das relações sociointeracionais.

O estudo dessas variedades é realizado por diferentes disciplinas lingüísticas: pela dialetologia (para as variedades geográficas), pela sociolingüística (para as variedades sociais e estilísticas), pela lingüística histórica (para as variedades no tempo).

O que pode mudar nas línguas

Qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática.

A classificação geral das mudanças é feita utilizando-se os diferentes níveis comuns no trabalho de análise lingüística. Assim, na história duma língua, pode

haver mudanças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais, pragmáticas.

O nível mais estudado até agora em lingüística histórica é o fonético-fonológico. Como resultado, há, para a descrição de fenômenos desse nível, uma metodologia refinada e um razoável vocabulário técnico corrente entre os lingüistas para fazer referência a eventos de mudança sonora.

Nos demais níveis, os estudos são, em geral, menos desenvolvidos; a terminologia é, em conseqüência, mais precária; e as mudanças são abordadas de modo ainda muito fragmentado (lista de fatos).

Vamos, neste item, dar exemplos de mudanças que podem ocorrer nas línguas, distribuindo-as pelos diferentes níveis de análise.

É importante dizer que o objetivo dessa exemplificação é apenas situar um pouco o leitor no universo das mudanças. Fazemos, por isso, uma listagem de casos sem, evidentemente, preocupação exaustiva e, o mais importante, sem maiores compromissos com sua eventual interpretação no interior desta ou daquela orientação teórica.

O leitor desde já deve estar alerta para o fato de que não há interpretações únicas e absolutas para as mudanças: as interpretações vão depender sempre da orientação teórica que o pesquisador adota. A isso voltaremos em vários pontos do livro. Por ora, basta que se perceba que as mudanças podem ocorrer em qualquer parte da organização duma língua.

Por outro lado, não se pode esquecer que, sendo a língua um sistema de sistemas, as mudanças envolvem, muitas vezes, não um aspecto específico, mas um conjunto de mudanças correlacionadas

Mudanças fonético-fonológicas

Nos estudos lingüísticos, tanto a fonética quanto a fonologia se ocupam com a realidade sonora das línguas, mas de pontos de vista diversos. A fonética estuda a face física e articulatória dessa realidade (os sons da fala, sua produção e qualidades acústicas) e a fonologia estuda a face estrutural, ou seja, o sistema de princípios e relações que dá organização à realidade sonora de cada língua.

Diante dessa diferença, costuma-se distinguir, em lingüística histórica, a mudança fonética — que, em princípio, consiste apenas numa alteração da pronúncia de certos segmentos em determinados ambientes da palavra — da mudança fonológica — que envolve alterações, por exemplo, no número de unidades sonoras distintivas (os chamados *fonemas)* e, portanto, no sistema de relações entre essas unidades.

Assim, a substituição de /l/ por /w/ no fim de sílaba no português brasileiro alterou a pronúncia de palavras como *alto, golpe, soldado,* mas não alterou o número de fonemas do português (o */l/* continua existindo como unidade sonora distintiva).

Por sua vez, o desaparecimento no português moderno de */ts/* e */dz/*, unidades sonoras distintivas no português medieval, alterou o sistema com a redução do número de seus fonemas. Nessa mesma perspectiva, o surgimento de /ñ/ e /λ/, na passagem do latim ao português, alterou o sistema antigo pelo acréscimo de dois fonemas novos que contrastam, com poder distintivo, com */n/* e */l/* respectivamente, conforme exemplificado pelos pares *manha* x *mana; malha* x *mala.*

Mudanças morfológicas

A morfologia trata dos princípios que regem a estrutura interna das palavras: seus componentes (chamados de *morfemas*), os processos derivacionais (as formas de se obter novas palavras) e flexionais (as formas de se marcar, no interior da palavra, as categorias gramaticais como gênero, número, aspecto, voz, tempo, pessoa).

Diferentes tipos de mudança podem ocorrer nesse nível, dentre os quais citamos três:

a) as palavras autônomas podem se tornar morfemas derivacionais. A esse respeito, Câmara Jr. (1979, p. 116) mostra como advérbios do antigo indo-europeu passaram a ser prefixos em latim, depois de se anteporem ao verbo e a ele se aglutinarem. Por esse processo, de *placare* ("acalmar a ira de alguém") obteve-se, pela anteposição do advérbio *sub* e sua aglutinação ao verbo, *supplicare* (os efeitos sonoros da aglutinação — /*b*/ > /*p*/ e /*a*/ > /*i*/ — decorrem de aspectos fônicos gerais no latim);

b) sufixos podem desaparecer como morfemas distintos passando a integrar a raiz da palavra. É o caso do sufixo latino *-ulu-*, indicador de grau diminutivo, que perdeu seu caráter sufixal, integrou-se à raiz das palavras, transformando, desse modo, uma palavra originalmente derivada numa palavra simples que veio a substituir a antiga palavra primitiva. Temos, hoje, por exemplo, em português, entre outras, a palavra *artelho*, que não vem do latim *artus,* mas do diminutivo *articulus;*

c) o sistema flexional pode mudar. Na passagem do latim para as línguas românicas, por exemplo, desapareceu o sistema de flexão de caso. Em latim, a função sintática da palavra na sentença — sua relação de sujeito ou complemento do verbo — era marcada no interior da palavra por meio de terminações específicas, distribuídas em várias declinações. Assim, um substantivo pertencente à segunda declinação tinha a terminação *-us*, do nominativo, se ocorresse como sujeito *(lupus)*; a terminação *-o*, do dativo, se ocorresse como objeto indireto *(lupo)*; a terminação *-um*, do acusativo, se ocorresse como objeto direto *(lupum)*; e assim por diante. Nas línguas românicas, essas funções são marcadas pela ordem — o sujeito, em geral, antecede o verbo e o objeto direto o segue; ou com preposições — o objeto indireto em português, por exemplo, é acompanhado da preposição *a* ou *para*. Dizia-se, em latim, *dare lupo alimentum* e diz-se em português *dar alimento ao lobo*.

Mudanças sintáticas

A sintaxe é o estudo da organização das sentenças numa língua. Para dar um exemplo de sintaxe histórica, pode-se tomar a questão da ordem dos constituintes no interior da estrutura da sentença. Nessa perspectiva, um fato para o qual há sempre referência nos manuais é a fixação da ordem dos constituintes na passagem do latim para as línguas românicas: numa língua como o latim, em que as palavras têm, como

vimos acima, flexão de caso para indicar sua função sintática, sua ordem na estrutura sentencial é mais livre. Perdida essa flexão, a ordem se torna mais rígida, como nas línguas românicas.

Assim, era possível dizer em latim *Paulum Maria amat (Maria* claramente sujeito e *Paulum* claramente objeto), mas em português temos de dizer *Maria ama Paulo.*

Nas últimas décadas, os lingüistas retomaram as discussões de um fenômeno que tem particular interesse na área da sintaxe (com reflexos na morfologia e fonologia): a chamada *gramaticalização.*

Podemos descrevê-la, *grosso modo*, como o processo pelo qual um elemento lexical (uma palavra) ou uma expressão lexical plena se transmuda num elemento gramatical (como um pronome ou uma preposição; ou, em estágios mais avançados do processo, um clítico ou um afixo flexional).

Um exemplo clássico da história do português é a criação de um novo pronome pessoal (*você*) a partir de uma expressão lexical plena *(Vossa Mercê*). Nesse exemplo, são observáveis as etapas que, segundo as discussões em andamento do processo de gramaticalização, incluem a *descoloração semântica* (a expressão perde seu significado lexical original e adquire novo significado e função gramatical) e a *redução fonética* (se *você* é já resultado dessa redução, o processo claramente não se interrompeu aí, considerando que é comum na fala espontânea brasileira a forma *cê* — cf. Ramos, 1997).

Mais recentemente, os lingüistas brasileiros têm analisado extensivamente como um fenômeno de gramaticalização o processo pelo qual a expressão lexical

plena *a gente* vem se transmudando num novo pronome equivalente a *nós*. O leitor pode encontrar em Lopes (2001) uma apresentação do percurso histórico desse processo e em Zilles (2005) uma pormenorizada análise sociolingüística do fenômeno, precedida de uma resenha crítica das discussões teóricas sobre gramaticalização.

Mudanças semânticas

A semântica trata da significação. Em lingüística histórica, a mudança semântica tem sido abordada na perspectiva da palavra, isto é, como um processo que altera o significado da palavra.

Há várias taxionomias dessas alterações que são, em geral, discutidas em conjunto com as chamadas figuras de linguagem (metáfora, metonímia, hipérbole), porque se acredita que o processo de criação de figuras, na medida em que é um processo gerador de novas significações, tem conseqüência para a mudança de significado das palavras.

Na semântica histórica, fala-se, por exemplo, de processos que reduzem (restringem) o significado da palavra e de outros que ampliam o significado. Do primeiro tipo é o caso da redução do significado da palavra *arreio* que, no português medieval, designava qualquer enfeite, adorno, aparelhamento e que hoje designa apenas o conjunto de peças necessárias à montaria do cavalo ou a seu trabalho de carga (isto é, designa apenas o aparelhamento do cavalo para montaria ou carga).

Um exemplo do segundo tipo é a palavra *revolução*. Originalmente era um termo astronômico que designava movimento regular, sistemático e cíclico dos

corpos celestes. Seu significado ampliou-se ao ser introduzido no campo semântico da política, passando a designar também movimentos sociais alteradores duma ordem estabelecida. Hannah Arendt, em seu livro *Da revolução*, faz, na perspectiva do cientista social, um estudo dessa evolução, mostrando como no início dessa expansão semântica o termo tinha um significado de movimento social restaurador duma ordem anterior (ligado ao significado original de *ciclo, volta)* e, só mais tarde, adquiriu seu significado atual de destruição de uma velha ordem e construção de uma nova.

Um estudo tradicional nessa área é a *etimologia*, que busca recuperar a história de cada palavra, isto, é, as relações que uma palavra tem com a unidade lexical de que se origina. Os resultados desse tipo de investigação são, normalmente, reunidos em dicionários etimológicos.

Por meio do estudo etimológico, é possível recuperar, muitas vezes, a seqüência histórica das alterações do significado das palavras. Assim, por exemplo, a palavra *rubrica*, que hoje tem o significado de "assinatura abreviada", significou originalmente "terra vermelha"; depois, "tinta vermelha"; mais tarde, "título dos capítulos das leis escrito, nos antigos manuscritos, em tinta vermelha" (permanece ainda hoje o significado genérico de "título" ou "entrada"); em seguida, "sinal", "marca" (ainda hoje corrente), chegando finalmente ao significado de "assinatura abreviada" (cf. Guérios, 1937, p. 157).

Mudanças pragmáticas

À pragmática costuma-se atribuir a tarefa de estudar o uso dos elementos lingüísticos em contraste

com o estudo das propriedades estruturais desses elementos. Um exemplo de pragmática histórica é a investigação do uso do termo *você* no tratamento do interlocutor, observando quem é tratado por esse pronome nos diversos momentos da história do português do fim do período medieval até nossos dias.

Mudanças lexicais

As palavras, como uma das unidades da língua, são estudadas em todas as disciplinas lingüísticas: enfoca-se sua forma sonora (fonética/fonologia), sua estrutura interna (morfologia), sua ocorrência como constituinte da sentença (sintaxe), seu significado (semântica), seu uso (pragmática).

O mesmo se dá em lingüística histórica, como o leitor já deve ter percebido. Pode-se enfocar as mudanças sonoras, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas duma palavra.

Por outro lado, pode-se estudar historicamente a composição do léxico, observando sua origem (a base latina do léxico português, por exemplo) e os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas (os chamados *empréstimos*). Esse tipo de estudo no eixo do tempo se correlaciona normalmente com o estudo mais amplo da história cultural da(s) comunidade(s) lingüística(s), na medida em que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura.

Para finalizar este item sobre o que pode mudar na história duma língua, uma última palavra.

A classificação que apresentamos acima não deve sugerir ao leitor que as mudanças se dão de forma

estanque em cada nível. Os níveis são divisões feitas pelos lingüistas com objetivos analíticos, enquanto a realidade lingüística é uma totalidade, isto é, devemos estar alertas tanto para o fato de que as mudanças podem ocorrer em várias partes da língua, quanto para o fato de que essas diversas mudanças podem estar inter-relacionadas.

Um exemplo tradicional dessa inter-relação é o desaparecimento do sistema de casos do latim na passagem para as línguas românicas. Costumam os estudiosos dizer que o processo se iniciou com o enfraquecimento dos sons no final das palavras (uma mudança sonora, portanto) que afetou, em conseqüência, os morfemas de caso (uma mudança morfológica) e que culminou com a fixação duma ordem mais rígida dos constituintes da oração (uma mudança sintática).

Uma observação terminológica

Neste, como em outros capítulos, aparecem os termos *inovador* e *conservador* para designar respectivamente o elemento novo, isto é, a variante que se expande alterando aspectos da configuração da língua; e o elemento velho, isto é, a variante que representa a configuração mais antiga na língua.

O que queremos ressaltar aqui é que os dois termos não têm, em lingüística histórica, qualquer dimensão valorativa: não há em *inovador* um tom positivo, nem em *conservador* um tom negativo. São termos apenas descritivos.

3. CARACTERÍSTICAS DA MUDANÇA

Dissemos anteriormente que a realidade empírica central da lingüística histórica é o fato de que as línguas mudam com o passar do tempo. Vamos agora discutir algumas características dessa mudança, esclarecendo certos conceitos que são hoje mais ou menos consensuais entre os lingüistas e que, muitas vezes, colidem com tradicionais julgamentos do chamado senso comum, isto é, com as representações que se tem da realidade lingüística em contextos não-científicos. Ao mesmo tempo, vamos procurar apresentar certos conflitos no interior da lingüística decorrentes de diferentes formas teóricas de conceber a realidade da mudança.

A mudança é contínua

A primeira característica é que a mudança se dá em todas as línguas. É próprio de todas elas — como, aliás, de qualquer outra realidade humana e até mesmo da natureza em geral, como nos mostram geólogos e biólogos — passar por transformações no correr do tempo, mutabilidade que se dá de forma contínua, ininterrupta.

Assim, cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é sempre resultado de um longo e contínuo processo histórico; do mesmo modo que, em cada momento do tempo, as mudanças estão ocorrendo, ainda que imperceptíveis aos falantes. Dessa maneira, se o português do século XIII era diferente do português de hoje, o português do futuro será diferente do de hoje: entre eles há um ininterrupto processo de mudança.

É óbvio que, se uma língua deixar de ser falada, ela não conhecerá mais, por isso mesmo, mudanças. O desaparecimento de uma língua é resultado do desaparecimento da própria sociedade que a fala, ou porque integralmente aniquilada, como no caso de muitas sociedades indígenas no Brasil desde 1500; ou porque progressiva e completamente assimilada por outra, como no caso da assimilação da sociedade etrusca pela romana no século III a.C.

Nesses casos, o desaparecimento total da língua interrompe o fluxo histórico. Diferente é, porém, a situação de línguas como o latim. Nenhuma sociedade fala hoje o latim propriamente dito. Contudo, de certa maneira, ele continua sendo falado, embora de forma bastante alterada, pelas sociedades que falam as chamadas línguas românicas como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno, o sardo, o catalão.

Nesse caso, embora se possa dizer que o latim está há muito extinto, o fluxo histórico nunca se interrompeu: houve um longo, complexo e, principalmente, ininterrupto processo histórico de transformações do latim que resultou nas diferentes línguas românicas.

Da mesma forma, o latim era um estágio de uma história ininterrupta que recua às remotas e perdidas origens pré-históricas dos povos indo-europeus. O que era nesse longínquo ponto do tempo apenas um conjunto de variedades dialetais é hoje um emaranhado universo de línguas raramente compreensíveis entre si, resultado de milênios e milênios de ininterruptas mudanças e de contínua diferenciação.

A mudança é lenta e gradual

O que deve ficar claro, nessa altura, é que se, de um lado, a mudança lingüística é contínua como estamos discutindo, ela é, por outro lado, lenta e gradual, isto é, a mudança nunca se dá abruptamente, do dia para a noite. Ao mesmo tempo, a mudança de uma língua para outra, ou de um estágio de língua para outro, nunca ocorre de forma global e integral: as mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, vão atingindo partes da língua e não seu conjunto; e mais: a gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma x por outra (y) passa sempre por fases intermediárias. Há o momento (quase sempre longo) em que x e y coexistem como variantes; depois há o momento (também normalmente longo) da luta entre x e y seguida do desaparecimento de x e da implementação hegemônica de y.

Daí se dizer, em lingüística histórica, que a mudança não é discreta, ou seja, x não é trocado diretamente e de imediato por y; ao contrário, há sempre, no processo histórico, períodos de coexistência e concorrência das formas em variação até a vitória de uma sobre a outra.

Por isso, nunca é possível dizer que num determinado momento o latim, por exemplo, deixou repentinamente de ser falado e foi integralmente substituído pelo português: as mudanças foram lenta, gradual e continuamente ocorrendo e resultaram, ao cabo de vários séculos, numa forma de falar que, identificada com o Estado que se formou no ocidente da Península Ibérica, terminou por receber o nome de português.

Ou, dito de outra maneira e usando as palavras de Câmara Jr.,

> "é inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* pudesse ter passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou" (1972a, pp. 35-36).

Um possível exemplo de longa cadeia evolutiva é dado pela história da palavra *medicina* do latim clássico que resultou na palavra *mezinha* ("remédio") do português moderno (cf. José Leite de Vasconcelos, *apud* Guérios 1937, p. 138):

latim clássico *medĭcīna* > latim corrente **medecina* > port. pré-histórico **medezina* > **meezina* > port. proto-histórico *meezĩa* > port. arcaico *meezinha* > port. moderno *mezinha*[1].

Estão aí representados vários dos processos gerais de alterações fonético-fonológicas da longa história latim > português:

[1] O asterisco (*) precedendo a palavra, em lingüística histórica, indica que se trata de uma forma hipotética, obtida por reconstrução, e não de uma forma atestada em documento.

a) /ĭ/ (i breve) passa a /e/;
b) /ī/ (i longo) permaneceu como vogal alta;
c) /d/ intervocálico, como outras consoantes sonoras no mesmo contexto, desapareceu;
d) /k/ (grafado *c*) intervocálico seguido de /i/ tornou-se consoante fricativa e se sonorizou, confluindo para /z/;
e) /n/ intervocálico nasaliza a vogal anterior e desaparece;
f) no contexto /ĭ/ forte + vogal, desenvolve-se a consoante nasal palatal /ñ/ (grafada *nh*);
g) duas vogais idênticas, justapostas pela queda de consoante intervocálica, passam por crase.

Costuma-se justificar a lentidão e a gradualidade da mudança lingüística com fundamento na necessidade dos falantes de terem a intercomunicação permanentemente garantida. Nessa linha de raciocínio, mudanças abruptas e repentinas são impossíveis, pois, se ocorressem, destruiriam as próprias bases da interação socioverbal.

Não há, nesse sentido, na história das línguas, momentos de transformações radicais, num ponto bem localizado do tempo, de uma estrutura lingüística. O que há é um processo contínuo e ininterrupto, mas lento e gradual, de mudança.

O que pode haver são períodos em que as mudanças parecem se intensificar. Exemplo disso são as muitas mudanças por que passou o inglês durante o século e meio posterior à conquista da Inglaterra pelos normandos em 1066, época em que a língua da administração e da classe dominante foi o francês. Mesmo aí, porém, o processo de mudanças, embora relativamente mais rápido, foi apenas gradual (atingiu partes

da língua) e suficientemente lento, a ponto de nunca inviabilizar a interação socioverbal.

A periodização da história das línguas

Apesar disso, costuma-se dividir a história das línguas em períodos. Fala-se, por exemplo, nas gramáticas históricas do português, em período arcaico e período moderno. Estudiosos dividem a história do inglês em três grandes períodos: o do inglês antigo, o do inglês médio e o do inglês moderno.

Deve-se ter claro que estas divisões são, por tudo o que expusemos acima, cortes arbitrários. Do mesmo modo que nunca há um momento definido em que uma língua (metaforicamente chamada de mãe) deixa de ser falada e é substituída por outra (metaforicamente chamada de filha), também não há possibilidade de se dizer que o português arcaico é substituído globalmente pelo português moderno num determinado ponto do tempo.

Novamente, o que há é um longo e ininterrupto processo em que aquele conjunto de variedades que é culturalmente identificado como português vai passando por contínuas mudanças, de tal modo que, comparando-se os registros do português do século XIII com aqueles do português do século XVII, por exemplo, notam-se diferenças que justificam, para efeitos de análise, uma divisão da história em períodos.

Nessa divisão, costuma-se utilizar os séculos ou os grandes períodos históricos como referência. Fala-se no português do século XIII, do século XVII, do século XX; fala-se também no português medieval e no português moderno; e assim por diante.

Qualquer que seja o critério de divisão, é importante dizer que periodizar a história das línguas é apenas uma atividade auxiliar da análise: ela permite que se localizem os fatos sob estudo numa dimensão temporal, o que facilita não só a recuperação da idade dos acontecimentos e suas relações com a conjuntura maior (social, histórica e cultural) em que se deram, mas principalmente a fundamentação do trabalho comparativo, base dos estudos de lingüística histórica.

A mudança é (relativamente) regular

Outro aspecto que caracteriza a mudança lingüística é a sua regularidade. Isso quer dizer que, dadas as mesmas condições (isto é, no mesmo contexto lingüístico, no mesmo período de tempo e na mesma língua ou variedade de uma língua), um elemento — quando em processo de mudança — é, progressiva e normalmente, alcançado em todas as suas ocorrências.

Em outras palavras, observa-se que as mudanças lingüísticas não são fortuitas, nem se dão a esmo, sem rumo. Desencadeada a mudança, há regularidade e generalidade no processo, atingindo de forma bastante sistemática o mesmo elemento, dadas as mesmas condições, em todas as suas ocorrências.

Assim, por exemplo, os encontros consonantais /kl-/ e /pl-/ do latim se transmudaram regularmente, quando no início de palavra, na consoante /λ-/ em espanhol (grafada *ll*) e na consoante /š-/ em português (grafada *ch*), como se pode observar pela seguinte listagem de correspondências:

latim	**espanhol**	**português**
clamare	*llamar*	*chamar*
clave	*llave*	*chave*
plenu	*lleno*	*cheio*
plicare	*llegar*	*chegar*

A regularidade observada na mudança lingüística nos permite estabelecer correspondências sistemáticas entre duas ou mais línguas ou entre dois ou mais estágios da mesma língua, tornando assim possível a reconstituição da história.

Foram justamente essas correspondências sistemáticas que forneceram a base inicial para a constituição da reflexão histórica em lingüística. Foi a partir da percepção da sistematicidade de correspondências entre línguas diferentes que se chegou, no início do século XIX, ao chamado método comparativo (cf. Capítulo 4), com o qual foi possível revelar cientificamente o efetivo parentesco entre línguas, reuni-las em grupos (metaforicamente chamados de famílias) e reconstituir aspectos de seus estágios anteriores comuns.

Foi nesse mesmo processo — à medida que também se percebeu ser a sistematicidade dessas correspondências resultado de sucessivas mudanças no eixo do tempo — que se constituíram os estudos propriamente históricos (cf. Capítulo 5 para detalhes).

Deve ficar claro, neste ponto, que, embora a regularidade seja uma característica da mudança lingüística, ela nunca deve ser entendida como absoluta.

Leis fonéticas e analogia

No final do século XIX, os lingüistas conhecidos como neogramáticos (cf. Capítulo 5) formularam uma

teoria, na qual se assumiu que as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções (as chamadas *leis fonéticas*). As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*, pelo qual elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais hegemônicos.

Assim, quando uma mudança sonora — que os neogramáticos assumiam como ocorrendo sempre automaticamente, isto é, levando em conta apenas o contexto fonético — afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria uma tendência para "retificar" isso por meio da analogia. Estaria ocorrendo, nesse caso, o que os neogramáticos tratavam como uma interferência do plano gramatical sobre o plano fônico, afetando o caráter absoluto da mudança sonora.

A aplicação fortuita da analogia daria a impressão, ao fim do processo, de que a lei fonética não havia se aplicado, quando — na verdade — sua aplicação havia ocorrido, tendo, porém, o resultado sido "retificado" por interferência de paradigmas gramaticais hegemônicos.

Haveria, assim, uma espécie de paradoxo: a mudança fônica, que é regular, pode gerar irregularidades gramaticais; e a analogia, que é irregular (isto é, não se aplica em todos os casos em que poderia), gera regularidade.

Um exemplo comum, nos manuais de inspiração neogramática, dessa interpretação de mudança sonora e analogia é a criação, na história do latim, do genitivo *dei* para o nominativo *deus*.

Havia, num estágio pré-latim, o paradigma *deiwos (nominativo singular) — *deiwī (genitivo singu-

lar), com uma raiz constante *deiw- e os afixos de caso *-os* e *-ī*. Sistemáticas mudanças fônicas, na passagem para o latim, acabaram produzindo, nesse caso específico, um paradigma irregular *deus/divi*. Assim (cf. Antilla, 1972, p. 94):

a) o ditongo **ei* se transmudou na vogal longa fechada **ē*
(daí **deiwos* > **dēwos*; **deiwī* > **dēwī*);
b) a unidade **w* diante de *o caiu (daí o nominativo **dēos*);
c) uma vogal longa, diante de outra vogal, se torna breve (daí **deos*);
d) a vogal *o* passa para *u* em sílaba final (daí o nominativo latino *deus*);
e) a vogal **ē* passa para *ī* (daí *dēwī > dīvī).

Esse paradigma irregular *deus/divi* não sobreviveu como tal no latim, sendo substituído pelos paradigmas regulares *deus/dei* e *divus/divi*.

Na linha de interpretação dos neogramáticos, a não-ocorrência do esperado paradigma *deus/divi* (isto é, a quebra da regularidade das mudanças sonoras) vai ser justificada pela interveniência de processos analógicos: a pressão dos paradigmas hegemônicos (palavras terminadas em *-us* substituem essa terminação do nominativo diretamente por *-i* no genitivo, como *servus/servi*, *hortus/horti*, *taurus/tauri*) "retifica" uma irregularidade gramatical criada pela regularidade das mudanças sonoras.

Logo, porém, ficou claro que um princípio de regularidade absoluta (quebrado apenas por intervenção da analogia) dificilmente permitiria dar conta de forma adequada da história das línguas, que é bem mais complexa do que supunham, de início, os neogramáticos.

Os fatos evidenciaram (principalmente a partir do desenvolvimento dos estudos dialetológicos, como veremos no Capítulo 5) que, embora característica da mudança lingüística, a regularidade é, em geral, relativizada pelo modo não-uniforme como se dá a difusão de uma mudança, tanto no interior da língua (a mudança nunca alcança instantaneamente todas as palavras que contêm o elemento sob mutação), quanto entre os diversos grupos de falantes (a mudança também nunca alcança instantaneamente todo o espaço geográfico e/ou social em que a língua é falada, isto é, todas as variedades).

Atrás dessa não-uniformidade, há múltiplos fatores decorrentes das vicissitudes sociais e históricas das comunidades lingüísticas, tais como: a reação negativa dos falantes à mudança, com a conseqüente estigmatização da forma "nova"; a penetração de diferentes linhas evolutivas; empréstimos lexicais de outras línguas ou variedades; a diferente cronologia de incorporação de palavras à língua; movimentos populacionais com eventual alteração na composição étnica e lingüística duma dada população. São fatores que podem retardar, impedir e até fazer reverter a mudança.

Isso tudo (que envolve a vida e a história dos falantes) — e não apenas pressões analógicas (pressões estruturais) — pode quebrar a regularidade da mudança.

Nessa nova perspectiva, as chamadas "leis fonéticas" tiveram de ser reinterpretadas. Passaram a ser tomadas não como expressão de processos cegos e absolutos, mas apenas como fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxilia-

res descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos.

Assim, por exemplo, estabelecemos — ao comparar dois estágios bastante distintos da história latim > português — uma correspondência entre duas realidades temporais diferentes, dizendo que /*kl-*/ e /*pl-*/ do latim passaram a /*š-*/. Não podemos, contudo, ficar com a falsa impressão de que o processo se resumiu a uma troca direta de um elemento pelo outro: nessa formulação (nessa "lei fonética") estamos fazendo abstração dos estágios intermediários que um lingüista terá de reconstituir. No caso específico de /*kl-*/ > /*š-*/, por exemplo, parece ter havido, segundo a interpretação de Guérios (1937, p. 71), pelo menos as fases /*kl-* > *ky-* > *ktš-* > *tš-* > *š-*/. Um estudo detalhado desse fenômeno particular pode ser lido em Câmara Jr., 1972a, Cap. XVI.

Por outro lado, não se pode perder de vista que os processos de mudança são extremamente complexos e que, portanto, as regularidades observadas terão sempre um caráter relativo. Assim, o lingüista, normalmente, não pode se ocupar apenas com as regularidades observadas: haverá fatos que — embora aparentemente da mesma natureza — não estarão em conformidade com uma tendência de resto bastante regular. O lingüista necessita, então, pesquisar os múltiplos fatores que interferiram no processo histórico e geraram tais fatos.

Podemos exemplificar isso com o mesmo caso que discutimos anteriormente. Dissemos que /*kl-*/ e /*pl-*/ do latim se transmudaram em /*š-*/ em português. Contudo, o português tem palavras de origem latina como *plaga*, *pleno*, *clave* e *clamar*, bem como *praia*

(do latim *plaga*) e *cravo* (do latim *clauum*), em que não se observa aquela correspondência: ou o encontro se manteve ou foi substituído por /*kr-*/ ou /*pr-*/.

Uma investigação detalhada vai revelar que o encontro consonantal se manteve inalterado em palavras introduzidas no léxico tardiamente (isto é, em época em que a mudança para /š-/ já estava encerrada) por incorporação direta do latim literário (os chamados *termos eruditos*); e ocorre como /*pr-*/ ou /*kr-*/ em termos provavelmente adotados de variedades dialetais em que a mudança se deu de forma diferente (cf. Câmara Jr., 1972a, p. 240).

Vale a pena aqui reproduzir as palavras de Eugenio Coseriu (1921- 2002), lingüista romeno e importante diacronista, a esse respeito:

> Por isso, dizer que uma mudança fônica "admite exceções" (...) justifica-se do ponto de vista dos resultados históricos. Só que, como se sabe, em muitos casos se trata de falsas exceções, pois as palavras que não obedecem a esta ou àquela "lei fonética" procedem de palavras nas quais as mudanças correspondentes não ocorriam. Em outros termos, essas "exceções" aparecem como exceções apenas se se pretende considerar a língua como uma única tradição homogênea, mas se tornam formas "regulares" se se leva em consideração que uma língua histórica é resultado de interação entre várias tradições lingüísticas (1979, p. 89).

Posto isso, podemos concluir com as palavras de Serafim da Silva Neto (1917-1960), lingüista brasileiro que publicou, na década de 1950, uma alentada história da língua portuguesa. Dizia ele:

> Como se vê, a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente

> preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida.
> A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada — porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento (1979, p. 52).

Estas palavras, resultantes de um extenso trabalho empírico como o de Silva Neto, sintetizam bem a realidade das mudanças lingüísticas: elas não estão condicionadas apenas por fatores lingüísticos (internos ao sistema da língua), como assumem várias correntes de pensamento em lingüística, que preferem reduzir as questões da mudança a um "esquema rigorosamente preestabelecido", a "um problema algébrico"; elas estão também e principalmente correlacionadas com fatores da história da sociedade que fala a língua, como por exemplo: o intercâmbio entre falantes de variedades diferentes; o prestígio e o poder de certos grupos de falantes; as escolhas sociais preferenciais entre as muitas variedades duma língua; a lealdade a formas tradicionais duma comunidade.

Assim, não é adequado no trato das mudanças das línguas falar em lei em sentido absoluto, porque a história das línguas não está submetida apenas a princípios gerais, constantes e necessários, mas — sendo produto da atividade humana — está antes submetida às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos falantes, da história peculiar de cada grupo e de cada sociedade humana.

Encaixamento estrutural e social

Disso tudo, tiramos duas lições importantes para quem se inicia em lingüística histórica. A primeira é que não devemos estudar os fenômenos isoladamente: é preciso sempre abordá-los no conjunto de outros fatos da história da língua, e até mesmo da história da subfamília ou da família a que ela pertence.

Com essa perspectiva, evitamos uma abordagem fragmentada dos fatos e, ao mesmo tempo, podemos melhor esclarecer sua efetiva história, principalmente quando estamos diante de fenômenos que escapam a um quadro de evidenciada regularidade estrutural.

Esse tratamento sistêmico dos fenômenos de mudança é chamado, pela teoria variacionista, de encaixamento estrutural. Trata-se de, ao descrever uma mudança qualquer, apresentar suas relações com outros elementos da estrutura da língua ou outros elementos também em mudança.

O encaixamento estrutural envolve tanto a descrição do(s) contexto(s) lingüístico(s) que favorecem a mudança (por exemplo, o elemento ocorrer entre vogais; ou no fim da palavra; ou seguido de consoante sonora etc.), quanto possíveis reações em cadeia, isto é, uma mudança puxando outra(s), como Labov (1966) mostrou com vogais do inglês de Nova York.

Nesse trabalho, foi possível surpreender, em certas variedades do inglês de Nova York, uma complexa cadeia de mudanças inter-relacionadas que resumimos aqui de forma bastante simplificada, apenas para efeito de exemplificação: o fechamento da vogal de palavras como *bad*, *bare*, *dance* acarretou o fechamento da vogal de palavras como *more*, *lost*, *caught* que,

por sua vez, levou a uma posteriorização do /*a*/ de *father*, *car*, *guard* e um fechamento paralelo de /*∂y*/ em *boy*, *toy*, *joy*. A pronúncia posterior de /*a*/ e o fechamento de /*∂y*/ induziu o fechamento de /*ay*/, como em *my*, *buy*, *tie*, que foi acompanhado de anteriorização de /*aw*/, como em *now*, *mouth*, *out*.

Uma segunda lição é que, para uma análise ainda mais abrangente dos fenômenos de mudança, importa apresentar não só o encaixamento estrutural, mas também o encaixamento social, isto é, as relações entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolingüística da comunidade dos falantes.

No caso a que nos referimos acima (vogais do inglês de Nova York), Labov mostrou que cada um dos fenômenos discutidos, além das apontadas relações internas, estava em clara relação com a idade, a classe socioeconômica, o sexo, a origem étnica do falante e o estilo de fala.

História interna e história externa

Nos manuais mais antigos de lingüística histórica, costuma-se operar com uma separação entre história interna e história externa da língua que pode, de certo modo, ser aproximada da distinção entre encaixamento estrutural e social que apresentamos acima, embora o quadro teórico de referência por trás de cada uma seja diferente.

Entende-se por história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo; e, por externa, a história da língua no contexto da história social, política, econô-

mica e cultural da(s) sociedade(s) com a(s) qual(is) ela está relacionada.

Assim, mostrar, por exemplo, que consoantes surdas latinas /*p, t, k, f*/, quando intervocálicas (isto é, num determinado contexto estrutural), transmudaram-se em sonoras /*b, d, g, v*/ (respectivamente) no português é estar fazendo história interna: estamos abordando um aspecto das mudanças por que vão passando elementos da estrutura da língua em si mesma considerada.

Por outro lado, estudar, por exemplo, como se deu a ocupação romana da Península Ibérica e a conseqüente formação das várias línguas românicas aí faladas é estar fazendo história externa.

Damos aqui um exemplo que poderíamos chamar de macro-história, isto é, o evento da ocupação romana como um evento de grande conjuntura e suas conseqüências lingüísticas. Quando se fala em história externa, tem-se de pensar também na estrutura sociolingüística e, até mesmo, numa espécie de micro-história, ou seja, numa história que busca recuperar o cotidiano das populações (seu trabalho, alimentação, moradia, vestuário, lazer) e sua contraparte lingüística, o que acaba por revelar complexas redes de relações culturais entre grupos, regiões e povos diferentes que podem ter efeitos sobre a mudança lingüística.

Só história interna?

Alguém poderia pensar que à lingüística interessa somente a história interna das línguas; e que conhecer a história externa é apenas um exercício de

erudição. Muitos lingüistas — ou por considerarem que a lingüística deve se ocupar exclusivamente com o que é imanente à língua (como os estruturalistas); ou por não considerarem a realidade lingüística como primordialmente social e histórica (como os gerativistas) — têm, de certa forma, subscrito, no passado e no presente, tal formulação de princípio.

Contudo, estudos empíricos, no presente e no passado, vêm sugerindo que fatores sociais têm influência direta ou indireta nos processos de mudança das línguas. Desse modo, não parece adequado tratar a língua como uma realidade autônoma, imune à história de seus falantes. Por isso, buscar uma metodologia que integre história interna e história externa (encaixamento estrutural e encaixamento social) é diretriz básica para muitos lingüistas históricos.

Nem todos, como dissemos acima, concordam (ou concordaram no passado) com essa integração. Para compreender essa espécie de polêmica, é necessário lembrar que fez parte da construção da lingüística como disciplina científica autônoma a defesa de procedimentos metodológicos que buscaram lançar mão, na análise, de fatores exclusivamente lingüísticos (imanentes). Embora forte entre os lingüistas, essa atitude — que ficou consagrada na última frase do *Curso de lingüística geral* de Ferdinand de Saussure (1857-1913), lingüista suíço considerado o fundador da lingüística estrutural: "A lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma" (p. 271) — tem conhecido contestações ao longo dos quase cem anos que nos separam da publicação daquele livro (1916).

Saussure, apesar de reconhecer que as duas histórias estão associadas, defendeu uma separação estrita entre o que chamou de lingüística interna e o que chamou de lingüística externa; dizendo que é perfeitamente possível estudar a história da língua sem conhecer as circunstâncias em meio às quais ela se desenvolveu (pp. 29-32).

Trata-se de uma distinção que pode até ser produtiva na organização dos dados de observação, principalmente quando nos faltam informações sobre a história social e cultural dos falantes.

Essa produtividade, contudo, facilmente cria, como bem observa o lingüista britânico Roger Lass (1978, p. 121), uma espécie de sedução hipnótica nos lingüistas: como é possível representar formalmente aspectos estruturais da história das línguas, deduzem eles daí que a língua é uma realidade totalmente autônoma. É essa dedução que fundamenta a orientação teórica de manter estritamente separadas a história interna e a externa. E isso traz um certo desconforto para os lingüistas que têm uma concepção diferente da língua.

Esse desconforto não é, porém, apenas de natureza filosófica: ele resulta também de estudos empíricos, isto é, de se tomar em conta estudos dialetológicos e sociolingüísticos; de se considerar que fatores sociais desencadeiam longos processos de mudanças internas (como exemplifica a história dos pronomes de tratamento do interlocutor em português — cf. Faraco, 1982); ou que interferem nos caminhos da mudança, como vimos com o exemplo dos encontros consonantais latinos /*kl*-/ e /*pl*-/ acima.

Dessas considerações e de outras semelhantes, decorre a aceitação por muitos lingüistas da idéia de que

é necessário correlacionar a história interna e a externa, buscando uma apreensão mais global e adequada empiricamente dos complexos processos de mudança.

Podemos observar duas formas básicas de ver essa correlação. Uma, que poderíamos chamar de *aditiva*, defende o princípio de que primeiro se deve esgotar todas as considerações de ordem interna, para só então dar atenção aos fatores externos. Tem-se aí uma perspectiva em que o externo é apenas complementar ao interno. É a posição sustentada, por exemplo, pelo lingüista francês André Martinet (1908-1999):

> Sem nunca desprezar dados históricos de qualquer natureza, o diacronista só os fará intervir em último lugar, uma vez esgotados todos os recursos explicativos que o exame da evolução própria da estrutura e o estudo dos efeitos de interferência lhe proporcionam (1971, p. 212).

Martinet diz, em seu livro *Économie des changements phonétiques*, escrito em 1955 (p. 191), que o lingüista poderia legitimamente se dar por satisfeito com interpretações funcionais e estruturais para as mudanças, já que todas elas — segundo ele — estão sempre de acordo com o que chama de economia da língua (ver Capítulo 5). Só admite fazer intervir na interpretação da mudança fatores externos ao sistema sob duas condições: que estejam esgotadas as possibilidades de condicionamentos estritamente internos e que os fatores externos sejam apenas de natureza lingüística, isto é, fatores advindos do contato entre línguas, variedades dialetais e usos diferentes.

Há um pressuposto de que a língua goza de uma quase absoluta autonomia em relação ao contexto concreto da interação social e que, em conseqüência, sua histó-

ria é um processo, em princípio, condicionado internamente, isto é, pelas configurações do próprio sistema.

Numa tal perspectiva, a história social e cultural dos falantes é mera informação suplementar.

Outra forma, que poderíamos chamar de *integrativa*, é defendida por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e depois novamente por Labov (1982). Partindo do princípio de que a mudança no tempo tem relações com a variação sincrônica e que essa variação está correlacionada com aspectos da estrutura social, esses autores estabelecem como um ponto essencial da investigação histórica localizar o fenômeno sob mudança tanto no contexto estrutural (interno) quanto no contexto social (externo), porque — como dizem eles (p. 162) — os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com mudanças na estrutura social.

Reconhecem (principalmente Labov, 1982, p. 28) uma relativa independência desses dois aspectos, mas consideram essencial correlacioná-los, especialmente quando se trata de responder à pergunta: "Quais as forças que conduzem o continuado movimento da mudança lingüística?" Diz Labov a esse respeito (tradução nossa): "Todas as indicações apontam para fatores externos à estrutura firmemente entrelaçada das relações internas, pelo encaixamento da língua na matriz mais ampla das relações sociais" (1982, p. 76).

Essa perspectiva é, de certa forma, bastante semelhante àquela que Antoine Meillet (1866-1936), lingüista francês e importante diacronista, defendia — embora apenas programaticamente — num estudo de 1906 (tradução nossa):

> A língua é uma instituição com uma autonomia que lhe é própria; deve-se, portanto, determinar as condições gerais da mudança de um ponto de vista puramente lingüístico (...). Contudo, como a língua é uma instituição social, segue daí que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar para dar conta de uma mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas não passam de conseqüências — algumas vezes imediatas e diretas, mais freqüentemente mediatas e indiretas (1926, p. 17).

Reconhecendo a realidade a um tempo estrutural e social das línguas, Meillet introduzia não só uma dimensão sociológica no estudo da história das línguas, como também a necessidade de buscar uma investigação histórica capaz de correlacionar de forma adequada o especificamente lingüístico e o especificamente social.

Embora os estudos sociolingüísticos tenham trazido, desde a década de 1960, uma valiosa contribuição para o delineamento de uma tal investigação, estamos longe ainda de uma teoria suficientemente forte para permitir a elucidação dos processos envolvidos nessa complexa correlação.

Tanto a perspectiva aditiva quanto a integrativa constituem diretrizes metodológicas bastante diferentes (a perspectiva aditiva menos, é verdade, mas ainda assim diferente) daquelas rigidamente imanentes, que não admitem senão fatores lingüísticos no estudo de questões lingüísticas, como, por exemplo, J. Kurylowicz (lingüista de tradição estruturalista) que dizia, em 1948 — *apud* Weinreich, Labov e Herzog, p. 177 (tradução nossa): "Deve-se explicar fatos lingüísticos por meio de outros fatos lingüísticos, não por meio de fatos hete-

rogêneos (...). Explicações por meio de fatos sociais são um desvio metodológico" (1948, p. 84).

Essas palavras, tão ao gosto dos estruturalistas, revelam o fascínio que a beleza arquitetônica dos modelos imanentistas exerce sobre muitos lingüistas.

Crítico ferrenho dessas perspectivas imanentes, o lingüista russo Valentin N. Voloshinov (1895-1936) asseverava, em 1929, o oposto como princípio:

> É nessa mesma ordem [isto é, do social para o lingüístico) que se dá o processo real da mudança lingüística: as relações sociais mudam; a comunicação e a interação verbais mudam no quadro dessas relações sociais; as formas dos atos de fala mudam em conseqüência das mudanças na interação; e, finalmente, esse processo de mudanças se reflete na alteração das formas da língua (1979, p. 110).

O que Voloshinov faz é destacar o fato de que o movimento histórico das línguas está correlacionado com alterações nas relações sociais: há uma história social que precede as mudanças lingüísticas, isto é, mudanças na organização social geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança lingüística (conforme se pode verificar empiricamente pelo estudo sociolingüístico realizado por Milroy em Belfast tendo as redes sociais como um dos critérios cruciais).

Isso tudo porque as mudanças nas relações sociais põem em contato mais intenso grupos de falantes que usam variedades dialetais (geográficas ou sociais) diferentes ou mesmo línguas diferentes. Esse encontro de diferentes variedades lingüísticas (e/ou de línguas diferentes) — fazendo co-ocorrerem contrastivamente formas diferentes de dizer o mesmo

— cria condições para a mudança, já que, conjugado a fatores como prestígio e poder social e lealdade lingüística, permite a seleção de formas e a adoção de características de uma variedade (ou de uma língua) por falantes de outra variedade (ou de outra língua).

É preciso ter claro, nessa linha de raciocínio, que não se trata de processos simples, nem de relações de um determinismo mecanicista; são processos caracterizados por complexas mediações, tanto nas dimensões sociais, quanto nas dimensões lingüísticas, mediações estas ainda pouco esclarecidas pelos lingüistas, em boa parte porque tem predominado entre eles a forma de pensar a mudança por meio de esquemas interpretativos que assumem a língua como uma realidade autônoma (cf. Capítulo 5).

A mudança emerge da heterogeneidade

Defender uma perspectiva que integre interno/externo não significa dissolver as especificidades do lingüístico no social. Significa, isto sim, reconhecer a língua como uma realidade essencialmente social que, correlacionada com a multifacetada experiência econômica, social e cultural dos falantes, apresenta-se, em qualquer situação, como uma realidade heterogênea, como um conjunto de diferentes variedades.

Significa também reconhecer que as mudanças nas relações sociais, fazendo entrecruzar de formas múltiplas a heterogeneidade lingüística e somando a isso fatores como atitudes sociais e características estruturais, criam condições para fazer emergirem as mudanças lingüísticas.

Assume-se, em outras palavras, que a língua tem especificidades estruturais, mas não se assume que ela se constitui, por isso, numa realidade totalmente autônoma, desligada da vida dos falantes. Assim, o núcleo do estudo histórico das línguas é o complexo jogo dialético entre o social e o estrutural.

Se ainda é precário nosso entendimento desse jogo, estudos empíricos vêm apontando a consistência da intuição de Meillet e da formulação de Voloshinov. Dentre tais estudos, vale mencionar aqueles realizados por Weinreich e por Labov.

O trabalho do lingüista norte-americano Uriel Weinreich (1927-1967) — *Languages in Contact* (Línguas em contacto), publicado pela primeira vez em 1953 — apresenta um detalhado estudo da interferência entre línguas em contacto, isto é, línguas usadas alternativamente pelos mesmos falantes (situações de bilingüismo, portanto), com interessantes indicações do impacto histórico desse contacto.

Vale dizer, a esse respeito, que a percepção da relevância do contacto lingüístico para a mudança é relativamente antiga em lingüística histórica.

Já no início do século XX, os lingüistas falavam em *substrato*, *superestrato* e *adstrato*. São três termos para designar diferentes situações de contacto:

a) designa-se *substrato* a língua que uma população utilizava e que, por várias razões (por exemplo, sua invasão e conquista por outra população), é abandonada e substituída por outra. Um exemplo tradicional de substrato é a língua celta falada antes da ocupação roma-

na nos territórios que hoje constituem a França, e que foi substituída pelo latim;

b) designa-se *superestrato* a língua introduzida na área de outra, mas sem substituí-la, podendo com o tempo vir a desaparecer. Um exemplo tradicional de superestrato são as línguas germânicas dos povos que invadiram o império romano. Esses povos posteriormente adotaram o latim como língua;

c) designa-se *adstrato* uma língua falada num território contíguo àquele em que se fala a língua tomada como referência. Diz-se, por exemplo, que o espanhol é o adstrato do português brasileiro (tomado este como referência) nas regiões da fronteira Brasil/Uruguai.

Observa-se que, nesses três tipos de contacto, as populações desenvolvem diferentes graus de bilingüismo e, em conseqüência, de eventuais passagens de características de uma para outra língua, o que pode resultar em processos de mudança.

Os três termos têm sido pouco utilizados mais recentemente. Isso porque no passado alguns estudiosos atribuíram, com muita facilidade e liberalidade (isto é, sem suficiente base empírica), fenômenos de mudança à influência de outras línguas. A cautela atual não nega, porém, o princípio geral de que o contacto lingüístico — tanto entre línguas diferentes quanto entre variedades da mesma língua — pode ser importante fator condicionante de mudanças.

Posto isso, voltemos a comentar os trabalhos que têm dado contribuições decisivas para uma investiga-

ção histórica das línguas mais interligada à vida social, política, cultural dos falantes.

Labov, estudando a variação sincrônica na sua dimensão social (variação correlacionada com características socioeconômicas e culturais dos falantes) e na sua dimensão estilística (variação correlacionada com características da situação de fala, isto é, maior ou menor nível de formalidade), mostrou o enraizamento da mudança na variação (cf. Capítulo 5), principalmente ao demonstrar que cada uma das variantes sociais e estilísticas é avaliada de forma diferente pela comunidade, gerando assim condições para sua eventual expansão ou retração entre os falantes, movimento que está na base do processo histórico-lingüístico.

O próprio Voloshinov não ficou numa afirmação apenas programática. É exemplar de sua maneira de compreender a mudança lingüística o estudo que realizou da história das diferentes formas de reportar o discurso de outrem (o discurso citado), em algumas línguas européias, estudo apresentado na terceira parte de seu livro sobre a filosofia da linguagem e que abre sendas para a investigação das mudanças em dimensões da realidade lingüística (as chamadas dimensões discursivas) ainda pouco enfocadas pela lingüística histórica, que tem se concentrado, em seus 200 anos de existência, principalmente na investigação de mudanças fonético-fonológicas e morfológicas, com algumas incursões na seara da sintaxe.

Conflitos de concepção

Essa situação que acabamos de relatar nos desvela conflitos básicos em lingüística entre diferentes

concepções de linguagem e, em conseqüência, de diferentes concepções de mudança lingüística.

Os lingüistas, em geral, têm tratado a língua como um objeto autônomo, seja de natureza física (um organismo vivo, como em Schleicher, no século XIX; ou como um sistema biologicamente determinado, como vieram a defini-lo os lingüistas gerativistas no século XX); seja de natureza formal (um todo que se basta a si mesmo, como entre os estruturalistas).

Da mesma forma, a mudança tem sido vista como motivada por fatores físicos (as mudanças se dariam por razões de conforto anatômico ou fisiológico; por economia de esforço muscular) ou imanentes (as mudanças se dariam por razões de equilíbrio e reequilíbrio interno do sistema; ou, nos termos de Martinet, por razões da economia da língua).

Trata-se a língua, em todas essas perspectivas, como se ela não tivesse falantes. Esses, mesmo quando presentes nas declarações de princípio de algumas das orientações teóricas, não passam, como diz Lass (1980) em seu capítulo 4, de dados periféricos ou de suaves estorvos, logo excluídos das práticas analíticas.

No geral, os falantes concretos estão excluídos das teorias. Algumas vezes, o falante que entra em cena é um curioso indivíduo isolado, desconectado da história e da sociedade, preexistindo inclusive a ambas. É um alguém que, dando vazão a alguma misteriosa força física (conforto fisiológico? acuidade perceptual?) ou psíquica (conforto espiritual, expressivo? menor esforço?), inova por si mesmo; impõe mudanças à língua que, depois, se espalham entre os demais falan-

tes numa espécie de ação entre amigos, um adotando a mudança do outro (talvez) por simpatia.

À primeira vista, esse perfil do falante pode parecer caricatural. Na verdade, porém, é ele que está presente no horizonte de muitos lingüistas e de grande parte das orientações teóricas da lingüística. O falante concreto, histórico, construído e se construindo nas relações sociais é ainda bastante estrangeiro na lingüística.

A perspectiva de uma mudança substantiva nesse quadro depende da consolidação duma concepção de linguagem que a tome como essencialmente social e não como acidentalmente social, o que significa — por conseqüência — tratar as mudanças lingüísticas como correlacionadas de forma sistemática com a história social dos falantes.

Isso não significa, vale repetir, entender a mudança como mecanicamente determinada por mudanças sociais; mas, sim, que as mudanças sociais — ao alterar as relações interacionais — podem, por isso, desencadear processos de mudança na língua.

Significa, em outras palavras, assumir que as condições da mudança estão dadas no social (mais especificamente na heterogeneidade da realidade lingüística e na complexa dinâmica das relações interacionais) e envolvem múltiplos fatores ainda não claramente explicitados pela lingüística histórica, em grande parte porque têm prevalecido nela orientações teóricas imanentistas.

A consolidação — por força dos fundamentos empíricos de que dispomos até agora — duma orientação teórica radicalmente social vai resultar em se

assumir não a existência de misteriosas (e cegas) forças físicas, biológicas ou sistêmicas a impulsionar a mudança, mas o princípio de que a propulsão e a direção das mudanças está, em última análise, no social.

Nesse ponto, parece que Lass (1980, p. 131) tem razão quando diz que a mudança lingüística é um domínio de opções, incluindo a opção zero (isto é, a opção de não mudar). Nessa linha interpretativa, nenhuma mudança é por si necessária: ela encontra seu caldo de possibilidade na pluralidade de formas lingüísticas existentes no social e vai ocorrer ou não na dependência de um intricado (e ainda pouco esclarecido) processo de preferências sociais contingentes. É mais ou menos como dizer que a história em si não tem nenhum significado além daquele que os homens concretos lhe conferem.

Causas ou condições?

Cabe, neste ponto, discutir uma questão que é colocada com muita freqüência sobre as mudanças das línguas. As pessoas, quando estão diante dos fatos de mudança, costumam perguntar por que as línguas mudam.

O primeiro comentário diz respeito à própria natureza da pergunta. Se ela é tomada num sentido geral, é uma pergunta inadequada: as línguas mudam porque nada é estático e, numa realidade em que tudo se transforma, estranho seria se justamente as línguas não mudassem.

Por outro lado, se a pergunta pressupõe um conceito de causalidade como uma relação de determina-

ção necessária de um fato qualquer (isto é, dada uma situação x, acontecerá necessariamente y), a pergunta é também inadequada: sendo uma realidade humana, social e cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade (de leis e relações cegas e automáticas), mas ao universo da possibilidade.

Aceitando isso, não se fala, na história das línguas, propriamente em causas (necessárias), mas antes em condições (possíveis) da mudança, isto é, sob que condições uma mudança é possível.

Deve estar claro que caminhar nessa linha de reflexão nos afasta de orientações teóricas que, coerentes com sua concepção autonomista (e, portanto, associal) da língua, têm operado com a noção de causalidade como força determinante da mudança; e que, em conseqüência, têm buscado universais da mudança, isto é, princípios que — dada uma situação x — se aplicariam categoricamente.

Afastar-se dessas orientações não implica negar a existência de princípios gerais que, como diz Labov (1982, p. 59), podem influenciar o curso da mudança lingüística sem, contudo, determiná-lo de forma absoluta.

Labov exemplifica esse raciocínio com o princípio aceito por muitos em lingüística histórica de que, se houve um processo de fusão de dois fonemas, esta fusão é irreversível, porque, do contrário, os falantes teriam de reaprender, sem erro, a pertinência original de cada palavra. E isso é, segundo acreditam os imanentistas, uma impossibilidade, já que, segundo entendem, as mudanças ocorrem de forma discreta (o elemento novo substitui o velho diretamente sem fases intermediárias e sem áreas sociais ou geográficas não atingidas pela

mudança) e geral (todas as ocorrências do elemento, nas mesmas circunstâncias, sendo mudadas).

Labov (1982, pp. 56-57) reporta, contudo, vários casos registrados de fusões que se desfizeram, o que tira o pretenso caráter universal do princípio da irreversibilidade das fusões. Os estudos empíricos mostram que esse princípio parece ser uma tendência geral, mas não universal, isto é, a não-reversão parece ser mais provável, mas ela não é impossível, desde que haja condições sociais propícias.

Diante disso, Labov diz (tradução nossa):

> A busca de uma condicionante estritamente universal é, portanto, a busca de uma faculdade isolada da linguagem, não encaixada na matriz mais ampla da estrutura social e lingüística. Nada do que descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas totalmente isoladas (1982, p. 60).

Mudança lingüística: progresso ou degeneração?

Os falantes que não conhecem lingüística, ao desenvolverem consciência de mudanças em sua língua, tendem, muitas vezes, a desenvolver paralelamente uma atitude negativa em relação a elas, entendendo-as como uma espécie de decadência: a mudança estaria empobrecendo a língua, degenerando-a, transformando-a para pior.

Outros, ao contrário, acreditando que mudança significa simplificação, tendem a desenvolver uma atitude positiva diante das mudanças, achando que a língua de hoje, por ser aparentemente mais sim-

ples, e, portanto, mais "prática", é melhor que a do passado.

Essas duas representações de senso comum da realidade da mudança lingüística, embora hoje abandonadas pelos lingüistas, ocorreram como formulações científicas na história de nossa disciplina.

Muitos dos primeiros estudiosos que se dedicaram aos estudos sistemáticos das línguas no início do século XIX entendiam — em acordo com o contexto ideológico mais amplo de seu tempo — que as línguas antigas, principalmente em função das características de sua organização morfológica densa em formas diferentes (declinações e conjugações), se encontravam em estágios superiores de desenvolvimento (isto é, mais adaptadas à expressão, por realizarem maior número de distinções gramaticais no nível morfológico) em comparação com as línguas contemporâneas.

A história seria, nessa perspectiva, um processo degenerador, degradando a estrutura das línguas. Daí a relevância da tarefa de se buscar reconstituir o seu passado, tentando atingir o que seria uma espécie de gloriosa idade de ouro das línguas.

Esse ponto de vista estava enraizado na cosmovisão do chamado Romantismo alemão — movimento ideológico fortemente nacionalista — que, em reação ao Iluminismo e às turbulências trazidas pelas guerras napoleônicas ao contexto político da Europa, cultivava uma concepção nostálgica do passado.

Na metade do século XIX, o lingüista alemão August Schleicher (1821-1868), projetando aspectos de sua formação em ciências biológicas, criou uma teoria que concebia a língua como um organismo vivo,

com existência própria independente de seus falantes, e exibindo períodos de desenvolvimento, maturidade e declínio. Isso significava entender a história das línguas como um processo que, depois de atingir um estágio superior, acabava por produzir degeneração. Reforçava-se com isso, embora sobre outros fundamentos ideológicos, a tese dos lingüistas anteriores.

No fim do século XIX, o lingüista dinamarquês Otto Jespersen (1860-1943) defendeu, em seu livro *Progress in Language* (1894), tese exatamente oposta, isto é, de que na história das línguas não há decadência, degradação, degeneração; o que há é progresso, um caminho de mudanças na direção de formas mais aperfeiçoadas.

Jespersen considerava que o conjunto de modificações no tempo, mais do que perdas, eram ganhos qualitativos. Ao abreviar formas, ao desenvolver estruturas analíticas com o progressivo abandono de flexões, ao regularizar formas irregulares, ao fixar a ordem das palavras (Jespersen tinha a história da língua inglesa como referência), os processos históricos tornavam as línguas mais aptas para a expressão, porque, segundo ele, davam-lhes maior clareza e precisão, exigindo do usuário menor esforço de memória e, até mesmo, menor esforço muscular na fala.

Jespersen estava trabalhando num contexto ideológico diferente daquele do Romantismo alemão ou do biologismo de Schleicher. O quadro ideológico na Europa ocidental nos fins do século XIX, sob o impacto da expansão da sociedade industrial e sob influência dos estudos evolucionistas de Darwin, operava largamente com os conceitos de progresso e evolução.

Nesse contexto, pensadores como o inglês Herbert Spencer (1820-1903) concebiam a história das sociedades humanas como um processo contínuo e linear de evolução, passando de estágios mais primitivos para estágios mais aperfeiçoados. Era o chamado evolucionismo sociológico. Entendiam muitos desses pensadores que as sociedades humanas caminhavam no sentido de atingir o "alto" estágio de desenvolvimento e progresso das sociedades européias ocidentais.

Parece que na base da tese de Jespersen, de que a história das línguas implica progresso, estavam justamente essas concepções de história do evolucionismo sociológico.

Hoje, os lingüistas não costumam operar com nenhuma dessas duas teses. Em outras palavras, não se entende mudança lingüística nem como progresso, nem como degeneração. Como diz Câmara Jr., "a palavra evolução, em lingüística, pressupõe apenas um processo de mudanças graduais e coerentes" (1972a, p. 192).

Entre as teses do século XIX e essa espécie de atitude avaliativa neutra da mudança lingüística, estão algumas das formulações teóricas mais básicas do pensamento lingüístico do século XX, tanto na tradição estruturalista européia quanto na tradição antropológica norte-americana com Franz Boas e Edward Sapir.

São tendências teóricas que, de uma forma ou de outra, sistematizam uma reflexão que já vinha se fazendo, paralela à hegemonia dos estudos históricos, no sentido de que as línguas deveriam ser estudadas como objetos autônomos, como sistemas auto-regulados.

Assim é que Saussure, no início do século XX, formulou uma concepção de língua como um sistema

de valores puros, isto é, como um todo cujas partes estão em estritas relações de oposição e mútua dependência.

Esse complexo emaranhado de relações define uma totalidade solidária, um objeto que, em princípio, se basta a si mesmo: "A língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria" (Saussure, p. 31).

Ora, se esse sistema se basta a si mesmo em cada momento sincrônico, se há um equilíbrio solidário entre todas as suas partes, não se pode conceber a mudança como degeneração ou progresso, mas como um processo pelo qual as línguas simplesmente "passam de um estado de organização a outro" (Saussure, p. 189): altera-se a configuração do sistema, mas nunca a realidade sistêmica da língua.

As mudanças no eixo do tempo, pela substituição de elementos dentro do sistema, vão apenas promovendo "um deslocamento mais ou menos considerável das relações" (Saussure, p. 93), deslocamento este que é possível, segundo Saussure, em decorrência da natureza arbitrária das relações entre as duas partes que constituem, em sua teoria, o signo lingüístico, ou seja, o significante e o significado. Por serem arbitrárias (isto é, por poderem ser diferentes), as relações podem mudar.

Na construção dessa visão neutra da mudança, é importante considerar também as repercussões, nos estudos lingüísticos, do pensamento antropológico de Franz Boas (1858-1942). Estudando as sociedades tribais da América do Norte e observando-as como organizações que, de certa forma, se bastavam a si mesmas (isto é, sistemas cujas partes estão em interdependência, a qual lhes garante autonomia, es-

tabilidade e sobrevivência), Boas criou, em reação ao pensamento evolucionista, uma concepção de cultura como um sistema integrado e como uma realidade relativa a cada grupo humano.

Interessava agora ver cada cultura como um todo único e singular no tempo e no espaço, com suas próprias características, com suas particularidades; e não numa hierarquia primitivo/civilizado (como no evolucionismo sociológico). Interessava ver como cada sociedade produzia sua cultura específica a partir de suas peculiares condições históricas e ambientais; e não situá-la numa pretensa escala de evolução ou progresso em direção à "civilização". Interessava ver o outro como diferente e não como superior ou inferior.

Quanto às línguas, assume-se, nessa linha de pensamento, que todas elas têm igualmente organização; são sistemas equilibrados e auto-regulados; constituem um todo único e singular, dotado daquilo que Edward Sapir (1884-1939), discípulo de Boas, chama de "plenitude formal", isto é, elementos e expressões articulados "numa delicada trama de formas" (1969, p. 33) capaz de atender a todas as necessidades expressivas dos falantes: "Todas as línguas estão feitas para executar todo o trabalho simbólico e expressivo que cabe à linguagem" (Sapir, 1969, p. 36).

Nesse quadro, a mudança só pode ser vista como um remodelar contínuo da língua: as noções de progresso ou degeneração não fazem mais sentido.

Sapir propunha, inclusive, tratar a mudança como submetida a uma força interna (*drift*, que Câmara Jr. traduziu por *deriva*) que impulsionaria as línguas numa determinada direção (Sapir, 1971, cap. VII).

Esse conceito foi formulado a partir da observação de que uma das características da história das línguas indo-européias era a progressiva eliminação de marcas morfológicas de caso, gênero, número, pessoa, voz: as línguas mais antigas da família tinham uma morfologia mais densa que as línguas mais novas, que são, nesse sentido, mais analíticas (isto é, marcam as relações gramaticais menos no interior da palavra do que por meio de sintagmas construídos com preposições, artigos, verbos auxiliares: dizia-se, por exemplo, em latim *mater puerorum* e diz-se em português *a mãe dos meninos*).

Haveria aí, segundo acreditava Sapir, uma espécie de plano prefixado que era inexoravelmente seguido pelas línguas da família indo-européia.

Embora não tenha sido discutido em detalhes por Sapir, esse conceito de deriva é perfeitamente compatível com a concepção de que as línguas têm plenitude formal: se são sistemas equilibrados e auto-regulados, deverá ser também auto-regulada sua mudança. Assim, as línguas não degeneram (a plenitude formal sempre se mantém), nem progridem (não cabe falar em progresso de um sistema com plenitude formal); elas apenas mudam e o fazem obedientes a uma força que está em seu próprio interior. Aos falantes restaria realizar uma seleção inconsciente das variações individuais que se acumulam nessa dada direção.

Essa idéia de auto-regulação da mudança, apresentada com nuanças diferentes, conforme as peculiaridades de cada orientação teórica, é — por razões óbvias — particularmente cara aos lingüistas imanentistas (cf. Capítulo 5). Uma das leituras con-

temporâneas mais fiéis à neutralidade da formulação de Sapir é a da lingüista norte-americana Robin Lakoff, que apresenta a deriva como uma metacondição (uma condição geral) sobre a forma como, tomada em seu todo, a estrutura (a gramática) duma língua mudará (1972, p. 178).

Antes de concluir esta parte, vale a pena dizer que os lingüistas, ao fazer estudos diacrônicos, aparentemente trabalham, em sua maioria, com esse relativismo, evitando qualquer avaliação quanto à mudança.

Certamente, hoje ninguém mais em lingüística aceita, por falta de qualquer amparo empírico, a idéia de que mudança equivale a degeneração, no sentido de que a história seria um processo de contínua degeneração da língua. Se se mantivesse essa concepção degenerativa, seria difícil (ou impossível) dar conta do fato de que continuamos interagindo, de que as línguas se mantêm organizadas e de que nenhuma língua é menos estruturada que qualquer outra.

Subjacente, porém, a vários autores, principalmente entre alguns estruturalistas europeus e mais recentemente entre os gerativistas, há uma certa idéia de que algumas mudanças podem ser motivadas por uma espécie de "correção de rumo".

A mudança é, então, teleológica?

Na visão desses teóricos, aceita-se que mudanças podem produzir distúrbios no equilíbrio sistêmico das línguas e, em resposta a esses distúrbios, haveria novas mudanças pelas quais os sistemas buscariam restabelecer o equilíbrio perdido.

Os primeiros a dar expressão mais sistemática a essa idéia foram os lingüistas da chamada Escola de Praga — grupo do qual faziam parte, entre outros, os lingüistas russos Nikolai Trubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982) — e que, nas décadas de 1920 e 1930, na esteira principalmente das idéias de Saussure, elaboraram, entre outros trabalhos, os fundamentos da fonologia.

Jakobson, discutindo princípios de fonologia histórica, diz (tradução nossa):

> Se uma ruptura do equilíbrio do sistema precede uma certa mudança, e uma supressão do desequilíbrio resulta dessa mudança, não temos nenhuma dificuldade para descobrir a função desta mudança: sua tarefa é restabelecer o equilíbrio. Todavia, quando uma mudança restabelece o equilíbrio em um ponto do sistema, ela pode romper o equilíbrio em outros pontos e, em conseqüência, provocar a necessidade duma nova mudança. Assim se produz, muitas vezes, toda uma cadeia de mudanças estabilizadoras (1964, p. 334).

A mudança, nessa perspectiva, não apenas remodelaria continuamente o sistema, mas faria isso com a finalidade de "corrigir" situações de desequilíbrio. Assim, por exemplo, se uma oposição fonológica se perdeu no processo de mudança, criando, em conseqüência, palavras homófonas (isto é, palavras com significados diferentes, mas com a mesma estrutura sonora), deveria haver uma nova mudança com a finalidade de "corrigir" essa "incômoda" homofonia.

Está, em geral, subjacente a esse raciocínio o pressuposto de que o funcionamento da língua na comunicação depende essencialmente da manutenção de oposições significativas. Por isso, assume-se que a

mudança tem um caráter teleológico, isto é, tem finalidade; está orientada no sentido de atingir um objetivo, de cumprir uma função: especificamente, restabelecer um equilíbrio rompido.

Nessa maneira de ver, é necessário admitir que as mudanças podem ter um efeito degenerador de partes do sistema, havendo, porém, forças estabilizadoras que operam a recuperação do "dano". Contra uma espécie de conspiração para quebrar a estabilidade do sistema, haveria nele uma força autodefensiva: ameaçado de perder sua sistematicidade, o sistema produziria mudanças para recuperar o equilíbrio.

Também aqui se assume a existência de uma força interna a impulsionar a mudança. Enquanto, porém, para Sapir tratava-se de uma força neutra, simplesmente direcionadora das mudanças e remodeladora da língua (na medida em que se pressupunha que a plenitude formal nunca se perde), nas concepções teleológicas toma-se essa força como um princípio reparador, recuperador de equilíbrio perdido. Na história, não haveria apenas uma remodelagem da língua, mas uma reparação de desequilíbrios.

Na base dessas concepções da mudança, está a idéia de que o sistema lingüístico tem autonomia e, mais ainda, tem uma dinâmica própria, uma espécie de força intrínseca a presidir sua mudança.

Coseriu, comentando, em seu livro *Sincronia, diacronia e história* (pp. 192ss.), essas formulações, diz que elas assumem um determinismo do sistema, isto é,

> "a idéia de que a língua teria em si mesma as 'causas' de sua mudança; e, no fundo, apesar da terminologia renovada, é

um novo modo de se apresentar a velha concepção das línguas como organismos naturais" (p. 194).

Entre os gerativistas, há também aqueles que defendem esse caráter terapêutico da mudança. Justificam-no, porém, sobre outras bases.

Os lingüistas gerativistas são estudiosos afinados com as formulações teóricas de Noam Chomsky (1928-), lingüista norte-americano que, a partir da metade da década de 1950, propôs uma teoria que justifica a estrutura das línguas com base em pressupostos inatistas (biológicos).

Diz-se que as gramáticas das línguas humanas são fortemente restringidas por estruturas cerebrais: elas são da forma que são e não poderiam ser diferentes em razão de o cérebro ter a forma que tem.

Nessa perspectiva, importa pouco a realidade interacional das línguas. Interessa sobremaneira construir um modelo das estruturas cerebrais (um modelo da chamada gramática universal) das quais se deduziriam as gramáticas das línguas humanas. Entende-se que as restrições sobre as gramáticas são decorrentes dos fundamentos biológicos das línguas, fundamentos esses que garantem a cada criança as condições cognitivas para adquirir a língua de sua comunidade.

À primeira vista, pode-se pensar que a variação entre as línguas, as diferentes variedades da mesma língua e a própria mudança lingüística poderiam trazer intransponíveis dificuldades para uma tal teoria. Contudo, assume-se que as estruturas mentais não são categóricas em sentido absoluto (isto é, no sentido de que há uma só forma de realizá-las), mas em sentido relativo (isto é, elas restringem fortemente a

forma das gramáticas, mas admitem caminhos alternativos). É desse modo que se procura dar conta das diferenças entre as línguas. Mais que isso: havendo caminhos alternativos, existirá também a possibilidade de uma língua ir de um para outro, isto é, de uma gramática mudar sua forma no correr do tempo.

Admitindo isso, se deduziria daí que as línguas — como resultado de processos de mudança — teriam aspectos menos naturais para sua atual configuração (resquícios, talvez, de estados anteriores) e que tenderiam a ser substituídos.

Assim, no trato das mudanças, os gerativistas costumam operar com conceitos afinados com seu biologismo. Assumem que há realidades lingüísticas mais naturais (mais de acordo com a natureza) do que outras; falam em processos de *otimização*, no sentido de que as línguas tendem a mudar para maximizar as realidades mais naturais (cf. King, 1969; Schane, 1972).

Um exemplo disso poderia ser a questão da estrutura silábica. Entende-se (cf. Schane, 1972) que a estrutura silábica CV (consoante + vogal) é mais natural (por ser, em princípio, mais freqüentemente observada nas línguas humanas) e, em conseqüência, se na história duma língua os padrões silábicos se alteram, transformando-se em CV, haveria uma razão natural aí: tal língua estaria otimizando sua estrutura.

Assume-se, então, que a mudança tem finalidade: ela se dá para "corrigir", por exemplo, realidades tidas como menos naturais; ou para "corrigir" o rumo da mudança se seus efeitos produziram opacidade estrutural, isto é, a organização estrutural deixou de ser transparente para as estratégias perceptivas do

falante e/ou para o processo de aquisição da língua (cf. Lightfoot, 1979).

Nessa perspectiva, a mudança é teleológica, apenas que ela se dá não sob pressões da função comunicativa, mas sob restrições de base biológica. Assim, D. Lightfoot, em seus primeiros trabalhos sobre a mudança sintática, propôs um princípio (que ele chamou de "princípio da transparência") que limitaria, no interior da gramática, o grau de opacidade estrutural tolerável. Atingido o limite, esse princípio determinaria uma reanálise, de modo a corrigir a opacidade.

Foi dessa maneira que ele procurou dar conta, entre outros fatos da história da língua inglesa, das mudanças do sistema de pronomes relativos naquela língua, com o desenvolvimento da função relativa dos pronomes interrogativos (os chamados pronomes WH: *who, which, what*).

Tal desenvolvimento se fez necessário para "curar" uma ambigüidade da forma *the* que funcionava, em estágios anteriores ao inglês moderno, como complementizador (marcador de oração subordinada relativa), como nominativo singular do demonstrativo e progressivamente como artigo definido.

Segundo Lightfoot, essa homofonia gerava, em alguns casos, uma situação não clara: a forma era complementizador, demonstrativo ou artigo? Isso criava para o falante dificuldades de percepção da estrutura (um grau intolerável de opacidade), o que determinou um movimento "curativo" (por força do princípio da transparência) de reanálise: *that* passa a ser o único complementizador, ao mesmo tempo que os pronomes interrogativos desenvolvem função relativa.

Uma avaliação das hipóteses teleológicas

Avaliando essas propostas teóricas que entendem aspectos da mudança numa dinâmica desequilíbrio/reequilíbrio, Lass, em seu livro sobre a explicação da mudança lingüística (1980), mostra que, embora nos casos exemplares elas pareçam satisfatórias, são, de fato, insuficientes, tanto por razões empíricas, quanto por razões teóricas. Comentamos a seguir alguns dos aspectos apontados a esse respeito por aquele lingüista.

Lass argumenta que aceitar a existência duma dinâmica desequilíbrio/reequilíbrio implica aceitar também e necessariamente que a mudança terapêutica tem de ser categórica e abrupta, isto é, deve "corrigir" todos os casos e atingir toda a língua de uma só vez.

Sem essa implicação, interpretações teleológicas, sejam elas naturalistas ou funcionalistas, perderiam todo sentido. Como justificar que situações "anormais" possam perdurar sem "correção" abrupta e completa?

Aceitar a implicação, porém, nos conduz a um insuperável conflito com o material empírico disponível, principalmente com as observações referentes ao processo de difusão das mudanças. O perceptível por esses estudos é que, em geral, determinada mutação avança por pequenos incrementos e por meio da seleção gradual entre membros de um conjunto de variantes coexistentes, processo que costuma durar relativamente longos períodos de tempo (cf. Labov, 1972; Labov, Yaeger & Steiner, 1972; Lass, 1978, entre outros).

Mais ainda: há mudanças ditas terapêuticas que se difundem por algumas variedades dialetais e não por outras. Essa situação nos obrigaria a dizer que algumas variedades são mais "naturais" ou "funcio-

nais" que outras. Levando isso às últimas conseqüências, teríamos de prever a ocorrência em massa, entre os falantes das variedades menos funcionais ou naturais, de sérias falhas perceptivas, ou de grandes dificuldades no processo de aquisição da linguagem, ou ainda de graves fracassos comunicacionais.

Ora, se a mudança terapêutica não se dá em algumas variedades dialetais e isso não tem nenhum efeito (isto é, os falantes continuam adquirindo normalmente a língua e interagindo sem falhas em massa), as interpretações teleológicas da mudança ficam sem qualquer fundamento empírico.

Por outro lado, Lass chama a atenção para os inúmeros casos de "disfunções", isto é, situações classificáveis como de desequilíbrio e que simplesmente não são "corrigidas". Parece que as comunidades lingüísticas têm à disposição o que Lass denomina de estratégia nula, isto é, em situações em que interpretações teleológicas preveriam uma "correção" de rumo, as mudanças não ocorrem.

Ao mesmo tempo, Lass nota que não temos nenhuma base empírica para estabelecer, para além das línguas conhecidas, o que seria um estado natural ou funcional perfeito de língua, pressuposto necessário das interpretações teleológicas para se poder classificar situações ou línguas como em desequilíbrio.

Nossos registros só conhecem línguas bem-sucedidas: não há registro de língua desaparecida por defeitos internos; não se conhecem línguas aberrantes, nem abortos lingüísticos. Nesse sentido, aceitando que as línguas têm funções próprias (é com elas, por exemplo, que se dá a interação socioverbal das comunidades de

falantes), e considerando que nunca se observou uma língua que, por razões imanentes, não tenha cumprido essas funções, não faz muito sentido considerar qualquer estado de língua ou aspectos de um tal estado como "patológico", "mal-adaptado", "desequilibrado". Desde que todas as línguas são, por definição, normais, segue que a anormalidade é uma noção incoerente, ficando difícil sustentar empiricamente teses teleológicas, sejam elas naturalistas ou funcionalistas.

Concluindo este capítulo, vale relembrar as características da mudança lingüística aqui discutidas. A mudança é contínua, lenta, gradual (não discreta) e relativamente regular. Ela emerge da realidade heterogênea das línguas, estando, portanto, correlacionada com complexos processos sociais e culturais, o que exige, em princípio, dos estudiosos uma abordagem que conjugue, pelo menos, a descrição dos contextos estruturais da mudança (isto é, dos contextos lingüísticos favorecedores daquela mudança) e de seus contextos sociais (isto é, do quadro de relações entre a estrutura social e a propulsão da mudança).

Vimos também que há diferentes formas teóricas de conceber o objeto língua e, em conseqüência, a mudança lingüística — pluralidade teórica a que voltaremos nos próximos capítulos.

4. A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA É UMA DISCIPLINA CIENTÍFICA

Como vimos até aqui, as línguas estão envolvidas num complexo fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação. Vale dizer, as línguas têm história, constituem uma realidade em constante transformação no tempo. É com essa realidade, é com material empírico como o exemplificado nos capítulos anteriores que se ocupa o estudioso de lingüística histórica.

Reconhecido o fato de que as línguas mudam no eixo do tempo, busca-se, então, dar a esse fato um tratamento científico, o que significa realizar, dentro de quadros teóricos definidos, descrições dos diferentes processos de mudança ocorrentes na história de uma língua ou de uma família de línguas; e, ao mesmo tempo, construir hipóteses de caráter explicativo para os fenômenos descritos, com base em pressupostos mais gerais a respeito da mudança lingüística como um todo.

A lingüística histórica ocupa-se, então, fundamentalmente com as transformações das línguas no tempo; e os lingüistas que nela trabalham procuram surpreender, apresentar e compreender essas transformações, orientando-se, na execução dessas tarefas, por diferentes sistemas teóricos.

Diversidade teórica

Deve ficar claro para quem se inicia na lingüística histórica (e a recuperação dos principais momentos da construção histórica dessa disciplina no Capítulo 5 deverá esclarecer ainda mais essa questão) que o trabalho científico aqui, como em qualquer outra disciplina científica, não é uma ação direta sobre os fatos: a observação e a descrição sempre ocorrem mediadas por pressupostos teóricos gerais, ou seja, aproximamo-nos dos fatos, orientados por uma teorização prévia.

Nesse sentido, não deve causar estranheza que para um mesmo evento haja mais de uma descrição ou hipótese explicativa, já que o normal na atividade científica é justamente a existência — simultânea e/ou sucessiva — de diferentes quadros teóricos.

Essa diversidade não deve espantar o estudante que se inicia no mundo da ciência. O pluralismo teórico aí não é apenas um fenômeno desejável, mas uma necessidade lógica. Como não temos o dom da onisciência, nem o poder de apreensão global instantânea do mundo, nossas aproximações científicas do real são sempre parciais: fazemos recortes nele, construindo nossos objetos de estudo, e formulamos hipóteses explicativas para esses recortes.

Tais recortes e hipóteses não coincidem entre todos os cientistas em todos os tempos: a ciência não é uma atividade de deuses ou semideuses, mas de pessoas concretas, isto é, bem localizadas no tempo e no espaço. Assim, a ciência é uma atividade enraizada na experiência social e histórica dos cientistas. Como essa experiência é sempre e necessariamente marcada pela diferença, ela gera diferentes visões de mundo

que estão inevitavelmente presentes quando da construção dos sistemas teóricos.

Isso não significa que a ciência seja toda ela condicionada apenas pelas crenças e valores dos cientistas. Há uma tensão permanente entre as teorias e o real, que constitui, por assim dizer, um dos aspectos específicos e diferenciadores da ciência em contraste com outras formas de conhecimento (a arte ou o saber prático, por exemplo).

Embora nossas aproximações do real, na ciência, sejam sempre mediadas pelas teorias e estas estejam sempre enraizadas na experiência social e histórica dos cientistas, há, na ciência um compromisso com a objetivação que não existe necessariamente em outras formas de conhecimento. Ou seja, a materialidade dos dados e a reconhecida necessidade de dar fundamentação empírica às nossas hipóteses introduzem naturais e sempre presentes conflitos entre nossas elaborações teóricas e o real.

Esse conflito dá uma dimensão de relativa objetividade à ciência. Embora nossas aproximações do real sejam sempre mediadas por sistemas teóricos, o necessário confronto das teorias com os dados empíricos abre a possibilidade da crítica pública das teorias, que vai escrutinar tanto seus fundamentos empíricos, quanto seus fundamentos filosóficos (isto é, a visão de mundo que coordena a construção da teoria).

Nesse segundo caso, trata-se menos de um conflito teoria/real e mais um conflito teoria/teoria, um conflito entre diferentes perspectivas de ver o mundo.

Como se vê, a ciência — além de caracterizada pela diversidade teórica — é, em conseqüência dessa

mesma diversidade, uma atividade em que a crítica, a polêmica, a controvérsia, o pôr em dúvida, o debate são ingredientes indispensáveis: eles é que nos preservam do dogmatismo, do obscurantismo, do irracionalismo que são a morte da própria ciência.

Quem se inicia numa disciplina científica precisa buscar compreender as suas polêmicas, o que significa ter condições de explicitar os fundamentos de cada uma, bem como sua retórica específica, isto é, os processos de argumentação predominantes.

Deve também ter como objetivo delas participar, o que significa amadurecer sua capacidade de trabalhar, não de forma aleatória ou impressionista, mas dentro de um sistema teórico, conhecendo seus fundamentos empíricos, seus pressupostos filosóficos, seus métodos e sua localização no conjunto da história da disciplina.

Para auxiliar nesse aspecto o leitor, procuramos sempre, neste livro, correlacionar as teorias e seus fundamentos, além de recuperar, no Capítulo 5, os momentos principais da história da nossa disciplina.

Neste ponto, para exemplificar as questões comentadas acima, vamos apresentar uma discussão dos conceitos de *sincronia* e *diacronia*. Sobre a questão sistema/mudança e suas implicações para o desenvolvimento da lingüística contemporânea, o leitor encontrará no livro de Lucchesi (2004) uma riquíssima discussão histórico-epistemológica.

Sincronia e diacronia

Uma distinção hoje corriqueira nos manuais de lingüística é aquela entre diacronia e sincronia. Ela

passou a ser corrente entre os lingüistas depois da publicação, em 1916, do livro *Curso de lingüística geral*, de Saussure.

Diferentemente dos estudos lingüísticos hegemônicos nos séculos XVII e XVIII, que abordavam a língua como uma realidade estável, atemporal e organizada segundo princípios da lógica (assumidos como necessariamente universais e não-históricos); e diferentemente do pensamento lingüístico predominante no século XIX, que enfocava a língua como uma realidade em transformação, entendendo a ciência da linguagem como apenas e necessariamente histórica, Saussure estabeleceu que o estudo lingüístico comportava, na verdade, duas dimensões: uma histórica (chamada diacrônica) e outra estática (chamada sincrônica).

Na primeira, o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo; na segunda, são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo. Em outras palavras, pode-se dizer que o pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo, enquanto o pressuposto da análise sincrônica é a relativa imutabilidade das línguas.

Saussure considerava que a divisão dos estudos lingüísticos em dois tipos se impunha de forma imperiosa por ser possível enfocar a língua (abstraído seu permanente movimento no tempo) como um complexo sistema de valores puros, isto é, um sistema em que os termos não se definem por si, isoladamente, mas por relações de dependência recíproca.

Nessa perspectiva, não é, por exemplo, *meninos* que isoladamente indica plural, mas a relação *meni-*

mesma diversidade, uma atividade em que a crítica, a polêmica, a controvérsia, o pôr em dúvida, o debate são ingredientes indispensáveis: eles é que nos preservam do dogmatismo, do obscurantismo, do irracionalismo que são a morte da própria ciência.

Quem se inicia numa disciplina científica precisa buscar compreender as suas polêmicas, o que significa ter condições de explicitar os fundamentos de cada uma, bem como sua retórica específica, isto é, os processos de argumentação predominantes.

Deve também ter como objetivo delas participar, o que significa amadurecer sua capacidade de trabalhar, não de forma aleatória ou impressionista, mas dentro de um sistema teórico, conhecendo seus fundamentos empíricos, seus pressupostos filosóficos, seus métodos e sua localização no conjunto da história da disciplina.

Para auxiliar nesse aspecto o leitor, procuramos sempre, neste livro, correlacionar as teorias e seus fundamentos, além de recuperar, no Capítulo 5, os momentos principais da história da nossa disciplina.

Neste ponto, para exemplificar as questões comentadas acima, vamos apresentar uma discussão dos conceitos de *sincronia* e *diacronia*. Sobre a questão sistema/mudança e suas implicações para o desenvolvimento da lingüística contemporânea, o leitor encontrará no livro de Lucchesi (2004) uma riquíssima discussão histórico-epistemológica.

Sincronia e diacronia

Uma distinção hoje corriqueira nos manuais de lingüística é aquela entre diacronia e sincronia. Ela

passou a ser corrente entre os lingüistas depois da publicação, em 1916, do livro *Curso de lingüística geral*, de Saussure.

Diferentemente dos estudos lingüísticos hegemônicos nos séculos XVII e XVIII, que abordavam a língua como uma realidade estável, atemporal e organizada segundo princípios da lógica (assumidos como necessariamente universais e não-históricos); e diferentemente do pensamento lingüístico predominante no século XIX, que enfocava a língua como uma realidade em transformação, entendendo a ciência da linguagem como apenas e necessariamente histórica, Saussure estabeleceu que o estudo lingüístico comportava, na verdade, duas dimensões: uma histórica (chamada diacrônica) e outra estática (chamada sincrônica).

Na primeira, o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo; na segunda, são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo. Em outras palavras, pode-se dizer que o pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo, enquanto o pressuposto da análise sincrônica é a relativa imutabilidade das línguas.

Saussure considerava que a divisão dos estudos lingüísticos em dois tipos se impunha de forma imperiosa por ser possível enfocar a língua (abstraído seu permanente movimento no tempo) como um complexo sistema de valores puros, isto é, um sistema em que os termos não se definem por si, isoladamente, mas por relações de dependência recíproca.

Nessa perspectiva, não é, por exemplo, *meninos* que isoladamente indica plural, mas a relação *meni-*

no-meninos. Em outras palavras, o valor de *meninos* no sistema decorre da relação de dependência recíproca que mantém com *menino*. E esse complexo de oposições e dependências recíprocas se dá de forma pura, isto é, os princípios estruturadores do sistema são exclusivamente lingüísticos: a língua, na perspectiva saussuriana, conhece somente sua ordem interna.

As mudanças das línguas no tempo, por seu turno, nunca afetam, segundo Saussure, esse sistema globalmente: não há uma transformação total de um sistema x para um sistema y, mas alterações de valor de elementos de um sistema, gerando pequenos e sucessivos rearranjos. Saussure chega a dizer, nesse sentido, que o sistema em si mesmo é imutável (p. 100).

Em razão de assumir o equilíbrio interno do sistema fora da dimensão do tempo e de entender que as mudanças no tempo não se constituem num complexo sistema de dependências recíprocas (um complexo sistema de valores), mas apenas afetam o valor de elementos isolados, Saussure defendia a necessária separação do estudo de cada uma dessas dimensões.

Ele entendia que a imobilidade absoluta das línguas não existe de fato e afirmava várias vezes, em seu texto, que as línguas estão em permanente transformação. A possibilidade do estudo sincrônico repousa, então, numa simplificação convencional dos dados, isto é, numa abstração teórica do permanente movimento das línguas no tempo, numa idealização do objeto de estudo.

Por outro lado, embora defendesse a autonomia desses diferentes estudos, Saussure não negava a interdependência entre sincronia e diacronia, lembran-

do, de uma parte, que todo fato sincrônico tem uma história, e que conhecer a gênese de um determinado estado nos esclarece acerca de sua verdadeira natureza e nos livra de certas ilusões (p. 106); e, de outra, mostrando que, no estudo do fato diacrônico, é fundamental trabalhar com todas as fases da transformação, isto é, comparar os diferentes estados sincrônicos envolvidos, surpreendendo a sucessão cronológica dos acontecimentos e evitando assim erros de compreensão do que ocorreu na história.

Deve ficar claro, então, que o que Saussure fez foi estabelecer como necessária uma rigorosa distinção metodológica entre os dois estudos, argumentando que resulta em erro confundir, como fizeram os estudiosos antes dele, dimensões subordinadas a princípios diferentes.

Seria uma quimera, diz ele, querer reunir num mesmo estudo relações que se estabeleceram entre termos sincronicamente (isto é, num mesmo estado de língua e, portanto, na dimensão do sistema de relações puras) e relações que se estabeleceram entre termos historicamente (relações não-sistêmicas, segundo ele, mas de mera sucessão cronológica).

Assim, embora o pronome átono e o artigo definido ***o*** do português sejam, no eixo da história, identificados pela mesma origem (a forma acusativa *illu* do demonstrativo latino *ille*), são elementos distintos no sistema de relações da língua de hoje.

Mattoso Câmara nos fornece mais alguns exemplos. Observa (1970b, p. 44) que a divisão morfológica sincrônica do verbo *comer* só pode ser *com-*, raiz, mais o sufixo verbal *-er*. Seria absurdo propor uma divisão

em *com-*, prefixo, e *-e-*, raiz craseada com a terminação *–er* (mantendo a estrutura morfológica do verbo em latim: *com-ed-ere*), na medida em que o *com-* de *comer* perdeu completamente seu valor prefixal antigo.

O mesmo raciocínio, Mattoso Câmara aplica à análise morfológica de *estrela* (1970a, pp. 12-13). Embora diacronicamente se justifique a divisão em *e* (vogal epêntica) + *stɛ[r]* (raiz com o *r* intercalado) + *la* (originariamente um sufixo adjetival), sincronicamente, a divisão há de ser em dois morfemas: *estrel-*, raiz, e *-a*, vogal final que indica uma classe de temas nominais (em oposição aos temas *-o*, como em *astro*, e *-e*, como em *satélite*). E conclui Mattoso Câmara:

> É claro que na sincronia da língua portuguesa a válida é a segunda análise, pois é a única que nos faz compreender a significação e a estrutura morfológica do substantivo atual (p. 13).

Lingüística descritiva teórica *versus* lingüística histórica

Essa separação entre estado (sistema) e história marca, de várias formas, os estudos lingüísticos desde meados do século XX. Boa parte dos lingüistas a aceita como um rigoroso princípio metodológico: ou se investiga o sistema ou se investiga a história.

Os manuais de lingüística costumam, então, fazer referência a dois ramos distintos dessa ciência: uma lingüística dita descritiva ou sincrônica (que se ocupa da investigação dos estados da língua) e outra histórica ou diacrônica (que trata das transformações das línguas no tempo).

Mais modernamente, em decorrência da forma como se vêm dando os estudos sincrônicos, os manuais costumam usar a denominação lingüística teórica para os estudos sincrônicos (pelo fato de esses estudos se ocuparem antes com a construção de modelos teóricos, dedutivos, dos sistemas lingüísticos e não com descrições indutivas) em oposição a *lingüística histórica* (que, lembremos, não é menos teórica que a lingüística sincrônica).

Precedência da sincronia

Outro princípio metodológico bastante aceito entre os lingüistas e decorrente também da separação diacronia/sincronia é o de que o estudo sincrônico precede sempre o estudo diacrônico. Entende-se que, para apontar as transformações ocorridas, por exemplo, no português entre o século XIII e o século XX, é preciso comparar diferentes estados da língua que devem ser previamente caracterizados como tais. Deve-se, assim, investigar estaticamente o português do século XIII/XIV, o português do século XV/XVI e assim por diante até o português do século XX, para então comparar cada estado, revelando as mudanças ocorridas.

O limite de um estado sincrônico é, na prática, indeterminado. Segundo Saussure (p. 118), pode ser de dez anos, uma geração, um século e até mais. Trata-se, na verdade, como já foi dito, de uma abstração, cujo critério, para garantir a necessária estabilidade do sistema, é o de que o estado sincrônico cubra um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a gama de modificações ocorridas seja mínima.

A hegemonia dos estudos sincrônicos e o questionamento da dicotomia sincronia/diacronia

Soma-se a essa aceitação mais ou menos hegemônica da necessidade de dividir os estudos lingüísticos em duas dimensões a tendência majoritária na lingüística do século XX (principalmente da década de 1930 em diante) de privilegiar os estudos sincrônicos.

Esse privilegiamento levou boa parte dos lingüistas a manter rigidamente separados os dois estudos. Mais do que isso: caminhou-se no sentido de se criar teorias que, concebendo a língua como um sistema formal (numa espécie de retorno às concepções universalizantes e logicizantes dos séculos XVII e XVIII), ignoram, na prática, a questão histórica e a própria realidade histórica das línguas.

Nesse quadro, os estudos históricos passaram, em geral, para um segundo plano. Isso não quer dizer, porém, que a lingüística histórica tenha estagnado. Ela continuou a ser feita regularmente nos centros universitários europeus e norte-americanos mais tradicionais, tendo conhecido, inclusive, vários refinamentos metodológicos em decorrência da projeção, na abordagem dos fatos diacrônicos, de concepções de alguns dos principais projetos teóricos da lingüística do século XX.

Por outro lado, a divisão sincronia/diacronia introduzida por Saussure tem sido também objeto de constantes discussões. Questiona-se, via de regra, a necessidade da separação rígida entre os dois estudos e a própria homogeneização do objeto, posta por

Saussure como necessária para os estudos sincrônicos e assim assumida pela maioria dos estudos posteriores.

Coseriu, por exemplo, se posiciona, em seu livro *Sincronia, diacronia e história*, de 1973, contra a visão estática de sistema que Saussure formulou; e propõe que se veja a língua como um sistema em movimento, em permanente sistematização. Ele não nega que descrição e história sejam estudos diferenciados; o que ele assume é o ponto de vista de que as línguas são objetos históricos e, por isso, seu estudo deve envolver descrição e história de forma integrada.

Weinreich, Labov & Herzog, em seu texto "Empirical Foundations for a Theory of Language Change", de 1968, começam por questionar o pressuposto sincrônico tradicional que associa sistema (estrutura, organização) com homogeneidade, e defendem a construção de um modelo de língua que seja capaz de acomodar sistematicamente a heterogeneidade sincrônica. Argumentam que um tal modelo não só conduz a uma descrição mais adequada da língua, como também permite que a lingüística histórica ultrapasse os paradoxos com os quais vem lutando por quase um século, paradoxos resultantes da homogeneização sincrônica da língua, assumida como necessária por boa parte dos lingüistas e que tem, no fundo, impedido uma abordagem mais consistente da mudança.

Isso porque essas teorias homogeneizantes não incluem a variação na sincronia; e a história — como vimos — não é a troca direta e abrupta de um elemento por outro, mas envolve sempre uma fase de concorrência. Por outro lado, essas mesmas teorias têm dificuldade em justificar a própria mudança: afi-

nal, se só o sistema sincrônico homogêneo é estruturado, como dar conta do fato de que as pessoas continuam a falar e a interagir enquanto a língua muda?

Bem antes de Weinreich, Labov e Herzog, já em 1929, e sobre outros fundamentos filosóficos, Voloshinov, um dos primeiros críticos de Saussure, já mostrava que a língua, como sistema estável de formas, é apenas uma abstração científica que pode servir para certos fins teóricos e práticos, mas que não dá conta de maneira adequada da realidade concreta e histórica (1979, p. 113).

Temos nesse questionamento um claro exemplo da diversidade teórica que discutimos acima. Trata-se aqui de diferentes orientações teóricas em torno da mesma grande questão; e o que está no centro dessa polêmica é — como veremos a seguir — a própria concepção de linguagem que fundamenta cada uma dessas orientações, tema que nos remete às diferentes visões de mundo que coordenam cada uma delas.

Concepções de linguagem e orientações teóricas diferentes

A formulação e a discussão crítica dos conceitos de sincronia e diacronia revelam, de forma bastante transparente, a questão epistemológica central da lingüística histórica, ou seja, a concepção do objeto de estudo que cada uma das diferentes orientações teóricas tem.

Dizemos que essa é a questão central, porque é ela (a concepção de linguagem) que vai direcionar o modo como cada orientação teórica vai entender a

mudança, o que, por sua vez, vai determinar seus diferentes métodos.

Ter, pois, clareza quanto à concepção de linguagem de cada orientação teórica é um dos fundamentos para se entender as suas diferenças e, principalmente, para direcionar nossas opções iniciais.

Podemos distinguir, *grosso modo*, duas grandes concepções de linguagem: uma (a mais forte em lingüística) a considera como um objeto autônomo; outra a considera como um objeto intrinsecamente ligado à realidade social, histórica e cultural de seus falantes.

Cada uma delas entende a mudança de forma diferente: para a primeira, trata-se, no fundo, de rearranjos internos do sistema, motivados internamente — isto é, são as características configuracionais do sistema que direcionam a mudança. Para a segunda, trata-se de uma dinâmica intimamente correlacionada com as atividades dos falantes — isto é, as mudanças emergem da realidade lingüística heterogênea que está ligada à heterogeneidade social, histórica, cultural de seus falantes.

Os métodos são também diferenciados. Para a primeira, trata-se de observar a mudança e determinar seus condicionantes lingüísticos; para a segunda, é básico acompanhar a história social e cultural dos falantes, correlacionando-a com a história da língua, procurando sempre realizar o encaixamento estrutural e social dos fenômenos da mudança.

Dissemos antes que a distinção se fazia *grosso modo*. Isso significa que há diferenciações dentro de cada um dos grandes grupos, bem como interferências mútuas entre as diferentes orientações teóricas, interferências essas que são, em boa parte, decorren-

tes da tensão a que nos referimos antes, entre teoria e real: uma orientação teórica não pode muito facilmente ignorar de todo as dimensões empíricas levantadas por outras.

Assim, os que optam por uma visão imanentista têm de enfrentar também as questões socioculturais (muito embora poucos o façam na prática). Da mesma forma, os que optam por uma visão não-imanentista têm de enfrentar as questões estruturais.

Temos aqui um aspecto importante da atividade científica: embora as teorias possam ser incompatíveis entre si, o trabalho de uma com o real acaba por levantar problemas empíricos que passam a desafiar todas as demais (mesmo que uma ou outra os ignore — até como medida de autodefesa — por algum tempo). Do mesmo modo, resulta desse trabalho com o real o refinamento dos procedimentos analíticos vigentes ou a criação de novos procedimentos, o que acaba também por repercutir entre as outras teorias.

Nesse sentido, podemos dizer que há, ao longo da história duma ciência qualquer, um processo de relativa acumulação de conhecimento e um constante refinamento do trabalho analítico. Certamente sabemos hoje mais sobre a mudança lingüística do que há 200 anos, quando se começou o trabalho sistemático com a história das línguas. Do mesmo modo, nossa prática analítica veio se refinando nestes dois séculos com a incorporação de procedimentos metodológicos criados pelas diferentes teorias que existiram neste período.

Dessas observações decorre um outro aspecto importante do trabalho teórico: quando criticamos os fundamentos (filosóficos e/ou empíricos) duma teo-

ria qualquer, abrindo caminho inclusive para sua eventual rejeição, não estamos necessariamente obrigados a jogar o bebê com a água do banho. As questões empíricas levantadas pela teoria sob crítica e seu refinamento da prática analítica são aspectos que não podem ser pura e simplesmente ignorados pelos quadros teóricos co-ocorrentes e/ou concorrentes (detalhes no Capítulo 5).

Normalmente, o desafio — ao se criticar e até rejeitar uma teoria — está em retomar as questões empíricas e os procedimentos analíticos num novo esquema interpretativo. Daí se dizer que o processo acumulativo da ciência não é linear, com uma teoria sucedendo a outra e começando onde a outra parou. Em razão da diversidade teórica que caracteriza a ciência em cada momento de sua história e em razão dos respectivos conflitos entre as teorias e entre as teorias e o real, o processo acumulativo se dá menos por soma do que por amplas reelaborações teóricas, isto é, por retomadas de questões empíricas e procedimentos analíticos em novas chaves interpretativas.

Selecionando orientações teóricas

Em conseqüência das observações que fizemos acima sobre a diversidade teórica em ciência, vale dizer que, ao iniciar-se em lingüística histórica (como, aliás, em qualquer disciplina científica), o estudante não tem apenas de dominar conceitos e métodos, mas principalmente ter clareza quanto a certas opções anteriores a conceitos e métodos que ele deverá fazer. Trata-se, no fundo, das bases, digamos assim, filosó-

ficas que fundamentam a definição dos conceitos e a construção dos métodos.

Assim, diante dos termos *sincronia/diacronia*, não basta apenas entender por alto a que se referem. É preciso antes perceber que essa divisão pressupõe também, na sua origem, uma concepção homogeneizante da língua que — apesar de sua indiscutível funcionalidade e fertilidade para a lingüística contemporânea — é, para muitos estudiosos, uma idealização excessiva, por criar um objeto de estudo demasiadamente afastado da heterogeneidade lingüística do real.

Muitos estudiosos, é claro, justificam essa idealização como absolutamente necessária, considerando a extrema complexidade do real. Assumem, em outras palavras, que, sem homogeneizar, não é possível criar condições para apreender a realidade lingüística.

Outros, porém, buscam trilhas diferentes, tentando construir teorias que permitam justamente uma apreensão da língua em sua heterogeneidade (como Weinreich, Labov & Herzog; ou, em outras bases filosóficas, Voloshinov) ou que, pelo menos, integrem descrição sincrônica e história (como Coseriu).

Optar por uns ou por outros é que vai orientar nossa forma de entender a mudança lingüística, nossa seleção dos dados, nossas categorias e procedimentos de análise, nosso processo argumentativo. Em suma, assumir esta ou aquela concepção de base é que vai determinar nosso método de trabalho.

Chegando a esse ponto, muitos iniciantes perguntam qual dessas várias propostas é a melhor. É preciso, então, deixar claro que não há resposta absoluta para essa pergunta. A qualificação como "me-

lhor" ou — dizendo de forma talvez mais precisa — o prestígio e a hegemonia dessa ou daquela teoria em determinado meio científico e em determinada época são resultantes de uma complexa conjunção de múltiplos fatores, muitos dos quais nada têm a ver com questões consideradas como especificamente científicas (cf. Feyerabend, 1977).

Não é nosso objetivo neste livro entrar em detalhadas discussões de filosofia da ciência. Em todo caso, é preciso que o iniciante esteja consciente da complexidade da atividade científica e, principalmente, de alguns dos muitos fatores que condicionam nossas preferências teóricas.

Podemos, por exemplo, desenvolver uma certa preferência por uma determinada orientação teórica em decorrência do tipo de formação acadêmica que recebemos: adotamos, então, a forma de fazer lingüística histórica de nosso professor e/ou orientador.

Expostos, porém, a diferentes orientações teóricas, nossa opção — lembrando que as teorias científicas estão nutridas da cosmovisão dos cientistas — pode ser decorrente da convergência entre nossa visão de mundo e aquela subjacente a determinada teoria.

Assim, por exemplo, se temos uma perspectiva mais sociológica e antropológica das realidades humanas, nossa preferência será, certamente, por orientações teóricas que abordam as línguas primordialmente como realidades sociológicas e antropológicas (como a teoria variacionista, por exemplo). Se nossa perspectiva, porém, é mais subjetivista (isto é, interpretamos as realidades humanas na perspectiva do indivíduo como uma entidade autônoma e até preexistente às relações so-

ciais) e/ou naturalista (a realidade humana como primordialmente definida por padrões biológicos), nossa preferência será, certamente, por uma teoria que aborde as línguas como realidades basicamente psicológicas ou físicas (como a teoria gerativa, por exemplo).

Nesse sentido, como os compromissos de base das teorias com crenças e valores não estão sempre claramente explicitados, ensaios como o de Weinreich, Labov & Herzog ou o de Voloshinov serão úteis para apreendermos diferenças nesse nível.

Se, por outro lado, há uma tensão constante entre teoria e real, um outro fator a orientar nossas escolhas poderá ser a maior ou menor abrangência empírica de cada teoria.

Nessa perspectiva, serão úteis estudos que confrontam hipóteses analíticas diferentes na discussão de um determinado fato. São trabalhos que acabam por revelar a capacidade de uma das orientações teóricas de dar conta de forma mais abrangente dos dados disponíveis.

São exemplos de estudos assim o de Leda Bisol (1983) e o de Marco Antônio de Oliveira (1984). Bisol discute a variação das vogais pretônicas no português do Brasil (*e* ~ *i*, como em *mentira* ~ *mintira*; e *o* ~ *u* como em *boneca* ~ *buneca*) e argumenta, com dados de várias épocas, a favor daquela hipótese (dentre três) que defende a presença dessa variação vocálica já no português quinhentista (trazido para cá pelos primeiros colonizadores), situação que, de fato, remonta, pelo menos, ao latim do século IV d.C. Interessante aqui confrontar essa análise com a de Naro (1971) sobre o mesmo assunto, mas sob ótica teórica diferente.

Oliveira analisa o desenvolvimento das formas verbais de terceira pessoa do plural do perfeito do indicativo, cuja origem envolve certa controvérsia nos estudos históricos do português. A questão é: a forma atual *-am* resulta da fusão das terminações verbais *-am* e *-om* no português do século XV; ou o que ocorreu foi a substituição da terminação *-om* (forma arcaica desenvolvida do latim *-unt* > *-un* > *-om*) pela terminação *-am* do imperfeito do indicativo?

Partindo do estudo da variação sincrônica atual do português brasileiro (seguindo, portanto, a diretriz metodológica de que o estudo do presente pode iluminar o passado, conforme discutiremos no fim deste capítulo), Oliveira argumenta a favor da segunda hipótese, mostrando que ela permite uma análise mais abrangente dos fatos do passado e do presente.

Por último, o conhecimento da história da disciplina científica poderá também auxiliar nossas escolhas teóricas: compreendendo a gênese dos problemas e das diferentes respostas teóricas, podemos melhor avaliar o significado de cada teoria no conjunto daquelas que constituem o universo de nossa disciplina. Por isso, dedicamos um capítulo deste livro a uma apresentação da história de nossa disciplina.

Vale dizer, por último, que é necessário fazer logo as opções teóricas. Primeiro, porque — como dissemos anteriormente — nossas relações científicas com o real não se dão diretamente, mas sempre mediadas por teorias. Segundo, porque as opções teóricas implicam opções metodológicas. Assim, ter claros nossos pressupostos e fundamentos garante certamente melhores condições para uma maior produtividade

científica, como, aliás, fica evidente quando observamos o trabalho dos pesquisadores mais importantes em qualquer disciplina científica.

O ecletismo seria uma saída?

Alguns iniciantes acreditam, muitas vezes, que o caminho mais produtivo é tentar juntar tudo o que lhes parece bom de todas as teorias, formando uma espécie de elixir teórico infalível.

Tal postura eclética é, contudo, ingênua por não perceber a complexidade do trabalho teórico. Em especial, não observa que as teorias têm fundamentos filosóficos e que estes, muitas vezes, se excluem mutuamente.

Sem condições de perceber isso, o ecletismo facilmente gera contradição interna, o que é um defeito capital de qualquer elaboração teórica. Ao mesmo tempo, o ecletismo nunca garante uma base metodológica consistente e, justamente por isso, acaba por não fornecer as bases para uma ação científica produtiva.

A maturidade científica pressupõe, assim, o abandono do ecletismo teórico. Isso não quer dizer que não haja teorias compatíveis entre si, nem que a opção por uma teoria signifique dogmatismo.

A compatibilidade de teorias se dá, em geral, quando elas compartilham fundamentos filosóficos. O trabalho de demonstrar tal compatibilidade, isto é, de mostrar que duas ou mais teorias aparentemente diferentes são, no fundo, mutuamente assimiláveis, é sempre útil, porque pode criar condições para uma crítica mais abrangente (por reunir o que aparentemente era diferente) ou para saídas teóricas mais

interessantes (por conjugar linhas teóricas aparentemente dissociadas).

Por fim, vale comentar nossa afirmação anterior de que a opção por uma teoria não significa dogmatismo: tal opção é condição necessária para o próprio trabalho científico. Além disso, nenhuma teoria constitui um sistema definitivo e acabado de saber; em conseqüência, é próprio do trabalho científico o enfrentamento crítico entre as teorias, o debate, a polêmica. E isso é, em princípio, garantia contra o dogmatismo.

Condenar o ecletismo não significa — é importante repetir — que as teorias não se entrecruzam. Como procuramos mostrar acima, uma teoria levanta, normalmente, questões empíricas interessantes e refina, muitas vezes, procedimentos de análise, aspectos que não podem ser pura e simplesmente ignorados pelas demais teorias, mesmo que incompatíveis com a primeira. O desafio que se põe aqui é produzir uma síntese teórica desses aspectos.

Assim, uma coisa é o ecletismo (um amontoado acrítico e, por isso, ingênuo de teorias) e outra a síntese teórica que implica a negação duma teoria (pela crítica a seus fundamentos) e a retomada das questões empíricas e de seus procedimentos analíticos em novo esquema teórico, em nova chave interpretativa. Se o ecletismo é condenável, a síntese é, evidentemente, desejável.

Um debate em andamento

No momento atual, pelo menos duas orientações teóricas divergentes vão chamar a atenção do estudante: a chamada teoria variacionista e a teoria gerativista.

Ambas têm estudiosos discutindo questões de história das línguas. A divergência entre eles é tanto de concepção de língua e de interpretação da mudança, quanto de procedimentos metodológicos, conforme veremos em mais detalhes no próximo capítulo.

Enquanto a teoria variacionista assume a heterogeneidade sincrônica das línguas como sistemática e primordial, pressupõe o enraizamento da questão histórica nessa heterogeneidade, defende a necessidade de se correlacionar língua e contexto social e busca sustentar suas hipóteses em amplos levantamentos de dados empíricos da comunidade de fala, a teoria gerativista assume a língua como uma realidade homogênea, enraíza a questão histórica na estrutura biológica do cérebro, preocupa-se primordialmente com relações internas ao sistema lingüístico e não se preocupa em realizar amplos levantamentos de dados na comunidade de fala, ocupando-se antes em, com poucos dados, levantar hipóteses teóricas quanto à natureza da chamada gramática universal, entendida como o conjunto de restrições à forma das línguas e às possibilidades de mudança definidas pela configuração biológica do cérebro humano.

O leitor pode sentir, por esse esboço rápido do perfil de cada teoria, que a forma de fazer lingüística histórica será muito diferente se assumirmos uma ou outra dessas orientações. No entanto, tem havido entre nós, pelo menos desde os fins da década de 1980, asserções programáticas no sentido de estabelecer um diálogo entre as duas teorias com vistas a uma eventual integração futura.

Fernando Tarallo (cf., entre outros, Tarallo, 1987) foi dos primeiros a defender a idéia de que seria possível aproximar a teoria gerativa e a teoria variacionista no trato dos fenômenos históricos, propondo o que ele chamou de "sociolingüística paramétrica". Diferentes trabalhos foram desenvolvidos sob esse grande pressuposto. Uma primeira coletânea deles foi organizada por Roberts & Kato (1993).

Por mais produtiva que a proposta tenha sido, questões epistemológicas cruciais precisam ainda ser esclarecidas. Por exemplo, como compatibilizar o biologismo da gramática gerativa, que é nuclear na teoria e não apenas metafórico ou acidental, com uma teoria da variação que, aparentemente (ao menos pelo que apontam suas declarações de princípio e suas práticas metodológicas), não se assenta (e, ao que parece, nem poderia se assentar logicamente) em pressupostos biológicos?

Uma nota sobre *explicação* em lingüística histórica

Em vários pontos deste capítulo, mencionamos os termos *explicar*, *explicação*, *explicativo*. Como eles têm diferentes significados em ciência, vamos aqui discuti-los um pouco, buscando precisar seu significado no âmbito duma disciplina histórica como a nossa.

Hoje parece bastante consensual entre os cientistas a idéia de que a ciência não deve se reduzir a um registro passivo dos fenômenos, à sua coleta e descrição; é necessário também e principalmente explicá-los, torná-los inteligíveis.

Daí que na ciência não apenas desenvolvemos métodos de coleta e descrição dos dados; criamos, na verdade, teorias, isto é, sistemas de princípios gerais capazes de dar um tratamento unificado para um certo recorte do real, um tratamento que torna os fatos inteligíveis, compreensíveis, mostrando como eles se articulam entre si e se influenciam mutuamente.

Se há um certo grau de consenso quanto a isso, há divergências quanto ao conceito de explicar, principalmente quando se trata de fenômenos sociais e históricos.

Para alguns, só explicamos um fenômeno particular quando podemos deduzi-lo de leis gerais, isto é, o acontecido era esperado (previsível) em vista de certos antecedentes ou condições simultâneas. Diz-se, então, que a melhor explicação é aquela que afirma que um determinado fato numa dada situação não poderia ter sido diferente: sua ocorrência se deu, digamos assim, por absoluta necessidade, considerando-se as leis gerais conhecidas.

Esse princípio de necessidade, porém, embora aparentemente produtivo em ciências da natureza, não parece ser adequado quando se trata de estudar realidades históricas. Aqui, por se estar diante de uma realidade social, humana, cultural não é propriamente de necessidade que se pode falar, como discutimos no Capítulo 3, mas antes de possibilidade, de probabilidade, porque estamos lidando com realidades em que há seres agentes que têm a possibilidade de escolher caminhos e, com isso, interferir nos acontecimentos, alterando-lhes o rumo.

Assim, a experiência da humanidade é extremamente diversificada e multifacetada e, por isso, há um certo grau de elevada singularidade das ocorrências históricas, de

pouca uniformidade na esfera dos assuntos humanos. Essa característica das realidades sócio-históricas compromete seriamente aqueles projetos científicos que só aceitam como explicativas as inferências dedutivas.

Essa situação tem confundido um pouco certos cientistas que, por terem em sua visão de mundo a idéia de que só inferências dedutivas dão objetividade à ciência, chegam a pôr em dúvida a cientificidade das ciências sociais ou se ocupam em defender uma busca de identificação dessas ciências com as ciências da natureza que, segundo eles, atingiram a maturidade científica por operarem extensamente com explicações por inferência dedutiva.

O lingüista inglês Lass, em seu livro *On Explaining Language Change* (cf. especialmente seu cap. 5), faz uma das melhores discussões dessa questão entre os lingüistas, argumentando que não é que a lingüística histórica não tenha atingido ainda o estágio da maturidade científica com teorias que expliquem os fatos por inferência dedutiva; é que a lingüística histórica, como qualquer outra disciplina histórica, por tratar de realidades humanas, não tem a possibilidade de fazer inferências dedutivas, já que, na história, o contingente é mais forte que o necessário.

Reconhecer isso não implica, contudo, afirmar que as realidades sócio-históricas são totalmente contingentes, totalmente desprovidas de qualquer dimensão de generalidade. Se assim o fossem, reduziriam a lingüística histórica (e as demais disciplinas históricas) a fazer uma mera crônica de fatos singulares.

Aceita-se, na verdade, que os fatos são contingentes, mas aceita-se também que há generalidades no movimen-

to da história: as mudanças não se dão de forma totalmente aleatória, embora sua direção seja em boa parte indeterminada. Lass procura caracterizar essa perspectiva da história das línguas com a noção de *estratégia múltipla*, mostrando que uma situação lingüística qualquer pode mudar não em uma, mas em várias direções. A direção que vai ser tomada, porém, não é *a priori* determinável, dependendo para sua efetivação da conjunção de outros fatores contextuais (lingüísticos ou não).

Com a noção de estratégia múltipla não se está afirmando que qualquer coisa pode acontecer em qualquer lugar (o que significaria adotar o princípio da singularidade absoluta dos acontecimentos históricos). Ao contrário, aceita-se, com ela, que há certas restrições sobre o que pode ocorrer em certas situações, mas o que vai acontecer exatamente não é de todo previsível, mesmo porque entre as várias possibilidades está sempre presente a chamada estratégia nula, isto é, não ocorrer nenhuma mudança.

Lass exemplifica esse raciocínio com casos de assimilação (cf. 1980, item 2.7, pp. 35-42). Assim, estudando a história das línguas, é possível observar, por exemplo, que uma consoante velar lateral pode ter certo efeito sobre a vogal que a precede quando esta vogal é anterior: ela pode ditongar-se, arredondar-se, centralizar-se. Contudo, também é possível nada acontecer, ou ainda é possível não haver nenhuma alteração da vogal, mas a consoante se vocalizar.

Diante dessas múltiplas alternativas, o que vai ocorrer efetivamente é, segundo Lass, imprevisível e dependerá da intervenção de outros fatores conjunturais, tanto de caráter estrutural, quanto de

caráter social.

Caracterizada a mudança lingüística dessa forma, o procedimento científico adequado para o estudo da história das línguas é, segundo Lass, construir teorias que tornem inteligível o acontecido, procurando desvelar uma racionalidade, uma lógica em sua ocorrência. Ou, dizendo com outras palavras, se os acontecimentos da história das línguas não são de todo previsíveis, eles são interpretáveis.

Explicar adquire, assim, um significado peculiar nas ciências históricas: significa interpretar a mudança, torná-la compreensível, iluminá-la, conjugando, para isso, dimensões de generalidade do movimento histórico e características contingentes.

Quando falamos em generalidade, não estamos falando em princípios universais. Normalmente, as teses universalistas operam com uma forte noção de necessidade, o que parece — como temos argumentado — pouco adequado aos estudos históricos. A estes, o que parece mais adequado é falar em possibilidades e probabilidades. Nesse sentido, um princípio geral apontaria dimensões do possível e do provável na mudança lingüística.

Cabe, assim, a uma teoria da mudança buscar estabelecer essas dimensões de generalidade, buscar explicitar eventuais restrições estruturais e sociais recorrentes no processo de mudança, buscar arrolar fatores contingentes que podem intervir no processo histórico.

A essas considerações é importante acrescentar ainda um comentário. A mudança lingüística é uma realidade complexa, não redutível a explicações únicas. Seus possíveis condicionantes são muitos e multiplamente inter-relacionados. Mais ainda: o condi-

cionamento não se reduz a fatores internos à estrutura da língua, mas envolve também — e não de forma marginal — fatores sociais, como vêm mostrando os estudos sociolingüísticos.

As concepções teóricas em lingüística que, por opção de princípio, elidem a realidade social das línguas perdem esse dado fundamental para explicar a história das línguas e acabam por atribuir os móveis da mudança ou ao sistema lingüístico — como se a língua não tivesse falantes —, ou a conveniências psicofisiológicas do indivíduo — como se ele preexistisse às relações sociais e vivesse fora delas —, ou a características biológicas da espécie — como se a língua fosse antes uma realidade natural do que sociocultural.

Assim, é pouco provável que essas concepções reducionistas — por mais que tragam contribuições metodológicas e notacionais, por mais que ajuntem dados empíricos ao estudo histórico, por mais bonitos que sejam seus modelos teóricos, por maior que seja seu prestígio no meio acadêmico — possam oferecer, por si sós, explicações satisfatórias para a história das línguas.

As três vias

Antes de concluir este capítulo, cabe ainda mostrar como o estudo histórico é diferentemente entendido pelos lingüistas. Pode-se dizer que há três vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente, estudar o presente para iluminar o passado.

A primeira via estava presente entre os pioneiros da lingüística histórica no início do século XIX.

Para muitos deles, fazer um estudo histórico tinha como razão de ser o propósito de reconstruir o passado, de recuperar estágios antigos, considerados, por eles, como superiores, melhores que os atuais.

Já discutimos (no Capítulo 3) que essa motivação ideológica desapareceu dos estudos. Contudo, permaneceu a herança metodológica desses pioneiros — o chamado *método comparativo*, utilizado ainda hoje quando se trata de estabelecer o parentesco de línguas e reconstruir o passado.

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em lingüística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado.

Essa crítica não anulou, contudo, o trabalho comparativo, apenas definiu um novo objetivo para o estudo histórico que, tomando qualquer das vias, vai incluir essa preocupação mais geral com o clareamento do caráter da mudança lingüística em si. Desde os neogramáticos, várias têm sido as respostas para essa questão interpretativa mais geral do fenômeno da mudança, como veremos no Capítulo 5.

Por outro lado, a diretriz saussuriana de que a análise sincrônica precede sempre a diacrônica (isto é, de que só podemos comparar quando temos a descrição de pelo menos dois estados de língua) reforçou o tipo de estudo cujo objetivo é descrever sincronicamente um determinado estágio da história duma língua: o estudioso se fixa num momento do passado e, tomando-o estaticamente, descreve-o com base nos documen-

tos escritos de que se dispõe, criando assim condições para um posterior estudo diacrônico.

Faz parte dessa linha de investigação o estabelecimento crítico dos próprios textos arcaicos. Para esta tarefa, o lingüista histórico tem de dominar os procedimentos desenvolvidos e refinados pela filologia, disciplina que, tendo nascido na Grécia, se dedica justamente ao trato do texto escrito antigo: seu registro e a fixação de sua forma canônica.

Um exemplo desse tipo de investigação são os estudos que Rosa Virgínia Mattos e Silva tem desenvolvido em torno de aspectos do português trecentista (cf. Silva, 1989), objetivando elaborar uma gramática parcial do português arcaico, "que fornecerá subsídio e poderá ser ponto de referência para uma gramática geral e representativa dessa fase da língua portuguesa" (Silva, 1986, p. 87).

Quanto ao método comparativo, temos, no livro de Câmara Jr., *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, uma boa discussão crítica de sua relevância e das dificuldades de sua utilização no trabalho de classificar línguas indígenas do Brasil (isto é, de estabelecer o parentesco entre elas).

Nesse livro, Câmara Jr. mostra como os procedimentos comparativos foram, no mais das vezes, precariamente aplicados à classificação dessas línguas e preconiza um trabalho mais rigoroso. No mesmo livro, Sarah Gudschinsky apresenta uma aplicação do método a dialetos da língua mazateco, do México, buscando reconstruir sua protolíngua.

A segunda via de investigação histórica realiza o estudo do passado como forma de se esclarecer o

presente. Assume-se aqui como fundamental a idéia de que o atual estado de coisas teve uma gênese e se torna compreensível quando podemos explicar de que forma ele veio a ser como é, ou seja, quando podemos retraçar o fluxo histórico que resultou no presente, buscando no ontem a raiz do hoje.

Assim, por exemplo, se constatamos no presente que o português, em contraste com o latim, tem um complexo sistema pronominal no tratamento do interlocutor — cujas formas ora se compõem com formas verbais de segunda pessoa (*tu foste*), ora com formas verbais de terceira pessoa (*tu foi — você foi*), cuja relação entre pronomes sujeitos e outras formas pronominais é marcada por uma aparente mistura (*você* se combina ora com *lhe*, ora com *te*; ora com *seu*, ora com *teu*), e assim por diante — nossa tarefa de historiadores é recuperar o passado, buscando estabelecer os caminhos que foram percorridos até se chegar à situação atual. Uma aproximação desse tema nessa perspectiva pode ser encontrada em nosso trabalho de 1982.

A terceira via defende que, para melhor elucidar o que ocorreu no passado, deve-se partir do estudo da realidade presente. Essa via tem sido explorada principalmente pela teoria variacionista (cf., por exemplo, Labov, 1974). A seu respeito, diz Marco Antônio de Oliveira:

> De fato, se trabalharmos com dados extraídos de comunidades de fala às quais podemos ter acesso, nós poderemos nos equipar melhor para lidar com os aspectos recalcitrantes da mudança lingüística: nós poderemos contar com a quantidade de informação que quisermos sobre os detalhes estruturais de uma mudança lingüística, bem como sobre a organização da socie-

> dade na qual a língua é falada. Estes dois tipos de informação, coletados sobre dados do presente, podem nos ajudar a entender problemas do passado (1984, p. 83).

Seu estudo, nesse texto de 1984, sobre a terminação *-am* do pretérito perfeito do indicativo em português, a que já nos referimos anteriormente, é um exemplo de investigação histórica na perspectiva do que estamos chamando de terceira via. A tese de Tarallo (1983) sobre as orações relativas em português, a qual resenharemos no Capítulo 5, é também um exemplo desse tipo de metodologia.

Subjacente à terceira via, está o chamado *princípio da uniformidade*. Assume-se que, em termos gerais, as forças condicionantes da variação que operam hoje não diferem substancialmente daquelas que operaram no passado. É a aceitação disso e a demonstração do poder heurístico desse princípio por meio de sua aplicação no esclarecimento de um dos problemas mais discutidos da história do inglês, o da vogal grafada *ea* de *meat*, *mead*, *meal*, que permitiu a Labov dizer (tradução nossa):

> Admitindo que o mundo da fala cotidiana é racional, não há razão para pensar que ele o foi menos no passado. Se há contradições no registro histórico, não temos dúvida de que elas podem ser resolvidas: o caminho mais plausível para tal solução é pela compreensão mais profunda do uso da língua na realidade do presente. Somente quando estivermos totalmente em casa no cotidiano lingüístico do presente poderemos pensar em nos sentirmos em casa no passado (1974, p. 850).

Na verdade, como diz Lass (1980, p. 55), sem o princípio da uniformidade não haveria meio de refrear as hipóteses históricas. Aceitando que no passa-

do tudo foi substancialmente diferente (isto é, o contrário do princípio da uniformidade), nada nos impediria de reconstruir qualquer coisa, de qualquer jeito.

Aceitar o princípio da uniformidade é aceitar que as comunidades humanas, embora diferentes em cada situação conjuntural, partilham no presente e no passado de certas propriedades recorrentes. No caso específico das línguas, o fato, por exemplo, de que a realidade lingüística em qualquer ponto do passado, como no presente, é sempre heterogênea, heterogeneidade que se correlaciona com a diferenciação econômica, social, cultural dos falantes.

Assim, o estudo sistemático da variação sincrônica, incluído aí o estudo das chamadas mudanças em progresso, ao elucidar as formas como está condicionada a heterogeneidade atual, nos dá recursos metodológicos para melhor analisar o passado, que foi também uma realidade heterogênea condicionada, basicamente, por fatores semelhantes aos que operam no presente.

Diante do exposto, já deve estar claro ao leitor que as três vias não se anulam, mas envolvem dimensões complementares no estudo da história das línguas.

Sem a fixação de textos arcaicos, por exemplo, o trabalho histórico, tanto do presente para o passado, quanto do passado para o presente, fica sem fontes. Por outro lado, sem o método comparativo, fica impossível qualquer estudo histórico de línguas ou de fases da história duma família ou subfamília de línguas para as quais não há documentação escrita. Ainda mais, sem o princípio da uniformidade, podemos cair no erro primário de interpretar o passado como constituído de estágios homogêneos ou, ainda, podemos

ficar sem condições de propor interpretações consistentes para casos enigmáticos da história duma língua. Por fim, sem o trabalho cuidadoso de recuperar o fluxo do passado, ficamos sem condições de entender complexas situações do presente.

Qualquer que seja a via tomada, é sempre bom ter em mente que não são poucas as limitações que pairam sobre os estudos lingüísticos históricos, o que obriga o lingüista histórico a agir com grande precaução em seu trabalho. Essas limitações foram muito bem resumidas por Labov (1994, pp. 11-12) quando nos lembra que a principal força da lingüística histórica está em sua habilidade em traçar muitas mudanças por sobre longos períodos de tempo com base no caráter objetivo de seus dados. No entanto, diz Labov (tradução nossa):

> os dados, que são ricos sob muitos aspectos, são pobres sob outros. Os documentos históricos sobrevivem por acaso, não por planejamento, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são muitas vezes distintas das formas vernáculas dos escritores e, em vez do vernáculo, refletem esforços para capturar uma variedade normativa que nunca foi a língua nativa de nenhum falante. Em conseqüência, muitos documentos estão atravessados pelos efeitos da hipercorreção, da mistura dialetal e de erros de transcrição. Além disso, documentos históricos só podem prover evidências positivas. A evidência negativa sobre o que é não-gramatical só pode ser inferida a partir de lacunas óbvias na distribuição e, quando os materiais sobreviventes são incompletos, essas lacunas são em geral resultado do acaso (p. 12).

E conclui com sua famosa afirmação: "A lingüística histórica pode, então, ser pensada como a arte de fazer o melhor uso de dados ruins".

Uma palavra sobre o método comparativo

O chamado método comparativo foi criado pela lingüística do século XIX ao dar um tratamento sistemático às observadas semelhanças entre línguas distantes no espaço como o latim e o sânscrito.

O resultado primeiro do método foi o estabelecimento do parentesco entre as línguas indo-européias e a reconstrução hipotética da situação lingüística de estágios ancestrais não-documentados, a chamada protolíngua da família.

O que viabiliza o método e seus resultados é o fato de que línguas aparentadas apresentam relações sistemáticas (isto é, correspondências fonológicas regulares, impossíveis de serem atribuídas a mero acaso) entre itens lexicais cognatos, ou seja, itens que apresentam similaridades no som e no significado.

Essas correspondências decorrem de outro fato: a regularidade do processo de mudança, principalmente — na prática mais comum do método — da mudança regular dos sons, isto é, a mudança alcança regularmente determinada unidade sonora em todas as suas ocorrências (ver, porém, discussão sobre a regularidade da mudança no Capítulo 3).

O método apresenta bons resultados tanto em situações em que se dispõe de algum registro escrito do passado (como no caso das línguas indo-européias), quanto em situações em que não há tais registros (como no caso das línguas indígenas da América). Claro que, neste segundo caso, o trabalho é mais árduo, mas não impossível.

Por outro lado, é preciso dizer que os resultados da aplicação do método não estão revestidos de certe-

za absoluta. São reconstruções bastante prováveis em vista das regularidades constatadas, mas hipotéticas. Valem para o conjunto de línguas comparadas e, com freqüência, têm de ser reinterpretadas a partir de novos dados dessas línguas ou da entrada em cena de dados de línguas até então desconhecidas.

Algumas vezes, as formas hipotéticas são confirmadas empiricamente por registros dialetológicos e/ou pela descoberta de documentos escritos. Essas situações, que ocorreram no passado, ajudaram a reforçar a confiabilidade no poder heurístico do método.

Os leigos em lingüística costumam, muitas vezes, interpretar mal a questão do método comparativo, acreditando que meras semelhanças superficiais entre uma ou outra palavra de duas línguas são já suficientes para determinar seu parentesco. Câmara Jr. (1977, cap. IX) relata o caso de alguém que propôs — com base na semelhança do vocábulo tupi *paranã* ("mar") e do vocábulo sânscrito *purana* ("oceano") — ser o tupi uma língua indo-européia que estaria intimamente filiada ao sânscrito!

O método comparativo não é isso. Ele pressupõe uma certa quantidade de dados e, principalmente, a localização de relações sistemáticas entre eles, em séries como as seguintes (apresentamos, nessa exemplificação simplificada, aspectos de um contraste sistemático que diz respeito à diferenciação que separou o consonantismo das línguas germânicas do das outras línguas indo-européias. Usamos dados do latim, que nesses casos conservou o consonantismo original; e do inglês que conservou o consonantismo do protogermânico, estágio em que se deu a diferenciação consonântica):

latim	**inglês**	**português**
pater	*father*	*pai*
piscis	*fish*	*peixe*
ped-	*foot*	*pé*
decem	*ten*	*dez*
dent-	*tooth*	*dente*
cornu	*horn*	*chifre*
cord-	*heart*	*coração*
centum [k]	*hundred*	*cem*

Observa-se aí uma correspondência regular, no início das palavras, entre o /*p*/ latino e o /*f*/ germânico; entre o /*d*/ latino e o /*t*/ germânico; entre o /*k*/ latino (grafado *c*) e o /*h*/ germânico.

Encerramos essas considerações com as palavras de Câmara Jr.:

> O que há de importante e até decisivo, do ponto de vista científico, é que as formas se alteram dentro de certas diretrizes e, seguindo-as, é fácil reconstituir a unidade esvaída. Não há, por exemplo, nenhum traço fonético comum entre o português *eu* e o francês *je*, mas é inconcusso que ambas as partículas vêm do latim ego. Por isso Meillet adverte que as verdades do comparativismo lingüístico podem muitas vezes ser incríveis para um leigo (1977, pp. 146-147).

5. HISTÓRIA DA NOSSA DISCIPLINA

O leitor deve ter observado que, em vários momentos do livro, fizemos uma abordagem histórica das questões discutidas. Entendemos que introduzir-se numa disciplina científica por meio da compreensão de suas práticas, conceitos e temas, na perspectiva da sua construção histórica, facilita uma percepção mais totalizante da disciplina. Essa forma de perceber fornece também um chão mais concreto para se desenvolver com maior rapidez uma familiaridade e um envolvimento com o fazer científico.

Neste capítulo, vamos delinear, com traços bem gerais, a história da nossa disciplina, recuperando seus momentos, autores e obras mais importantes. O objetivo é dar ao leitor um panorama amplo das trilhas percorridas pela lingüística histórica. Pretendemos, desse modo, auxiliá-lo a se situar no tempo e no interior dessa disciplina.

Fazemos evidentes simplificações, considerando que este não é um livro de história da lingüística. Muitos aspectos apresentados aqui se complementam com discussões em outros capítulos. Por outro lado, um tratamento mais detalhado de cada momento dessa história poderá ser encontrado nos muitos livros

que tratam da história da lingüística, dentre os quais podemos citar o de Mattoso Câmara Jr., o de Mounin e o de Robins.

Realizamos também cortes e agrupamentos nessa crônica histórica que são, em princípio, arbitrários. Muitos coincidem com o que fazem tradicionalmente os historiadores da lingüística; outros correm por nossa conta. De todo modo, estamos conscientes de que toda crônica do passado não é um mero relato do que realmente aconteceu, mas inclui sempre uma interpretação dos acontecimentos mediada pelos nossos pontos de vista.

Os grandes períodos da lingüística histórica

Costuma-se dizer que a lingüística histórica — compreendida como a reflexão sobre as mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realizada dentro dos pressupostos da prática científica moderna (em especial, a fundamentação empírica e a construção de modelos teóricos) — nasceu aproximadamente há 200 anos, nos fins do século XVIII.

Esses dois séculos podem ser vistos como divididos em dois grandes períodos: o primeiro — que vai de 1786 até a publicação do manifesto dos neogramáticos em 1878 — é o período da formação e consolidação do método comparativo. O segundo — que vai de 1878 até os dias de hoje — é o período de contínua tensão entre duas grandes linhas interpretativas: uma mais imanentista, que — continuadora, de certa forma, do pensamento neogramático e caudatária do estruturalismo e, depois, do gerativismo — vê a mu-

dança como um fato primordialmente interno, isto é, como um acontecimento que se dá no interior da língua e condicionado por fatores da própria língua. A outra, mais integrativa, que — enraizada nos primeiros críticos dos neogramáticos e fundada nos estudos de dialetologia e, depois, de sociolingüística — entende que a mudança deve ser vista como articulada com o contexto social em que se inserem os falantes, isto é, como um evento condicionado por uma conjunção de fatores internos (estruturais) e externos (sociais).

É claro que não se trata de posições polares: há, nesse complexo jogo teórico, muitas nuanças e várias interpenetrações. Contudo, esse corte — baseado em grandes eixos de semelhanças e diferenças entre diversas concepções — ajuda a compreender os caminhos da lingüística histórica durante o século passado e na contemporaneidade.

Um comentário prévio

Como dissemos antes, costuma-se localizar o nascimento da lingüística histórica nos fins do século XVIII. Tem-se aí a marca cronológica do início duma reflexão sistemática sobre as mudanças das línguas feita já sob os parâmetros da ciência moderna.

Neste ponto, é importante dizer que a lingüística como ciência não nasceu evidentemente do nada. Precedem as formulações modernas sobre a linguagem os milênios em que as pessoas, em diferentes sociedades, pensaram a questão da linguagem. Qualquer livro de história da lingüística pode ilustrar esse longo e intricado caminho que passa pelos estudos

lingüísticos dos sábios hindus já no século IV a.C.; pelas discussões filosóficas dos gregos; pelos cuidados filológicos dos alexandrinos e pelas suas primeiras gramáticas da língua grega; pelas gramáticas latinas; pelos filósofos modistas da Idade Média; pela filologia árabe; pelas especulações renascentistas sobre a língua-mãe de todas as línguas; pela gramática lógica de Port-Royal, no século XVII.

Quanto à reflexão histórica propriamente dita, isto é, a percepção de que as línguas mudam no eixo do tempo, pode-se dizer que ela encontra, de certa forma, suas raízes nas preocupações filológicas das várias sociedades humanas.

Entende-se por *filologia* aqui o estudo de textos antigos com o objetivo de estabelecer e fixar sua forma original. As sociedades humanas que tiveram escrita e puderam assim preservar textos literários e religiosos — assumidos, a cada geração, como preciosos monumentos culturais — desenvolveram também estudos filológicos. São exemplos disso os trabalhos dos sábios hindus que, desde pelo menos o século IV a.C., procuravam fixar seus textos religiosos; os estudos que os alexandrinos, por volta do século II a.C., fizeram dos textos dos poetas gregos antigos; o esforço dos comentadores árabes, na Idade Média, para fixar o texto do Corão.

Se não há um vínculo direto e linear entre esses estudos e a lingüística histórica que nasce nos fins do século XVIII, há, certamente, um longo processo, entre todas essas investigações, de construção (uma espécie de forja) de uma forma específica de refletir sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo.

Por outro lado, os procedimentos de crítica textual desenvolvidos e refinados pela filologia são indispensáveis ao estudioso de lingüística histórica, na medida em que sua fonte principal de dados são os textos antigos (ver, para uma introdução a esse tema, Cambraia 2005).

Os primeiros momentos

Em fins do século XVIII, intelectuais europeus iniciaram, em meio a uma conjuntura de crescente interesse pelas civilizações antigas, o estudo do sânscrito, língua clássica dos hindus (Índia).

Toma-se como primeira data referencial deste período o ano de 1786, em que William Jones (1746-1794) — cidadão inglês que, dentro da administração colonial britânica da Índia, exercia a função de juiz em Calcutá — apresentou uma comunicação à Sociedade Asiática de Bengala, destacando as inúmeras semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. São dele as seguintes palavras a esse respeito:

> A língua sânscrita [...] tem com ambas a língua grega e latina um tão estreito parentesco, tanto pelas raízes verbais como pelas formas gramaticais, que tal afinidade não poderia atribuir-se ao acaso. Nenhum filólogo poderá, após ter examinado estes três idiomas, eximir-se a reconhecer serem derivados de uma qualquer fonte comum, que possivelmente já não existe. E há uma razão do mesmo gênero, se bem que menos evidente, para supor que o celta e o gótico [...] tiveram a mesma origem que o sânscrito; e o persa antigo poderia juntar-se a esta família [...] (transcrito de Mouninè:, s.d., p. 161).

Escreveram-se, na seqüência, várias gramáticas e um dicionário do sânscrito. Ao mesmo tempo, fun-

dou-se em Paris, em 1795, a Escola de Estudos Orientais, que se tornou um importante centro de investigação e onde estudaram os intelectuais alemães — Friedrich Schlegel (1772-1829) e, em particular, Franz Bopp (1791-1867) — que desenvolveriam, em seguida, a chamada gramática comparativa.

A criação do método comparativo

F. Schlegel publicou, em 1808, seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder* [Sobre a língua e a sabedoria dos hindus], que é considerado o ponto de partida dos estudos comparativistas na Alemanha. Nele, o autor, entre outras coisas, reforçou a tese de W. Jones sobre o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, parentesco este que se evidenciava não só na semelhança entre raízes lexicais, mas principalmente nas semelhanças entre as estruturas gramaticais. Tais semelhanças não poderiam ser obra do acaso ou apenas resultantes de influências mútuas e, sim, conseqüência de uma mesma origem: era preciso comparar as línguas, estabelecer seu parentesco e sua ascendência comum.

Foi Bopp quem levou esse programa às últimas conseqüências e publicou, em 1816, seu livro *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache* [Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica], no qual ele demonstrou, pela comparação detalhada da morfologia verbal de cada uma dessas línguas, as correspondências siste-

máticas que havia entre elas, fundamento para se revelar empiricamente seu efetivo parentesco.

Estava criado, assim, o *método comparativo*, procedimento central nos estudos de lingüística histórica. É por meio dele que se estabelece o parentesco entre línguas. O pressuposto de base é que entre elementos de línguas aparentadas existem correspondências sistemáticas (e não apenas aleatórias ou casuais) em termos de estrutura gramatical, correspondências estas passíveis de serem estabelecidas por meio duma cuidadosa comparação. Com isso, podemos não só explicitar o parentesco entre línguas (isto é, dizer se uma língua pertence ou não a uma determinada família), como também determinar, por inferência, características da língua ascendente comum de um certo conjunto de línguas.

Bopp, durante as décadas seguintes a 1816, estendeu seu trabalho comparativo para incluir o lituano, o eslavo, o armênio, o celta e o albanês, reunindo, entre 1833 e 1852, os resultados de suas investigações na sua abrangente *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gothischen und Deutschen* [Gramática comparativa do sânscrito, persa, grego, latim, lituano, gótico e alemão], obra básica dessa área pioneira em lingüística histórica constituída pelos estudos das línguas indo-européias (ver no Anexo uma lista das principais subfamílias e línguas indo-européias).

Grimm e o estudo propriamente histórico

O objetivo inicial do empreendimento de Bopp era, ao detectar as correspondências sistemáticas en-

tre as línguas, estabelecer o parentesco entre elas, mas não o percurso histórico de um estágio anterior para outro(s) posterior(es).

Costuma-se dizer que o estudo propriamente histórico foi estabelecido por Jacob Grimm (1785-1863), um dos irmãos que ficaram famosos como coletadores de histórias infantis tradicionais.

Em seu livro *Deutsche Grammatik* [Gramática alemã] — cuja primeira edição é de 1819, mas cujo ponto de referência é a segunda edição publicada, com o texto completamente remodelado e ampliado, em 1822 —, Grimm interpretou a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações no tempo.

Temos aqui uma diferença importante entre Bopp e Grimm. O primeiro intencionava fundamentalmente estabelecer o parentesco entre as línguas. Para isso, trabalhou com textos sem pretender seguir nenhuma cronologia entre eles. Assim, utilizou dados do sânscrito anterior a 1000 a.C., do grego dos séculos IX ou VIII a.C., do latim dos séculos V ou IV a.C., do germânico do século IV d.C., do eslavo do século IX d.C., do persa moderno.

Grimm, por sua vez, ao estudar o ramo germânico das línguas indo-européias, tinha dados distribuídos numa seqüência de catorze séculos e pôde assim estabelecer a sucessão histórica das formas que estava comparando.

Aliou-se, desse modo, ao empreendimento comparativo o histórico, donde vem a denominação que se costuma dar à lingüística do século XIX: *gramática ou lingüística histórico-comparativa.*

A partir dos estudos de Grimm, ficou claro que a sistematicidade das correspondências entre as línguas tinha a ver com o fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança lingüística.

O caso Rask

Embora se tome a obra de Bopp e a data de 1816 como o ponto de referência inicial dos estudos comparativos sistemáticos, é preciso destacar que o lingüista dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), paralelamente a Bopp e independentemente dele, desenvolveu também trabalhos comparativos importantes, envolvendo as línguas nórdicas, as demais línguas germânicas, o grego, o latim, o lituano, o eslavo e o armênio. Essa obra, encerrada em 1814, só foi publicada em 1818, dois anos depois do primeiro livro de Bopp.

Acredita-se que, em razão desse atraso e também pelo fato de ser um texto escrito em dinamarquês (língua pouco familiar nos meios científicos), o trabalho, embora metodologicamente exemplar, acabou tendo pouca repercussão na época.

A criação e o papel da filologia românica

Nas décadas seguintes a esse trabalho pioneiro de Bopp, Rask e Grimm, ampliou-se a pesquisa comparativa, criando-se áreas especializadas com o estudo específico de cada subfamília das línguas indo-européias. Nessa linha, destaca-se principalmente o desenvolvimento da chamada filologia (ou lingüísti-

ca) românica, nome que se deu ao estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim.

Toma-se o lingüista alemão Friedrich Diez (1794-1876) como o iniciador desse ramo de investigações. Ele publicou, entre 1836 e 1844, uma gramática histórico-comparativa das línguas românicas e, em 1854, um dicionário etimológico dessas línguas.

A filologia românica teve um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos. Enquanto em outras subfamílias só se alcançam os estágios mais antigos por reconstrução hipotética em razão da inexistência de registros escritos, na subfamília românica a documentação em latim é extensa, o que permitiu um importante refinamento metodológico dos estudos históricos: com uma situação em que as formas ascendentes são atestadas, foi possível reforçar a confiabilidade nos procedimentos do método nos casos em que isso não ocorria.

A obra de Schleicher

Na metade do século XIX, os estudos histórico-comparativos conheceram, na obra do lingüista August Schleicher (1821-1868), uma orientação fortemente naturalista. Botânico de formação e influenciado pela teoria evolucionista de Darwin, Schleicher formulou uma concepção que tomava a língua como um organismo vivo, com existência própria fora de seus falantes, sendo sua história vista como uma "história natural", isto é, como um fluxo que se realiza por força de princípios invariáveis e idênticos às leis da natureza.

Schleicher, além de propor uma tipologia das línguas (ainda muito citada em manuais menores de lingüística e à qual voltaremos adiante) e uma classificação genealógica das línguas indo-européias, desenvolveu uma tentativa de reconstrução — a partir das características comuns das línguas indo-européias e de suas correspondências sistemáticas — do que ele chamou, no seu *Compendium der Vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* [Compêndio de gramática comparada das línguas indo-européias, de 1861-1862], de *Ursprache* ("língua remota"), isto é, o estágio remoto (hoje em geral denominado de proto-indo-europeu), donde se originaram as línguas que constituem essa família. Nesse sentido, a obra de Schleicher representa uma síntese do saber acumulado nessa área até seu tempo e um ponto de referência para os estudos posteriores.

Em sua classificação genealógica — conhecida pelo termo alemão *Stammbautheorie* ("teoria da árvore genealógica") — Schleicher, utilizando o sistema de representação comum em estudos de evolução biológica, faz uma divisão das línguas indo-européias em ramos cada vez menores, até chegar a uma única língua. Esse sistema, embora freqüentemente reproduzido sem maiores comentários em manuais menores de lingüística, deve ser visto em sua devida proporção, isto é, como um esquema tentativo de representar o desenvolvimento das línguas indo-européias.

Ele não toma em conta a variação dialetal, presente em todos os estágios da história das línguas e fundamental para a dinâmica histórica, nem as influências entre as diferentes línguas da família. A própria ramificação não está fundada em critérios sistemáticos.

Dentre os outros trabalhos de Schleicher, destaca-se seu estudo do lituano (*Handbuch der litauischen Sprache* — Compêndio da língua lituana), publicado em 1856-1857 e cujo mérito maior é ter sido o primeiro estudo de uma língua indo-européia feito diretamente a partir da fala e não de textos, o que representou um passo metodológico importante nos estudos lingüísticos. Para realizar isso, Schleicher morou durante um tempo entre os camponeses da Lituânia.

Os neogramáticos: um divisor de águas

A última metade do século XIX ficou caracterizada como a época dos neogramáticos, uma nova geração de lingüistas relacionados com a Universidade de Leipzig (Alemanha) que, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabeleceu uma orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para a interpretação da mudança lingüística[1].

Foi, de certa forma, um divisor de águas na lingüística histórica: de um lado, pela crítica aos antecessores, da qual resultou um maior rigor em certos procedimentos metodológicos; de outro, pela direção que acabou imprimindo à lingüística histórica a partir daí, a qual ou segue, nos fundamentos, a trilha dos neogramáticos, ou polemiza com ela. Entendemos,

[1] Esses lingüistas de Leipzig foram chamados, num primeiro momento e com um certo tom depreciativo, de Junggramatiker, isto é, "jovens gramáticos". Na designação do movimento, prevaleceu, porém, o termo "neogramáticos", muito embora seja uma tradução equivocada.

como dissemos antes, que está nessa dinâmica o perfil característico da lingüística histórica do século XX.

Embora os princípios do movimento neogramático tenham sido elaborados no correr da década de 1870, costuma-se assumir o ano de 1878 como sua data inicial. Foi nesse ano que se publicou o primeiro número da revista *Morphologischen Untersuchungen* [Investigações morfológicas], fundada por Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919), cujo prefácio, assinado pelos dois autores, é tido como o manifesto neogramático.

Nele, Osthoff e Brugmann criticam a concepção naturalista da língua, que a via como possuindo uma existência independente. Para eles, a língua tinha de ser vista ligada ao indivíduo falante ("As línguas foram, de fato, investigadas muito avidamente [pela velha lingüística indo-européia], mas o homem que fala foi muito pouco investigado" — p. 198).

Com isso, introduzia-se uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança (a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nele) que até hoje é bastante forte em muitos estudos históricos, quando não no próprio senso comum.

Assumindo ser a ação de fatores psicológicos determinante da mudança sonora, das inovações e das formações analógicas, os dois autores defendiam claramente a necessidade de a lingüística histórica manter relações estreitas com a psicologia (p. 199).

Por outro lado, Osthoff e Brugmann diziam que o objetivo principal do pesquisador não era chegar à língua original indo-européia, que é uma criação hipotética, mas, estudando as línguas vivas atuais, apre-

ender a natureza da mudança. São suas as seguintes asserções (tradução nossa):

> A lingüística anterior, como ninguém pode negar, aproximava-se de seu objeto de investigação, as línguas indo-européias, sem ter previamente construído uma idéia clara de como a linguagem humana realmente vive e se desenvolve, que fatores são ativos na fala e como esses fatores operando em conjunto causam a progressão e a mudança da substância da fala (p. 198).

Interessava-lhes, portanto, investigar os mecanismos da mudança (desvendar os princípios gerais do movimento histórico das línguas) e não apenas reconstruir estágios remotos das línguas. Nesse sentido, temos aqui uma perspectiva diferente para os estudos históricos: trata-se antes de criar uma teoria da mudança do que apenas arrolar correspondências sistemáticas entre línguas e, a partir delas, reconstruir o passado.

Os dois autores condenavam ainda os antecessores que, embora operando sob o pressuposto da regularidade da mudança, costumavam, diante de irregularidades (isto é, diante de situações em que as mudanças não ocorriam conforme o esperado), facilmente interpretá-las como resultado de exceções fortuitas e casuais.

Segundo Osthoff e Brugmann, admitir tais interpretações significaria, no fundo, aceitar que as línguas não seriam suscetíveis de estudo científico. Eles reiteraram, então, o princípio — já defendido por alguns estudiosos dessa década de 1870, em especial August Leskien (1840-1916) — de que as mudanças sonoras se davam num processo de regularidade absoluta, isto é, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções.

Em havendo exceções, de duas uma: ou o princípio regular efetivo ainda era desconhecido (vale dizer: princípio existe, o que falta é encontrá-lo), ou a regularidade da mudança havia sido afetada pelo processo da analogia.

As leis de Verner e Grimm

O que lhes inspirava a primeira alternativa era, principalmente, o trabalho do lingüista dinamarquês Karl Verner (1846-1896) que, estudando a mutação das consoantes no ramo germânico das línguas indo-européias, demonstrou que as exceções da chamada lei de Grimm, que haviam incomodado os germanistas por cinqüenta anos, eram apenas aparentes.

Grimm havia mostrado, em 1822, que as consoantes do indo-europeu original /*p*/, /*t*/, /*k*/ haviam mudado, no ramo germânico dessa família, para /*f*/, /*θ*/, /*h*/ respectivamente. Observava-se, porém, a existência de várias exceções, para as quais não havia um tratamento uniforme.

Verner, em um artigo de 1875, mostrou que o enunciado de Grimm era válido somente quando essas consoantes não ocorriam depois de sílabas fracas, no primitivo indo-europeu. Nesse caso, /*p*/, /*t*/, /*k*/ haviam mudado para /*b*/, /*d*/, /*g*/ respectivamente.

Desse modo, Verner mostrava que as mudanças não haviam afetado uniformemente aquelas três unidades tomadas em si (como estava na formulação de Grimm): na verdade, elas haviam passado por processos diferentes de mudança (mas ainda regulares) conforme sua ocorrência num ou noutro tipo de contexto lingüístico.

Com essa formulação — que ficou conhecida como a lei de Verner e que introduzia o ambiente lingüístico das unidades como condicionante de suas diferentes mudanças (no caso específico, a ocorrência do som depois de sílaba fraca ou não) —, aparentes exceções da lei de Grimm receberam um tratamento regular, o que reforçou a confiança dos lingüistas no princípio da regularidade da mudança e inspirou a hipótese teórica básica dos neogramáticos de que a regularidade da mudança sonora era absoluta. Passou-se a aceitar que a mudança sonora estava subordinada a leis que não admitiam exceções, isto é, aplicavam-se a todos os casos submetidos às mesmas condições. Trata-se das famosas *leis fonéticas* (cf. discussão no Capítulo 3).

Esse postulado deu um novo rigor metodológico aos estudos históricos. Sob o princípio da regularidade absoluta das leis fonéticas, ficaram excluídas da ciência lingüística interpretações casuais, fortuitas, para as irregularidades: os lingüistas se viram forçados a formular com precisão as tais leis ou, em último caso, a fornecer interpretações satisfatórias para as palavras que não haviam mudado conforme as leis, embora aparentemente preenchessem as condições para tanto.

Para isso, os neogramáticos admitiam, por exemplo, a possibilidade de interferência do chamado princípio da analogia, que era entendido por eles como de natureza gramatical e não fonética.

A analogia

Mudança por analogia significava, para os neogramáticos, alteração na forma fonética de certos ele-

mentos duma língua por força de seus paradigmas gramaticais regulares. Assim, quando uma mudança sonora afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria a possibilidade de "retificar" isso por meio da analogia, isto é, mudando a forma resultante de modo a torná-la coincidente com os padrões gramaticais regulares da língua.

Em outras palavras, a mudança por analogia era entendida como uma interferência do plano gramatical no plano fônico, o que afetava, em conseqüência, o caráter absoluto da mudança sonora e criava irregularidades. Ao regularizar gramaticalmente as formas, a analogia romperia a regularidade da mudança fonética. É por essa razão que os neogramáticos entendiam que as exceções às leis fonéticas eram apenas aparentes.

Um caso célebre, apresentado com muita freqüência na bibliografia de lingüística histórica como exemplo da analogia, é o da palavra latina *honor* ("honra"), reproduzido aqui de forma simplificada.

Os estudos comparativistas mostram que o **s* original reconstruído do indo-europeu manteve-se em posição inicial e final de palavras em latim, mas mudou para *r* em posição intervocálica. Assim, duma fase anterior em que só ocorria *s* (*honos - *honosis *honosem...*), chegou-se a uma fase em que *s* só ocorria no nominativo (em posição final de palavra, portanto) e *r* nas demais formas da declinação (*honos - honoris - honorem...*).

Diante disso, como dar conta da ocorrência posterior de *honor*? Ou, em outras palavras, como dar conta dessa irregularidade de *honor* em relação aos processos de mudanças sonoras da história do latim?

Os estudiosos, na tradição neogramática, costumam responder a essa questão, dizendo que a forma *honos* resultante de mudança sonora regular e atestada nos escritores mais antigos foi substituída por *honor* por pressão analógica do padrão morfológico das palavras terminadas em *r* como *cultor, cultoris; amor, amoris; labor, laboris*. Isto é, se a *cultoris* corresponde *cultor*, a *honoris* deve corresponder, por analogia, *honor*.

Nas palavras de Saussure (cuja formação lingüística se deu com os neogramáticos em Leipzig):

> Vê-se, pois, que, para contrabalançar a ação diversificante da mudança fonética (*honos : honorem*), a analogia unificou novamente as formas e restabeleceu a regularidade (*honor : honorem*) (1970, p. 188).

A obra de Paul

O pensamento neogramático teve seu grande manual no livro do lingüista alemão Hermann Paul (1846-1921), *Prinzipien der Sprachgeschichte* [Princípios fundamentais da história da língua], que, publicado em 1880 pela primeira vez, teve sucessivas edições e foi texto de referência para a formação dos diacronistas nas primeiras décadas do século XX.

Paul negava a possibilidade de uma lingüística que não fosse histórica:

> Aquilo que se considera como um método não-histórico, e contudo científico, de estudar a língua, não é no fundo mais do que um método histórico incompleto, incompleto em parte por culpa do observador, em parte por culpa do material de estudo (1970, p. 28),

e propunha uma diretriz para os estudos da mudança lingüística que, indo além da mera observação dos fatos, deveriam "expor o mais universalmente possível as condições de vida da língua, traçando assim de uma maneira geral as linhas fundamentais duma teoria da evolução da mesma" (p. 17), cujos resultados deveriam ser aplicáveis a todas as línguas (p. 43).

Para ele, os princípios fundamentais da mudança lingüística deveriam ser buscados nos fatores psíquicos e físicos tomados como determinantes dos objetos culturais como a língua. Assim, a lingüística só precisava de duas ciências, a psicologia e a fisiologia (mais daquela do que desta), para apreender a realidade da mutação histórica das línguas.

Paul entendia que o fundamento da cultura era o elemento psíquico, que a psicologia era a base de todas as ciências culturais (p. 17), e que só havia uma psicologia individual (p. 22). Esse psicologismo e subjetivismo radical sustentavam sua tese de que a fonte de toda a mudança lingüística era o falante individual e de que a propagação da mudança se dava por meio do que Paul chamava de ação recíproca dos indivíduos (p. 41), perspectiva sob a qual se pode dizer que ainda hoje trabalham muitos lingüistas, em particular (mas não exclusivamente) os gerativistas.

Outra tese de Paul também bastante aceita entre esses lingüistas contemporâneos (ver Lightfoot, 1981 e 1991, para uma formulação gerativista desta tese) é a de que a mudança lingüística é originada principalmente no processo de aquisição da língua (pp. 42.70).

Antes de concluir este item, é interessante fazer breve referência a Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936). Seu traba-

lho é um exemplo da lingüística neogramática e, pela abrangência, teve importância especial para o desenvolvimento dos estudos históricos das línguas românicas.

Publicou, entre 1890 e 1902, uma volumosa: *Grammatik der romanischen Sprachen* [Gramática das línguas românicas] e elaborou um dicionário etimológico que é, ainda hoje, fonte importante da investigação etimológica das línguas românicas.

Avaliando o movimento neogramático

Numa breve avaliação dos neogramáticos, é preciso dizer que o rigor metodológico que eles introduziram no enfrentamento dos problemas de história das línguas teve particular importância no desenvolvimento de nossa disciplina.

Por outro lado, o conceito de *lei fonética* como princípio absoluto (isto é, princípio que só conhece condicionantes fonéticos e que se aplica sem exceção a todas as palavras que satisfaçam igualmente as condições da mudança) foi relativizado, em decorrência dos estudos empíricos, pelos próprios neogramáticos (como Paul, por exemplo) ou por aqueles que, embora críticos de certos aspectos, aceitaram, no geral, a orientação teórica dos neogramáticos (como Bloomfield, por exemplo).

Sem negar a regularidade da mudança, passou-se a entender a "lei fonética" não como um princípio categórico, mas como uma fórmula de correspondência entre sistemas fonéticos sucessivos duma mesma língua nos diversos períodos de sua existência (cf. discussão desse assunto no Capítulo 3).

Mesmo assim, é importante destacar que a questão das leis fonéticas (mais propriamente, a questão

de como se processa a mudança sonora, isto é, se ela ocorre de modo abrupto, atingindo todas as palavras ao mesmo tempo, ou se de modo lento, atingindo progressivamente as palavras) foi um dos pontos centrais dos debates e polêmicas posteriores (cf. Labov, 1981, para uma discussão contemporânea desse tema).

Para Leonard Bloomfield (1887-1949) — lingüista norte-americano dos mais importantes do século XX —, grande parte dessas polêmicas se deveu apenas a questões terminológicas (cf. cap. 20 de seu livro *Language*). O termo lei, segundo ele, nunca poderia ser entendido como um enunciado absoluto, já que se estava tratando de fenômenos históricos; e, por outro lado, que a formulação dos neogramáticos, de que tais "leis" não admitiam exceções, era um modo inexato de dizer que fatores não-fonéticos, tais como a freqüência ou o significado das palavras, não interferiam na mudança sonora.

O ponto central da questão, segundo Bloomfield, é o escopo das classes de correspondência fonética (isto é, a extensão da regularidade) e a significação dos resíduos (isto é, das irregularidades).

Os neogramáticos introduziram o desafio de que os resíduos deviam receber uma análise completa, não se aceitando que fossem vistos como meros desvios ou ocorrências casuais, fortuitas.

O desafio posto pelos neogramáticos é, em si, uma diretriz fundamental para quem estuda os fenômenos de história das línguas; e, acreditamos, majoritariamente aceito pelos lingüistas diacrônicos. Nesse sentido, a herança dos neogramáticos é fundamental. O questionável não é o desafio, mas as formas de enfrentá-lo (por meio, por exemplo, da interferência da chama-

da analogia): os estudos empíricos têm mostrado que a realidade da história das línguas envolve grande complexidade e que soluções para fenômenos irregulares, por meio de conceitos vagos, como o da analogia, ou de qualquer outro de caráter puramente interno, dificilmente auxiliam a destrinçar tal complexidade.

Assim, a chamada analogia, embora muito clara nos casos exemplares e ainda muito presente nas interpretações dos fatos pelos lingüistas históricos, deve ser vista com bastante reserva. Primeiro, porque faz parte de um arcabouço teórico que não levava em consideração, na compreensão dos fenômenos da história, as relações entre língua e sociedade, relações que os estudos de sociolingüística têm mostrado serem particularmente relevantes para se entender a mudança lingüística.

O imanentismo subjacente ao conceito de analogia, antes de esclarecer qualquer coisa, acaba por obscurecer a compreensão dos fenômenos, na medida em que escapa pela saída simples da existência de um princípio regularizador cuja realidade é extremamente vaga, além de ser de aplicação totalmente assistemática (a analogia não se aplica sempre que há, em tese, condições para tanto) e, portanto, dificilmente tratável por qualquer princípio geral.

Por último, cabe questionar o psicologismo e o subjetivismo que estavam na base da concepção dos neogramáticos. Essa redução da língua à psique individual é, hoje, de difícil sustentação empírica, embora muitos lingüistas ainda operem com ela, conforme discutimos no Capítulo 3.

O mesmo se pode dizer da idéia de que a mudança é originada no processo de aquisição da língua, processo

que envolveria sempre uma espécie de recriação individual da língua e, por isso, condicionante da mudança.

O primeiro problema desse tipo de interpretação é dessocializar a criança, isto é, isolá-la, ignorando o contexto de suas experiências interacionais, que são básicas no processo de aquisição da linguagem. Além disso, há um pressuposto de sucessão discreta de gerações (uma geração homogeneamente substituindo a outra), o que não tem, como mostram os estudos sociolingüísticos, qualquer fundamento empírico (cf. Labov, 1982, pp. 46ss.).

As críticas aos neogramáticos

Pode-se dizer que desde o início as formulações dos neogramáticos provocaram a crítica de vários lingüistas. O centro das polêmicas foi o conceito de lei fonética, compreendida como um princípio imanente de aplicação cega e sem exceções.

Sem negar, em princípio, a existência de regularidade na mudança, os lingüistas que se opunham aos neogramáticos não aceitavam o caráter categórico das leis fonéticas, isto é, não aceitavam que as mudanças se espalhassem por toda a comunidade e por todos os itens lexicais de modo totalmente uniforme.

Com base em estudos empíricos (principalmente dialetológicos), mostraram esses lingüistas que uma unidade sonora pode mudar de maneira diferente duma palavra para outra, o que significa que a expansão das mudanças é lenta, progressiva e diferenciada tanto no espaço geográfico, quanto no interior do vocabulário, sendo isso decorrência do fato de as

condições de uso em que cada palavra se encontra não serem idênticas.

Adotar essa concepção não significa defender o caráter casual, fortuito, da mudança; significa, isto sim, mostrar que a realidade da mudança é mais complexa do que sugeria a formulação dos neogramáticos. Mais complexa, porque tem a ver com o contexto concreto em que a língua é falada, contexto este que de forma alguma é uniforme e homogêneo.

A obra de Schuchardt

Embora sejam vários os lingüistas que participaram dessa crítica aos neogramáticos, foi o austríaco Hugo Schuchardt (1842-1927) certamente o mais importante. Embora tivesse uma concepção subjetivista da língua (é ainda o falante individual que lhe serve de ponto de referência), esse lingüista, ao se opor ao conceito de lei fonética, chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existente numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores como o sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante.

Mais do que isso, ele mostrou como essas variedades se influenciam mutuamente, como as línguas em contacto — quer pela proximidade geográfica, quer em decorrência de invasões, conquistas e intercruzamentos étnicos e culturais — também se influenciam mutuamente.

Foi considerando esse quadro heterogêneo que Schuchardt buscou compreender o processo de mudança lingüística. Assim, ao mesmo tempo em que relativizava a concepção dos neogramáticos, ele abria

uma trilha fundamental para os estudos posteriores de lingüística histórica, uma trilha que — questionando permanentemente um tratamento apenas ou primordialmente imanentista dos fenômenos da mudança (tratamento que, no fundo, pressupõe uma língua sem falantes) — vai introduzindo, no correr do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua (uma língua que tem, portanto, falantes) é condicionante básico da variação e, dentro dela, da mudança. É a trilha da dialetologia e, mais recentemente, da sociolingüística.

Schuchardt foi também dos primeiros estudiosos a dar atenção sistemática aos *pidgins* e crioulos, línguas emergentes em situação de contacto e de cujo estudo se podem tirar inúmeras contribuições para a compreensão dos fenômenos lingüísticos em geral (sobre *pidgin*s e crioulos, cf. Tarallo & Alkmin, 1987).

Meillet: finalmente uma concepção sociológica do falante e da língua

Dissemos antes que Schuchardt, embora introduzindo nos estudos da mudança a perspectiva da heterogeneidade real da língua, tinha ainda como ponto de referência um falante individual (tinha, portanto, uma concepção subjetivista da língua, em que o indivíduo precede o todo). Foi com o lingüista francês Antoine Meillet (1866-1936), nos primeiros anos do século XX, que uma concepção mais sociológica do falante e da língua encontrou uma formulação mais consistente e sólida.

Embora Saussure (professor de Meillet, em Paris) considerasse, em tese, a língua como uma instituição social (estudando-a, porém, como um sistema

autônomo), foi Meillet quem, de fato, elaborou uma perspectiva em que as condições sociais passaram a ser vistas como tendo uma influência decisiva sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a mudança.

Meillet concebia a língua como um fato social; localizava a lingüística entre as ciências sociais (1926, pp. 16.18); dizia mesmo que a lingüística é parte da antropologia num sentido amplo (1951, p. 89); defendia uma linha de estudo que buscasse reconhecer as relações entre a mudança lingüística e os outros fatos sociais (1926, p. 18).

Em Meillet, a língua não é mais concebida como um organismo vivo e autônomo (como em Schleicher), nem como uma realidade eminentemente psíquico-subjetivista (concepção forte entre os neogramáticos e profundamente arraigada no pensamento lingüístico posterior); nem como um sistema autônomo de relações puras (como em Saussure); mas como um fato social: "Tout fait de langue manifeste un fait de civilisation" ("Todo fato de língua manifesta um fato de civilização") (1951, p. 168).

Essa perspectiva mais sociológica se encontrava também no lingüista norte-americano William Whitney (1827-1894) e no lingüista francês Michel Bréal (1832-1915), mas foi com Meillet, no contexto da consolidação da sociologia como ciência nos fins do século XIX e sob influência de Émile Durkheim (1858-1917) — destacado sociólogo francês —, que essa perspectiva obteve uma formulação não só mais precisa, como também mais consistente aplicada ao estudo empírico.

Para ele, a condição principal da mudança lingüística é a realidade descontínua (isto é, heterogênea) das

línguas (1951, p. 74): a história dos homens não é linear nem homogênea, logo as sociedades são heterogêneas e essa heterogeneidade do social é determinante da heterogeneidade lingüística e condicionante da mudança.

Meillet procurou mostrar isso empiricamente com dados do vocabulário das línguas indo-européias. Segundo ele, termos recorrentes nas várias línguas dessa família (isto é, áreas vocabulares comuns e estáveis, como verbos significando "viver" ou "morrer", adjetivos como "velho" e "novo", o sistema decimal de numeração, e os substantivos referentes às relações mais importantes da sociedade patriarcal como "pai", "mãe", "irmão") pertenciam, na origem, ao léxico da aristocracia indo-européia, cujos membros mantinham, de início, relacionamento mais estável e constante entre si, mesmo relativamente afastados no espaço geográfico: "L'unité des langues indo-européennes traduit l'unité d'une aristocracie" ("A unidade das línguas indo-européias traduz a unidade de uma aristocracia") (1951, p. 165).

Essa situação não se repetia no caso das populações não-aristocráticas, cujo vocabulário, em decorrência, se caracterizava por uma maior diversidade de lugar para lugar. De acordo com Meillet, esse quadro de diferenças estaria na raiz de diferentes linhas evolutivas do léxico indo-europeu (1951, pp. 165-168).

Em conseqüência, diz Meillet (tradução nossa):

> Assim, a gramática comparada não opera mais hoje com o indo-europeu simples e ideal como visualizado pelos fundadores dessa ciência, mas com um conjunto complexo de falares. Ela toma em conta diferenças dialetais, diferenças cronológicas, diferenças de situações sociais e de modos de

> expressão. Encontramo-nos doravante diante de uma realidade rica e nuançada (1951, p. 166).

Meillet foi, assim, dos primeiros a tentar formular uma orientação teórica para o estudo da história lingüística que incorporasse a sempre heterogênea realidade sociocultural das línguas.

Essa orientação, porém, ficou, durante boa parte do século XX, praticamente à margem, já que a perspectiva imanentista se consolidou com o estruturalismo e se tornou hegemônica.

As reflexões de Meillet sobre o léxico indo-europeu motivaram o estudo monumental de Émile Benveniste (1902-1976), seu aluno e sucessor na cátedra de gramática comparada no Collège de France, sobre o vocabulário das instituições indo-européias.

O impacto do estruturalismo

Costumamos reunir sob o nome de estruturalismo um conjunto de diferentes elaborações teóricas que compartilham uma concepção imanentista da linguagem verbal (isto é, a linguagem assumida como um objeto autônomo, definido por relações puramente lingüísticas, internas), concepção essa cujas coordenadas básicas encontram suas origens próximas no trabalho de Saussure, no início do século XX.

Como vimos antes (Capítulo 4), esse pensador fixou, em seu projeto teórico, uma rígida separação metodológica entre o estudo dos estados de língua (sincronia) e o estudo da mudança lingüística (diacronia), além de também estabelecer a precedência do estudo sincrônico sobre o diacrônico.

Essas diretrizes acabaram tendo um forte impacto sobre o modo como caminhou a lingüística do século XX. Ela se tornou hegemonicamente sincrônica, ao mesmo tempo que se configurou uma maneira estruturalista de pensar a mudança.

Curiosamente, esse estruturalismo diacrônico não nasceu dos capítulos de Saussure sobre a mudança lingüística (ainda inspirados nos neogramáticos com quem Saussure estudou em Leipzig), mas antes como extensão à diacronia, da concepção sistêmica que Saussure definiu para os estudos sincrônicos.

Saussure tinha uma visão atomista das mudanças, isto é, entendia que as mudanças das línguas no tempo não se constituíam num complexo sistema de dependências recíprocas, mas apenas alteravam o valor de elementos do sistema tomados isoladamente.

Foram os lingüistas do Círculo de Praga (nas décadas de 1920 e 1930) que formularam o princípio de que as mudanças da língua deveriam ser analisadas tomando sempre em conta o sistema afetado por elas. Diferentemente de Saussure, eles entendiam que o estudo diacrônico não exclui a noção de sistema e, mais ainda, que sem essa noção seria um estudo incompleto.

Assim é que nas famosas "Teses de 1929", apresentadas pelo Círculo no I Congresso de Filólogos Eslavos, realizado em Praga em outubro daquele ano, se lê:

> A concepção da língua como sistema funcional deve ser levada também em consideração no estudo dos estados lingüísticos passados, quer se trate de reconstruí-los, quer se trate de constatar a sua evolução. Não poderíamos erguer barreiras intransponíveis entre os métodos sincrônico e diacrônico, como o faz a Escola de Genebra [referência ao

> pensamento de Saussure]. Se, em lingüística sincrônica, os elementos do sistema da língua são considerados do ponto de vista das suas funções, também as mudanças sofridas pela língua não podem ser julgadas sem que se tenha em conta o sistema afetado por tais transformações. Seria um erro supor que as mudanças lingüísticas constituem apenas ataques destrutivos que se produzem ao acaso e que são, do ponto de vista do sistema, heterogêneos. As transformações lingüísticas visam muitas vezes o sistema, sua estabilização, sua reconstrução etc. Assim, o estudo diacrônico não só não exclui as noções de sistema e de função, como torna-se, ao contrário, incompleto, se não as toma em consideração.

De outra parte, a descrição sincrônica também não pode excluir a noção de evolução; pois até mesmo num setor considerado do ponto de vista sincrônico existe a consciência da fase em vias de desaparecimento, da fase presente e da fase em formação. Os elementos estilísticos percebidos como arcaísmos e, em segundo lugar, a distinção entre formas produtivas e não-produtivas são fatos de diacronia que não poderíamos eliminar da lingüística sincrônica (pp. 82-83).

E mais adiante, numa clara recusa das concepções neogramáticas de mudanças mecânicas e numa defesa do tratamento sistêmico das mudanças, se lê:

> Nas ciências evolutivas, entre as quais figura também a lingüística, observamos que a concepção dos fatos produzidos arbitrariamente e ao acaso — ainda que se realizem com uma regularidade absoluta — cede lugar à noção do encadeamento segundo as leis dos fatos evolutivos (nomogênese). Por essa razão, verificamos também que, na explicação das transformações gramaticais e fonológicas, a teoria da evolução convergente relega a um segundo plano a concepção da expansão mecânica e fortuita (p. 84).

Esse princípio da abordagem sistêmica da diacronia foi primeiramente aplicado por Jakobson num trabalho publicado em 1931 ("Principes de phonologie historique"), no qual analisou vários casos de mudança fonológica, procurando mostrar empiricamente o significado dessa perspectiva sistêmica.

Nesse estudo, Jakobson desdobrou aquele princípio mais geral em uma série de perguntas orientadoras da sua aplicação, que reproduzimos aqui para dar uma idéia mais concreta da maneira estruturalista de pensar a mudança (tradução nossa):

> Ocorreu uma mudança fônica. O que ela alterou no interior do sistema fonológico? Certas diferenças fonológicas se perderam? Quais? Novas diferenças fonológicas foram incorporadas? Quais? Ou, permanecendo inalterado todo o inventário de diferenças fonológicas, a estrutura das diferenças particulares não se transformou? Ou, dito de outro modo, o lugar duma diferença determinada não foi alterado, seja nas relações recíprocas com as outras diferenças, seja na sua marca diferenciadora? Cada unidade fonológica no interior dum sistema dado deve ser analisada nas suas relações com todas as outras unidades do sistema antes e depois da mudança fônica sob análise (1964, p. 316).

Mais tarde, em 1955, André Martinet (1908-1999), em seu livro *Économie des changements phonétiques*, desenvolveu extensamente essa perspectiva sistêmica da dinâmica da mudança.

Martinet entende que os sistemas lingüísticos, embora bastante bem estruturados, nunca se encontram em perfeito equilíbrio, havendo, portanto, pontos de desequilíbrio latente que favorecem a mudança.

Para ele, há sobre o sistema da língua uma pressão permanente de duas forças contraditórias: de um

lado, as necessidades humanas de comunicação e expressão — que exigem a manutenção de oposições distintivas no interior da língua (uma espécie de defesa contra os "perigos" da homonímia); de outro, a tendência dos homens a reduzir ao mínimo sua atividade física e mental — o que força a eliminação de diferenças (p. 94).

Sob o efeito dessas pressões, ocorrem, então, mudanças que, destruindo e reconstruindo oposições, se aproveitam dos pontos de desequilíbrio latente no sistema, pontos estes que são de duas naturezas: funcionais ou estruturais.

Martinet diz, então, que para se dar um tratamento coerente às mudanças fônicas é preciso examinar a economia da língua, isto é, levantar um quadro das unidades fônicas, localizando nele os pontos de desequilíbrio latente (p. 66) com base em critérios funcionais e/ou estruturais.

Introduz, então, o conceito de rendimento funcional das oposições fônicas: uma dada oposição tem rendimento funcional forte (e, portanto, é mais resistente à mudança) se distinguir uma grande quantidade de pares de palavras na língua; e tem rendimento funcional fraco (e, portanto, é mais suscetível de desaparecer) se o número de pares de palavras diferenciados por ela for pequeno.

Essa noção é exemplificada por Martinet com os seguintes dados do francês: enquanto a oposição /*ã*/ x /*õ*/ (como em *blanc* x *blond*) é bastante forte, a oposição /Ẽ/ x /œ̃/ (como em *brin* x *brun*) é bastante fraca. É, segundo o autor, essa fraqueza funcional que justifica a instabilidade dessa última oposição no fran-

cês de Paris, que tende a confundir os dois elementos fônicos.

Outro fator de desequilíbrio latente é de natureza estrutural e diz respeito às correlações de uma unidade fônica com outras no sistema: são fortes (e, portanto, resistentes à mudança) as unidades que estão em correlação com várias outras; e fracas (portanto, mais suscetíveis à mudança) aquelas com reduzidas correlações.

Assim, a oposição /ð/ x /θ/ (como em *wreathe* x *wreath*) em inglês, embora funcionalmente fraca (isto é, distingue relativamente poucos pares de palavras), é estruturalmente forte, porque pertence à correlação sonoro x surdo que abrange várias outras unidades no sistema e é fundamental na configuração do sistema consonantal do inglês. Isso justificaria seu não-desaparecimento.

Com base nesses princípios de economia da língua, Martinet organiza uma classificação das mudanças fônicas em três tipos:

a) aquelas que não afetam as possibilidades distintivas (ou porque não alteram o sistema, ou porque apenas alteram as relações entre as unidades);
b) aquelas que reduzem as possibilidades distintivas;
c) aquelas que aumentam o número de unidades distintivas.

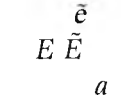
São exemplos de cada tipo os seguintes:

a) as alterações das relações entre as vogais no dialeto de Hauteville na Savóia. Segundo Martinet, num primeiro momento, o dialeto tinha as vogais baixas */E, a/*, mas não */O/*; num segundo momento, ocorreram as seguintes modificações:

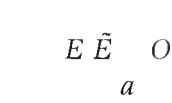
/*a* > *O*
E > a
Ẽ > E
ẽ > Ẽ

Um buraco no sistema (ausência de /*O*/) puxou a vogal /*a*/ para preenchê-lo, mudando-a para /*O*/, criando um novo buraco, preenchido, por sua vez, pela mudança de /*E*/ em /*a*/ e assim sucessivamente. Ao final, as oposições não aumentaram, nem diminuíram; houve apenas uma alteração nas relações entre as unidades: passou-se da situação (1) para (2):

(1)



(2)



o que resultou num sistema mais simétrico, mais equilibrado, já que /ẽ/ era, naquele dialeto, a única vogal não-baixa nasalizada.

b) o desaparecimento das unidades /*ts*/ e /*dz*/ em português. No português medieval, havia as oposições /*ts*/ x /*s*/ (a primeira grafada com ç e a segunda com ss) e /*dz*/ x /*z*/ (a primeira grafada com z e a segunda com s). Assim, *paço* (dito patso) se opunha a *passo*, e *cozer* (dito codzer) a *coser*. Essas oposições desapareceram no português moderno, com a eliminação das duas consoantes africadas /*ts*/ e /*dz*/, assimiladas a /*s*/ e /*z*/ respectivamente. Martinet diria, certamente, nesse caso, que as oposições /*ts*/ x /*s*/ e /*dz*/ x /*z*/ eram funcionalmente fracas, o que acabou por determinar seu desaparecimento.

c) a criação da oposição /*n*/ x /*ŋ*/ em inglês. Em vários dialetos do inglês, o /*g*/ em final de palavra, precedido de consoante nasal homorgânica como em *sing*, desapareceu, criando uma oposição entre /*n*/ e /*ŋ*/ que distingue pares como *sin x sing, thin x thing.* Em outras palavras, a realização velar da consoante nasal quando seguida de /*g*/ — consoante nasal dita homorgânica, isto é, realizada com a característica articulatória da consoante seguinte —, que não era traço distintivo em inglês, passa a ser com o desaparecimento do /*g*/ em final de palavra. Martinet diria que essa criação de nova oposição no sistema se tornou possível porque houve, anteriormente, a transferência de um traço distintivo (velar) de um elemento — /*g*/ — para outro — a consoante nasal — na cadeia combinatória (isto é, na estrutura fônica da palavra); e a oposição se fixou posteriormente ao desaparecimento do /*g*/ final para evitar a homofonia: sem a fixação da oposição /*n*/ x /*ŋ*/ uma palavra como *sing*, por exemplo, seria dita da mesma forma que *sin*.

Uma breve avaliação do impacto do estruturalismo nos estudos diacrônicos

Pode-se dizer que a contribuição metodológica do estruturalismo para a lingüística histórica foi a introdução da exigência de que qualquer mudança deve ser sempre analisada não isoladamente, atomisticamente, mas sistemicamente, isto é, situando-a em

suas relações com outros elementos da língua, seja antes, durante ou depois da mudança.

O que se pode criticar nos estruturalistas não é essa direção metodológica geral, mas sim o fato de haverem reduzido, na prática, toda a dinâmica da mudança a uma questão exclusivamente imanente, como se a língua fosse uma realidade totalmente autônoma.

No fundo, tudo fica reduzido, em suas análises, a questões da chamada economia da língua, postura que, como bem argumenta Lass (principalmente em seu Cap. 4), é de difícil sustentação empírica, particularmente quando consideramos os inúmeros casos em que a mudança seria previsível pelos princípios da economia da língua e ela simplesmente não ocorre; ou ocorre afetando apenas algumas variedades dialetais, mantendo-se, sem problema, a situação dita "não-econômica" em outras.

Mesmo quando se admite, como por exemplo em Martinet (1955), fazer intervir fatores externos ao sistema na interpretação das mudanças, eles só são aceitos depois de esgotadas todas as possibilidades de condicionamentos estritamente internos, o que significa, na prática, excluí-los das análises.

Ora, os estudos de dialetologia e de sociolingüística têm apontado, embora ainda de forma precária, mas já com certa consistência, que a realidade da mudança está correlacionada com a estrutura e a história social, exigindo, portanto, uma abordagem mais realista, isto é, uma abordagem menos reducionista.

O gerativismo em diacronia: o estruturalismo com roupa nova

Costuma-se designar de gerativista a forma de fazer lingüística desenvolvida pelo lingüista norte-

americano Noam Chomsky (1927-) a partir da década de 1950.

Ao retomar uma concepção racionalista de fazer ciência (isto é, a prática científica vista como construção de modelos teórico-dedutivos), a lingüística gerativista representou uma ruptura com a lingüística como era praticada até então, de forma hegemônica, nos centros universitários norte-americanos e que se caracterizava — na esteira dos trabalhos de Bloomfield — como sendo essencialmente descritiva, comprometida, portanto, com uma concepção mais empiricista de fazer ciência (isto é, a prática científica como fundada na generalização indutiva).

Além de assumir uma concepção de ciência diferente da tradicionalmente aceita pelos lingüistas norte-americanos, Chomsky fundamentou sua teoria geral da linguagem numa hipótese fortemente inatista.

Para ele, o fato empírico central para os lingüistas é a aquisição da linguagem pelas crianças. Apesar de expostas a relativamente poucos dados (as crianças nunca são expostas à língua inteira, porque o número de frases possíveis é infinito), elas, num curto espaço de tempo, passam a dominar todos os mecanismos estruturais básicos da língua de sua comunidade.

Com o objetivo de dar conta desses dados de observação, Chomsky assume que as crianças dispõem de um conhecimento inato que diz o que é uma "língua humana possível" e as orienta no processo de aquisição da língua. A tarefa básica da lingüística é, então, criar um modelo desse mecanismo inato, chamado tecnicamente de "gramática universal" (cf., entre outros, Chomsky, 1980).

No caso específico da diacronia, pode-se dizer que a lingüística gerativista teve dois momentos distintos. Num primeiro, na medida em que a gramática era vista como um sistema de regras, as mudanças foram entendidas como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou, ainda, reordenando sua aplicação. É o tempo em que apareceram trabalhos como os de King, Kiparsky e Schane, entre outros.

Assim, o ensurdecimento de consoantes oclusivas finais em alemão é tratado, nesses trabalhos, como resultante da introdução de uma nova regra na fonologia da língua, há aproximadamente 800 anos, com a forma:

[+ oclusiva] > [- sonora] / __# #

(lê-se: consoante oclusiva passa a surda no contexto final de palavra).

Essa regra alterou definitivamente a forma fônica de palavras como *ab, ob, weg* (adv.) — hoje pronunciadas sempre com a consoante final surda; e criou alternâncias do tipo */tak/* ~ */tages/* (dia), */bunt/* ~ */bundes/* (união), em que a palavra tem duas formas: uma com a consoante final realizada como surda e a outra com a mesma consoante realizada sonora (em ambiente medial, quando elementos de flexão são acrescentados) — (cf. Kiparsky, 1968, p. 175).

Um exemplo de eliminação de regra vem do iídiche, língua germânica falada por uma parte dos judeus. Em variedades dessa língua, o ensurdecimento de consoantes oclusivas finais não ocorre: diz-se */tog/* (dia), */lid/* (canção) etc. Contudo, o advérbio */avek/* (embora), diferentemente do substantivo */veg/*, do qual é derivado, é dito com consoante final surda.

Para dar conta disso, diz-se que a regra de ensurdecimento, presente na língua numa certa época, foi eliminada posteriormente. Quando da eliminação, porém, o advérbio */avek/* já não era percebido pelos falantes como derivado e manteve a forma com a consoante final surda (cf. King, 1969, p. 46).

Como exemplo de reordenamento de regras, Kiparsky (1968, p. 177) cita o caso de vogais médias longas do finlandês que se transformaram em ditongo — */vee* > *vie/* —, um processo histórico antigo na língua e já encerrado quando, mais tarde, com a queda de certas consoantes mediais, se criaram novas vogais médias longas: */teye* > *tee/*.

No finlandês-padrão, essas novas vogais não foram transformadas em ditongos. Em algumas variedades dialetais, porém, elas o foram: */teye* > *tee* > *tie/*. Kiparsky interpreta esses fatos como reordenamento das regras: a ordem histórica (primeiro ditongação e só mais tarde perda das consoantes) é invertida em algumas variedades dialetais (primeiro perda das consoantes e, depois, ditongação).

Não é difícil para o leitor perceber (comparando Kiparsky com Martinet, por exemplo) que essa forma de tratar a mudança apenas dá uma roupa nova (os fatos são agora representados por regras) à forma estruturalista de analisar os eventos da história duma língua. Poderíamos ir até mais longe e dizer que, no fundo, o que vemos aí são as velhas leis fonéticas dos neogramáticos reaparecendo numa forma notacional diferente.

Por isso, acreditamos que há um exagero em afirmações como a de Bynon (p. 108) de que a lingüística gerativista se transformou no centro maior

de um repensar em lingüística histórica. Parece que estamos aí diante de um caso ilustrativo de como algumas vezes podemos ter, no mundo da ciência, certas ilusões de ótica, confundindo descrições aparentemente mais elegantes (proporcionadas por novos aparatos notacionais, como as regras e representações gerativistas) com mudanças substantivas na forma de pensar.

Em fins da década de 1970, a lingüística gerativista abandonou seu modelo tradicional de gramática como um sistema constituído de regras específicas e adotou um modelo em que a gramática opera restringida por alguns poucos princípios gerais e se concentra não mais em derivar (obter) sentenças da língua, mas em justificar representações gramaticais possíveis.

Ao mesmo tempo, introduziu a idéia de que a gramática universal é um conjunto de parâmetros variáveis, isto é, ela restringe as gramáticas possíveis, mas admite caminhos alternativos. Com isso, a lingüística gerativista retoma a perspectiva já antiga em lingüística de abordar as línguas humanas tipologicamente: embora cada língua fixe os parâmetros variáveis da gramática universal de formas diferentes, assume-se que ocorrem coincidências na fixação de determinados parâmetros, o que permite reunir as línguas, por esses critérios estruturais, em subconjuntos (tipos) que partilham características comuns.

Tais alterações teóricas tiveram sua repercussão nos estudos diacrônicos. Nesse novo quadro, não cabe mais falar da história das línguas como um processo de alterações de regras; é preciso vê-la na perspectiva de eventos submetidos a princípios gerais, isto é, novas

realidades estruturais em qualquer língua têm de ser permissíveis pela gramática universal (cf. Lightfoot, 1979), o que significa dizer — considerando a hipótese inatista da lingüística gerativista — que as mudanças estruturais estão restringidas por condicionantes biológicos que cumpre ao lingüista explicitar, por meio de sua análise.

Além disso, passa-se a entender a mudança como correlacionada com alterações na fixação de parâmetros, isto é, a história é vista agora como um processo de mudança tipológica. Como diz Lightfoot (1981, p. 257), é a mudança na fixação de um parâmetro que pode estar por trás de um conjunto aparentemente não-relacionado de mudanças simultâneas, na medida em que um parâmetro é, nessa concepção de gramática, um conjunto de fenômenos inter-relacionados.

Esse novo posicionamento reitera a perspectiva estruturalista de um trato sempre sistêmico das mudanças, orientando o pesquisador a pensar as mudanças não atomisticamente, mas como constituindo conjuntos correlacionados. O próprio Lightfoot explorou extensamente essas questões num trabalho dedicado ao estudo dos processos de fixação de parâmetros (Lightfoot, 1991). Sobre o português, pode-se ler em Galves (2001) uma série de interessantes análises sincrônicas e diacrônicas realizadas com base na teoria de princípios e parâmetros.

O pensamento gerativista em diacronia se identifica, portanto, plenamente com a tradição forte em lingüística de considerar as mudanças como direcionadas por forças internas à língua. Retoma-se, assim, a perspectiva estruturalista: Jakobson afirmava que as

leis estruturais do sistema restringem o inventário das transições possíveis dum estado sincrônico a outro (cf. Jakobson, 1957, reproduzido em Jakobson, 1963, p. 77); Martinet falava nas mudanças como submetidas aos princípios da economia da língua (1955); os gerativistas falam nas mudanças como submetidas aos princípios restritivos da gramática universal. A diferença é a hipótese inatista (o biologismo) destes que não estava naqueles.

Por outro lado, a lingüística gerativista, assumindo a noção de parâmetro variável, aproxima suas análises diacrônicas aos estudos tipológicos, um velho tema que tem interessado os lingüistas desde o século XIX.

Análises tipológicas

Trabalhar com tipologias é realizar classificações das línguas humanas.Uma classificação comum em lingüística é aquela que se faz por critérios de parentesco (a mal chamada classificação genética ou genealógica): adotando como base o princípio de que relações regulares sistemáticas entre formas gramaticais de línguas diferentes são decorrência do fato de terem elas um estado sincrônico anterior comum (ou, dito com a linguagem metafórica do século XIX, terem elas uma língua ancestral comum), os lingüistas reúnem as línguas em famílias e subfamílias ou grupos e subgrupos. Diz-se, então, que o português, por exemplo, pertence ao subgrupo românico, enquanto o russo pertence ao subgrupo eslavo, e o inglês ao subgrupo germânico, todos da família indo-européia,

porque oriundos de um mesmo e antiqüíssimo estado lingüístico.

Ao lado dessa classificação, os lingüistas têm discutido, em diferentes momentos da história de sua ciência, a possibilidade de agrupar as línguas por critérios estruturais, isto é, pelas características que elas partilham em termos de organização interna: é a chamada classificação tipológica.

As primeiras propostas nesse sentido, feitas no século XIX por A. W. Schlegel, em 1818, e mais tarde por Schleicher, em 1865, tomavam como critério características da organização morfológica das línguas, que era justamente, nessa época, a dimensão estrutural que mais concentrava a atenção dos lingüistas.

Assim, August Wilhelm Schlegel (1767-1845), irmão de Friedrich Schlegel (lingüista a que fizemos referência no item sobre a criação da gramática comparativa), falava em três tipos de línguas: as que utilizam afixos, as que utilizam flexões e as que não têm estrutura morfológica flexional ou afixal.

Schleicher propôs uma tipologia semelhante, dividindo as línguas em isolantes, aglutinantes e flexivas:

— nas isolantes, as palavras são invariáveis morfologicamente (como em chinês);

— nas aglutinantes, há processos morfológicos de acréscimo sucessivo de afixos à raiz. As palavras são claramente divisíveis em uma série de elementos distintos — raiz e afixos — e cada afixo indica uma categoria gramatical diferente: gênero, número, pessoa, posse, voz. Em turco, por exemplo, *atlarim* é divisível na raiz *at-* ("cavalo") e nos sufixos *-lar*

(plural) e *-im* (possessivo de primeira pessoa), equivalendo ao português "meus cavalos";

— nas flexivas, as palavras indicam as categorias gramaticais pela variação de sua forma, alterando, por exemplo, sua terminação como em latim. As palavras, nesse caso, não têm um afixo para cada categoria; as flexões costumam representar várias categorias gramaticais simultaneamente. A terminação *-os* num adjetivo latino como *bonos* indica caso acusativo, número plural e gênero masculino.

Schleicher procurava com essa tipologia não só classificar as línguas descritivamente, mas propunha que se visse a história das línguas como uma passagem sucessiva de um tipo a outro: de isolante a aglutinante e de aglutinante a flexiva. Essa foi a primeira tentativa de se aliar tipologia e história, ou seja, de apreender a dinâmica diacrônica como um processo de alteração tipológica.

A proposta tipológica de Schleicher, embora seja com freqüência citada em manuais menores de lingüística como se fosse absoluta e consensual, é insuficiente e, como tal, abandonada pelos lingüistas: a realidade morfológica das línguas é muito mais complexa do que pressupõe a referida tipologia.

Não se abandonou, contudo, o projeto de uma classificação tipológica das línguas.

Outros lingüistas, nas primeiras décadas do século XX, buscaram elaborar classificações mais minuciosas (embora ainda insuficientes), dentre as quais merece destaque aquela feita por Sapir (cf. cap. VI de seu livro *A linguagem*), que procurou utilizar uma combinação de critérios morfológicos e sintáticos.

Do ponto de vista diacrônico, a dinâmica histórica proposta por Schleicher também não se sustentou empiricamente: de um lado, não se observa a necessária passagem isolante > aglutinante > flexiva; e, por outro, não se poderia tomar o tipo isolante como o mais primitivo (conforme fazia Schleicher), porque há, por exemplo, indícios de que o chinês, tipicamente classificado como isolante, teria tido, num período mais antigo, sistemas flexionais. Além disso, Schleicher tinha, como vimos anteriormente neste capítulo, uma hoje inaceitável concepção degenerativa da história das línguas.

Embora o modo específico de Schleicher pensar a história das línguas esteja hoje abandonado, permanece, entre muitos lingüistas, o princípio geral de entender a mudança como um processo vinculado a alterações tipológicas.

Mais recentemente (na década de 1960), o lingüista norte-americano Joseph Greenberg (1915-2001) elaborou uma tipologia que toma como critério a ordem básica (também chamada de canônica) dos constituintes da oração declarativa (um critério sintático, portanto). Fala-se assim em línguas SVO, SOV, VOS, VSO e assim por diante, isto é, línguas cuja ordem canônica é sujeito-verbo-objeto, sujeito-objeto-verbo, verbo-objeto-sujeito etc.

Greenberg (ver principalmente seu artigo "Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of the Meaningful Elements", de 1966) tentou mostrar que há um certo grau de correlações entre a ordem dos constituintes e uma grande variedade de aspectos gramaticais aparentemente não relacionados, correlações que, segundo sua argumenta-

ção, não poderiam se dar por mero acaso. Procurou-se, então, fixar essas correlações em enunciados implicacionais, da fórmula "se x, então y". Assim, se diz, por exemplo, que se a língua é SVO, então ela tem preposições, os verbos auxiliares precedem os principais, as orações relativas seguem os substantivos, e assim por diante. Se a língua é SOV, então ela tem posposições, os verbos auxiliares seguem os principais, as orações relativas precedem os substantivos.

Essa proposta tem tido certa produtividade em estudos lingüísticos contemporâneos. Vale lembrar o alentado projeto de pesquisa realizado na Universidade de Stanford (EUA), sob a coordenação de Greenberg (ver Greenberg, Ferguson & Moravcsik, 1978). E, no caso da diacronia, vale lembrar trabalhos que têm procurado interpretar a mudança nessa perspectiva tipológica, como os de Lehmann (1974), Vennemann (1974) e Harris (1978).

Em todos esses trabalhos, procura-se mostrar que, assim como há correlações entre aspectos da estrutura gramatical (um implicando outros), há também correlações entre a mudança de alguns desses aspectos e a mudança de outros.

Entende-se, nessa perspectiva, que a mudança é basicamente um movimento de um tipo a outro. Assim, acontecimentos aparentemente desconectados pertencem, de fato, a uma série que, no seu conjunto, realiza essa passagem.

Assume-se que as línguas, embora dotadas de alto grau de consistência tipológica, não são completamente consistentes. Desse modo, as inconsistências podem desencadear mudanças em direção a outro tipo ou em

direção a uma maior consistência. Há aqui, de certo modo, uma retomada da perspectiva que vê a mudança como decorrente de um jogo equilíbrio/desequilíbrio, como nas propostas de Jakobson e Martinet.

Além disso, esses autores afirmam que, como há relações implicacionais, é possível prever mudanças futuras. Nessa linha, diz Harris (tradução nossa):

> Uma vez descrita sincronicamente uma língua e identificadas aquelas mudanças que estão em progresso num momento particular do tempo naquela língua, ou que aconteceram em sua história recente, estamos numa posição forte para prever o tipo de mudanças que vão ocorrer no futuro — embora não necessariamente a forma efetiva que essas mudanças tomarão (1978, p. 7).

Esse autor, em seu livro *The Evolution of French Syntax*, reinterpreta vários aspectos da história latim > francês, procurando demonstrar ter havido, na história das línguas românicas, uma passagem de um tipo SOV (latim) para um tipo SVO, o que justificaria a forma como as mudanças ocorreram e a forma dessas línguas hoje.

Indo mais além, Harris argumenta que, observando-se vários fenômenos contemporâneos do francês coloquial, é possível dar um tratamento de conjunto a eles, desde que se assuma que o francês coloquial já ultrapassou o tipo SVO, sendo hoje uma língua VSO.

Uma breve avaliação do gerativismo e das análises tipológicas

Pode-se dizer que o gerativismo trouxe para a análise diacrônica um certo refinamento metodológico, principalmente com a difusão de um sistema notacional

mais preciso, mais elegante que os tradicionais; e, ao mesmo tempo, um certo rigor analítico quando busca dar conta dos fenômenos lingüísticos por meio de uma teoria fortemente restritiva da gramática.

Os vários estudos tipológicos, por sua vez, têm trazido para o centro das discussões um conjunto de dados de diferentes línguas, fato que constitui uma contribuição sempre positiva para qualquer disciplina científica, uma vez que o material empírico é parte essencial do trabalho da ciência.

Não deve ter escapado ao leitor, porém, que tanto o gerativismo quanto as análises tipológicas pautam sua interpretação da mudança por critérios fundamentalmente imanentes. De certo modo, ambos não passam de continuadores contemporâneos das perspectivas teóricas que excluem da história das línguas os falantes e sua complexa realidade histórico-social. Nesse sentido, valem tanto para um quanto para outro as observações críticas que fizemos anteriormente a respeito dos neogramáticos e dos estruturalistas.

O gerativismo, em particular, adotando uma hipótese fortemente inatista, engendra uma concepção em que a mudança estrutural é condicionada (se não, de fato, determinada) pela configuração biológica do cérebro que impõe — segundo defendem esses teóricos — limites altamente restritivos ao conjunto de mudanças possíveis.

Esse biologismo acaba desembocando, por conseqüência lógica, numa proposta teórica algo paradoxal: para ela há, nas línguas, mudança, mas não há propriamente história (cf. Lightfoot, 1981), já que todas as mudanças estruturais possíveis estão *a priori*

definidas pela forma do cérebro, sobrando pouco ou quase nenhum espaço para as contingências da vida social e histórica dos falantes concretos. À teoria geral da gramática cabe apenas explicitar essas mudanças autorizadas pelo cérebro.

Temos aí uma interpretação universalista da mudança: como as restrições propostas pelos gerativistas teriam fundamento biológico, elas seriam, de fato, restrições universais, isto é, as possibilidades de mudança estariam definidas *a priori* para todas as línguas pela estrutura do cérebro.

Obviamente, a questão tem lá seus complicadores, como argumenta Lightfoot (1991). Para ele (pp. 166ss.), uma teoria de parâmetros não deveria buscar dar conta de todas as mudanças pelas quais uma língua pode passar, já que muitas dessas mudanças se devem a fatores relacionados com o modo como as gramáticas são usadas e não propriamente à sua estrutura interna.

A respeito desses outros fatores (que Lightfoot chama de "ambientais"), pode-se afirmar que eles, segundo suas próprias palavras (tradução nossa):

> tipicamente não resultam do processo de aquisição geneticamente determinado, de acordo com o qual algo desencadeia alguma propriedade estrutural com efeitos sistemáticos. Ao contrário, eles são induzidos pelo contato com outras línguas e dialetos ou introduzidos por razões estilísticas, alguns sendo formas novas que adquirem efeito estilístico tão-somente por sua novidade. Em cada caso, essas inovações ou imitam ou são independentes, mas elas não envolvem propriedades relacionadas com a pobreza de estímulo, pelas quais elementos do *input* têm amplos efeitos sistemáticos que ultrapassam em muito o escopo dos dados concretos de entrada. Para tais mudanças ambientais, não dispomos de qualquer explicação

> sistemática e, até onde ocupam os sintaticistas, podem ser perfeitamente atribuídas ao acaso: elas nos dizem pouco sobre a natureza das gramáticas, sobre a teoria gramatical ou sobre experiências desencadeadoras (à exceção talvez do fato de exemplificarem os limites estruturais sob os quais o empréstimo e a inovação estilística podem ocorrer); e a teoria gramatical não poderia jamais e não deveria jamais explicar por que falantes do inglês emprestaram do francês e não do espanhol na Idade Média (pp. 169-170).

Essa distinção entre mudanças paramétricas (estruturais) e mudanças "ao acaso" se assenta numa distinção corrente na teoria desde Chomsky (1985) entre língua-interna (língua-I) e língua-externa (língua-E), isto é, entre o núcleo gramatical duro e as diversas faces "externas" de uma língua; ou, em outros termos, entre o saber gramatical do falante (que resulta, no processo de aquisição da língua, da fixação dos parâmetros da gramática universal) e seu saber lingüístico (que compreende os muitos outros aspectos da língua falada na comunidade).

Nesse quadro, os lingüistas gerativistas, como Lightfoot, têm insistido numa divisão de trabalho nos estudos diacrônicos: à teoria gramatical *stricto sensu* (que, na concepção dos gerativistas, lida com a língua-I) caberia dar conta das mudanças estruturais e às outras teorias (que, segundo eles, lidam com a língua-E) caberia dar conta das mudanças "ambientais".

Ao reconhecer a importância dos fatores ambientais como eventuais criadores de novos cenários para a fixação de parâmetros (p. 170), Lightfoot parece estar delineando uma proposta de futura unificação das teorias que hoje caminham em paralelo.

Retomando outros caminhos

Posto isso, encerramos a história das principais concepções imanentistas e podemos voltar ao fim do século XIX, para retomar a trilha dos estudos que têm procurado interpretar a história das línguas, integrando-a com a vida e a história das sociedades que as falam.

A dialetologia

Vimos que a preocupação em abordar a mudança lingüística na perspectiva das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades que as falam estava já em Meillet e Schuchardt.

Tratava-se, para ambos, de não fazer abstração, no estudo lingüístico, da heterogeneidade que caracteriza qualquer língua humana — e de buscar justamente nessa heterogeneidade e no contexto social e histórico da língua (e não na fisiologia ou nas relações puramente sistêmicas) os fundamentos da dinâmica da mudança.

Para essa linha de reflexão, trouxeram especial contribuição os trabalhos de dialetologia, que se desenvolveram na Europa a partir dos fins do século XIX.

Entende-se por dialetologia o estudo de uma língua na perspectiva de sua variabilidade no espaço geográfico. O termo deriva de *dialeto*, que é a designação tradicional em lingüística das variedades de uma língua correlacionadas com a dimensão geográfica, a chamada *variação diatópica*, numa terminologia técnica mais recente.

O fundamento da dialetologia é o fato de que a distribuição duma comunidade numa certa área geográfica é fator de diferenciação lingüística: cada ponto des-

sa área tem experiências sociais, históricas, culturais diferenciadas e isso tem repercussões na sua linguagem.

O estudo dos dialetos no fim do século XIX nasceu, de um lado, do interesse de eruditos pelas manifestações da cultura local ou regional e, de outro, do interesse dos próprios lingüistas em registrar e descrever essas diferentes variedades lingüísticas regionais.

Entre os pioneiros, está o lingüista alemão Georg Wenker (1852-1911). Em meio a um estudo sobre a história das consoantes germânicas, esse lingüista decidiu buscar estabelecer o limite geográfico preciso da grande divisão dialetal do território de fala alemã que separa as variedades do Norte (o chamado baixo alemão) — que conservam o consonantismo de um estágio mais antigo da língua — das variedades do Sul (o chamado alto alemão), cujo consonantismo passou por mudanças que o afastaram do sistema antigo, substituindo as consoantes oclusivas /*p-t-k*/ pelas fricativas /*f-s-x*/ (esta última grafada com ch) em alguns contextos e pelas africadas /*pf-ts-kx*/ em outros.

Assim, no alto alemão, diz-se, por exemplo, *dorf* (e não *dorp*), *das* (e não *dat*), *machen* (e não *maken*), *pfund* (e não *pund*). Essas alterações consonânticas dos falares do Sul são conhecidas, em lingüística germânica, como a segunda mutação consonântica. A primeira mutação consonântica é aquela que separou o grupo germânico de outros grupos indo-europeus e que foi descrita por Grimm e Verner, conforme vimos anteriormente.

Wenker era adepto das teses, defendidas pelos neogramáticos, da regularidade absoluta das mudanças e da uniformidade de sua distribuição. Em outros termos, ele aceitava o princípio de que uma mudança

sonora atingia categórica e uniformemente todas as palavras que satisfizessem as mesmas condições e se difundia por toda a comunidade também uniformemente; e aceitava, do mesmo modo, o princípio de que, se uma mudança caracterizasse uma divisão dialetal, separando a comunidade em dois grupos e atingindo, em conseqüência, apenas um deles, sua distribuição no grupo que a adotasse seria categórica e uniforme.

Com esses pressupostos, Wenker realizou, a partir de 1876, uma enquete pelo correio, enviando a professores de várias localidades uma lista de sentenças escritas em alemão-padrão que deveriam ser passadas para o dialeto local.

Colocaram-se as respostas em mapas, buscando-se demarcar a fronteira entre o alto e o baixo alemão. O resultado, porém, foi diferente do esperado: constatou-se que não havia uma fronteira nítida entre os dois grupos dialetais, mas antes áreas de transição em que o consonantismo do alto alemão afetava apenas segmentos do léxico, isto é, no mesmo dialeto algumas palavras seguiam o padrão conservador do Norte, e outras, o padrão inovador do Sul.

Em outros termos, se tomarmos a consoante */k/* do germânico, observamos que ela, em princípio, permanece */k/* nos falares do Norte e muda para */x/* no Sul. Contudo, a área em que, por exemplo, *maken* ("fazer") é substituído por *machen* não coincide com a área em que *ik* ("eu") é substituído por *ich*, havendo, portanto, áreas em que ocorre uma espécie de imbricação das duas variedades dialetais.

Diante disso, o princípio dos neogramáticos de que as mudanças eram categóricas e uniformes per-

deu força, chegando alguns estudiosos a defender — na continuidade dos estudos dialetológicos — a tese oposta de que cada palavra tem sua própria história.

Dentre estes, destaca-se o lingüista suíço Jules Gilliéron (1845-1926), que realizou, entre 1897 e 1901, um vasto inquérito dialetológico em 639 localidades francesas, do qual resultou o *Atlas lingüístico da França* (ALF), modelo de vários outros atlas posteriores elaborados na Europa e na América.

Gilliéron, percebendo que os dialetos não eram uniformes e que as fronteiras dialetais não eram precisas, mas que fatos lingüísticos individuais (a distribuição espacial das diferentes formas duma palavra, por exemplo) eram mais nitidamente localizáveis no espaço geográfico, havendo inclusive limites precisos entre eles, propôs que os lingüistas se ocupassem não com o estudo dos dialetos e sim com o estudo da história de cada palavra isoladamente.

Embora compreensível no contexto dos debates da época, há, sem dúvida, uma dose de exagero nessa tese. O fato de os dialetos não terem unidade e uniformidade absolutas não é motivo para se abandonar completamente a possibilidade de eles como um todo serem objeto de estudo científico, condenando-se a investigação a cair num atomismo absoluto.

A falta de unidade e uniformidade total é característica das diferentes variedades de qualquer língua, decorrente do fato de que os falantes mantêm permanentes e complexas relações de intercâmbio. Assim, não se trata de abandonar o conceito de dialeto, mas de estudar as variedades justamente no contexto social, histórico, político, cultural das co-

munidades, procurando detectar as diferentes linhas de contacto e influência que se entrecruzam em cada ponto do espaço.

Essa dimensão acabou por se incorporar aos estudos dialetológicos posteriores, passando as áreas lingüísticas a serem vistas como áreas culturais (em sentido amplo), cada uma interagindo de diferentes formas com as outras, o que termina por se refletir na distribuição não-uniforme dos fatos lingüísticos. Ficou assim ainda mais evidente a necessidade de se correlacionar, no estudo da variação lingüística, a língua e a realidade histórica e sociocultural das comunidades.

A dialetologia trouxe, desse modo, importante contribuição para os estudos lingüísticos em geral e para o estudo da história das línguas em particular.

O levantamento das diferentes variedades geográficas duma língua revelou uma realidade lingüística muito mais complexa e heterogênea do que costumavam supor os lingüistas. Ficou claro que não há dialetos homogêneos, nem limites precisos entre eles, mas um entrecruzamento de influências e uma conjunção de elementos de variada proveniência. Quebrou-se a idéia de que a variedade chamada culta era intrinsecamente melhor e mais antiga que as outras variedades dialetais e que estas não passavam de corrupção da "boa linguagem". Evidenciou-se que a variedade culta era, na origem, uma fala local (um dialeto como os outros) que, por vicissitudes da história social, cultural e política, adquiriu estatuto especial. Constatou-se, enfim, que os dialetos locais e regionais conservam, muito freqüentemente, aspectos mais antigos, já não ocorrentes na variedade culta.

Este último aspecto trouxe para os estudos históricos um valioso suporte empírico: com o registro direto de formas mais antigas nos diferentes dialetos, foi possível complementar empiricamente as investigações baseadas até então apenas em textos arcaicos. Desvelou-se assim uma inestimável fonte de dados vivos para confirmar processos de mudança que, sem a dialetologia, teriam ficado apenas no terreno da reconstrução hipotética.

Os estudos dialetológicos mostram que, no mesmo ponto do tempo, coexistem, em diferentes pontos do espaço, formas duma complexa rede evolutiva. O lingüista Nelson Rossi, realizando um levantamento dialetológico no Estado da Bahia, registrou ali, por exemplo, a ocorrência, ainda na década de 1960, das formas *luna — lia — lua* que representam os diferentes estágios da evolução histórica dessa palavra.

Além disso, observou-se que a distribuição das formas no espaço geográfico pode sinalizar o processo de difusão das mudanças, sendo também possível, por conseqüência, localizar centros inovadores e difusores de mudança. Foi possível perceber ainda que as mudanças podem chegar mais cedo a certas palavras (as de uso mais freqüente, por exemplo) e que a interpenetração dos dialetos pode bloquear a propagação, criando áreas conservadoras.

Os estudos históricos começam assim a consolidar a idéia de que a constante heterogeneidade da realidade lingüística e de que o contacto entre as diferentes realidades — este complexo jogo de influências correlacionado com as diferentes formas de interação social entre os grupos de falantes — cons-

tituem fatores essenciais para se apreender a dinâmica da mudança lingüística.

Essa perspectiva vai encontrar novo suporte nos estudos sociolingüísticos que se desenvolveram em especial a partir das pesquisas de Labov, iniciadas na década de 1960 nos Estados Unidos. Esses estudos vão desvelar outras dimensões da realidade heterogênea das línguas, trazendo com isso importantes contribuições para as investigações históricas.

A sociolingüística

Entende-se por sociolingüística o estudo das correlações sistemáticas entre formas lingüísticas variantes (isto é, entre diferentes formas de dizer a mesma coisa) e determinados fatores sociais, tais como a classe de renda, o nível de escolaridade, o sexo, a etnia dos falantes.

Com a sociolingüística, amplia-se o estudo da variação lingüística, acrescentando-se à dimensão geográfica (da dialetologia) a dimensão social (a chamada *variação diastrática*) como fator de diferenciação lingüística.

Nessas pesquisas, observa-se que nem tudo na língua é variação; contudo, em havendo variação, observa-se que ela se dá não aleatória, mas sistematicamente, ou seja, atrás da heterogeneidade lingüística há organização: é possível correlacionar a ocorrência de uma ou outra forma variante com diferentes grupos de falantes, partilhando, cada grupo, características sociais peculiares.

Em outras palavras, o estatuto social dos falantes (sua situação socioeconômica, seu grau de escolaridade, sua etnia, seu sexo, sua idade) e as formas

lingüísticas variantes que ele utiliza são dimensões correlacionáveis de modo sistemático, revelando uma *estratificação social* das variantes.

Além disso, observa-se também que o uso de cada variante não é homogêneo: o mesmo falante usa ora uma, ora outra, dependendo do contexto de fala em que ele se encontra (mais formal, menos formal; espontâneo, não-espontâneo). É a chamada *estratificação estilística* das variantes (a chamada *variação diafásica*).

Exemplos dessa dupla estratificação das variantes são encontrados em várias pesquisas, dentre as quais se pode citar aquela que Labov realizou em Nova York (EUA). Um dos casos estudados aí é o da pronúncia do /r/ pós-vocálico, que, em palavras como *car, guard, heart*, ora é pronunciado, ora não.

Depois de um exaustivo levantamento empírico, Labov pôde mostrar que o /r/ aparece mais freqüentemente entre os falantes da classe média alta do que entre aqueles das outras classes de renda, havendo, portanto, uma clara estratificação social da variável. Labov mostrou também que o /r/ ocorre mais freqüentemente — entre falantes de qualquer das classes de renda — em situações mais formais de fala do que em situações mais informais, isto é, a ocorrência do /r/ é estilisticamente estratificada.

Com essas duas dimensões, a sociolingüística repisa — agora com nova metodologia, apoiada principalmente na mensuração da variabilidade — os caminhos traçados pelos lingüistas que propugnaram a necessidade de se estudar a língua sem dissociá-la da estrutura social, sem fazer abstrações de sua inerente heterogeneidade.

Além disso, a sociolingüística abriu novas perspectivas para o estudo histórico, operando com o conceito de mudança em progresso e procurando sistematizá-lo.

Vejamos em que consiste esse conceito.

Quando se faz uma investigação sociolingüística, é sempre possível distribuir os falantes por diferentes faixas etárias (por exemplo, pessoas jovens, pessoas de meia-idade, pessoas idosas). Diante desse fator, os dados podem revelar uma clara correlação entre idade e uso de determinadas variantes. Tal fato pode estar assinalando apenas uma característica lingüística própria de cada grupo etário que é adotada pelo falante e posteriormente abandonada à medida que ele vai passando de uma faixa de idade para outra.

Contudo, a predominância duma variante entre os mais jovens e sua pouca ocorrência entre os mais velhos pode estar indicando uma mudança em progresso, isto é, que uma das variantes está sendo abandonada em favor de outra.

Introduz-se, desse modo, a dimensão histórica no estudo da variação, embora ainda só no eixo do chamado tempo aparente, ou seja, na distribuição das variantes por diferentes grupos etários.

Com esse tipo de estudo, a sociolingüística dá nova força empírica ao princípio de que a mudança não se dá por mera substituição discreta de um elemento por outro, mas que o processo histórico, pressupondo sempre um quadro sincrônico de variação, envolve fases em que as variantes, estratificadas social e estilisticamente, coexistem e fases em que elas entram em concorrência, ao cabo da qual uma termi-

na por vencer a outra, podendo, por vicissitudes do processo, subsistirem áreas sociais e/ou geográficas em que a mudança não se dá.

Identificada uma situação de mudança em progresso, deverá o pesquisador completar suas observações, voltando no tempo (introduzindo, agora, o eixo do chamado tempo real) para obter, em textos, em levantamentos dialetológicos e/ou nos comentários dos gramáticos, dados com os quais ele possa desvelar as características do processo histórico visualizado no corte sincrônico.

Com isso, deve ter ficado claro para o leitor que, integrando estratificação social, estratificação estilística e mudança, a interpretação dos dados de diacronia proposta pela sociolingüística envolve não apenas a distribuição no tempo aparente/tempo real, mas também o estudo global da estrutura sociolingüística em que a mudança ocorre, sem esquecer, é claro, o encaixamento da mudança na estrutura geral da língua.

Além disso, a sociolingüística — tendo desenvolvido uma metodologia para levantar o valor atribuído às variantes pelos falantes — tem mostrado que atrás dum processo de mudança lingüística não há só um quadro de variações, mas principalmente uma motivação social: assim como as variantes estão distribuídas diferentemente pela estrutura social e pelas situações de uso, assim também recebem elas diferente avaliação social (alguns grupos de falantes, por exemplo, avaliam positivamente uma das variantes e estigmatizam a outra), o que abre perspectivas para sua eventual adoção ou rejeição, movimento que está na base do próprio processo histórico. Nesse sentido,

o que parece relevante para a mudança não é propriamente a função lingüística de um elemento, mas antes a informação social veiculada por suas várias realizações (conforme sugerido, por exemplo, pelo estudo realizado por Lesley Milroy em Belfast).

Concluindo nossa viagem histórica

Percorremos, em algumas poucas páginas, 200 anos de investigação científica, procurando fornecer ao leitor um rápido panorama dos principais momentos de nossa disciplina desde seus trabalhos pioneiros.

Deve ter ficado claro que não dispomos de uma teoria suficientemente abrangente que ofereça um tratamento unificado para a complexa questão da história das línguas. Temos, isto sim, diferentes orientações teóricas (algumas até opostas entre si) e muito material empírico.

Nestes dois séculos, ampliamos vastamente nosso conhecimento factual da história de várias línguas (em especial daquelas pertencentes ao grupo indo-europeu), elaboramos e refinamos procedimentos metodológicos e temos especulado bastante sobre a mudança lingüística.

Do embate entre diferentes orientações teóricas, temos aprendido — dos mais imanentistas — a observar e estudar os fatos de mudança no contexto estrutural, percebendo a importância do ambiente lingüístico para a caracterização e descrição da dinâmica da mudança. Dos menos imanentistas, temos aprendido a enfocar a língua em sua inerente heterogeneidade, percebendo aí as múltiplas correlações entre

língua e sociedade e aliando a dinâmica da mudança lingüística com as vicissitudes da história das comunidades de falantes. O desejável, nessa altura, é uma teoria capaz de propor uma síntese efetiva dessas duas perspectivas.

Um passo importante nessa direção foi o texto de Weinreich, Labov & Herzog, apresentado num simpósio sobre lingüística histórica em 1966 na Universidade do Texas (EUA) e publicado em 1968.

Nele — depois de uma revisão crítica do pensamento neogramático e do estruturalismo saussuriano, em que apontam os paradoxos introduzidos pelos imanentistas na reflexão histórica com sua concepção homogeneizante da língua — aqueles autores, revendo trabalhos empíricos de dialetologia e sociolingüística com implicações para a compreensão da mudança, delineiam uma estratégia geral que se apóia justamente nesses fundamentos empíricos para estudar a mudança lingüística.

Weinreich, Labov e Herzog assumem como coordenada básica dessa reflexão a heterogeneidade normal da língua e, ao mesmo tempo, argumentam contra a idéia, tradicional entre os lingüistas, de que sistematicidade e variabilidade se excluem.

Em outras palavras, eles não aceitam como necessária a homogeneização do objeto lingüístico, isto é, a idéia de que só fazendo abstração da variação é que temos condições de encontrar um objeto estruturado.

Dizem eles (tradução nossa):

> Parece-nos bastante fora de propósito construir uma teoria da mudança que aceita como entrada descrições desnecessariamente idealizadas e contrafactuais de estados de língua. Muito antes que teorias preditivas da mudança lingüís-

> tica possam ser buscadas, será necessário aprender a ver a língua — quer de uma perspectiva diacrônica, quer de uma perspectiva sincrônica — como um objeto possuindo heterogeneidade sistemática (1968, p. 100).

E, mais adiante (tradução nossa):

> A chave para uma concepção racional da mudança linguística — da própria língua, na verdade — é a possibilidade de descrever a diferenciação sistemática da língua servindo a uma comunidade. [...] Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua servindo a uma comunidade complexa [isto é, real] é a ausência de heterogeneidade estruturada que seria disfuncional (1968, p. 101).

Dividem em cinco os problemas a serem tratados por qualquer teoria da mudança lingüística.

1. O problema dos *fatores condicionantes*, isto é, qual o conjunto de mudanças possíveis e quais os possíveis condicionantes dessas mudanças e da direção que elas podem tomar?
2. O problema da *transição*, isto é, como se dá, passo a passo, a mudança duma estrutura A para uma estrutura B?
3. O problema do *encaixamento*, isto é, como uma determinada mudança está encaixada na estrutura interna da língua e no sistema de relações sociais?
4. O problema da *avaliação*, isto é, como os membros de uma determinada comunidade lingüística avaliam a mudança e como essa avaliação pode afetar a mudança?
5. O problema da *implementação*, isto é, por que uma dada mudança ocorreu no tempo e lugar em que ocorreu?

Essa divisão — que procura dar maior clareza aos problemas a serem enfrentados por uma teoria da mudança — tem servido, desde então, como diretriz ordenadora de muitos estudos históricos, feitos dentro do quadro da teoria variacionista.

1. Em 1982, Labov fez um levantamento desses estudos que se distribuem por muitas das áreas em que o problema da variação e da mudança se coloca, e que trazem, por isso, contribuições empíricas importantes para maior compreensão de cada uma das dimensões do problema da mudança.

Comentemos brevemente cada uma dessas áreas de estudo:

a) *mudanças em progresso em comunidades urbanas*: embora seja de difícil detecção, surpreender uma realidade em mudança se mostra particularmente importante para — com dados do presente — se poder explicitar os possíveis condicionantes estruturais e sociais da mudança, eventualmente válidos para a compreensão de situações do passado;

b) *a análise da variação em textos históricos*: depreender variações na grafia e na estrutura de textos antigos ou mesmo correções em manuscritos do passado (o escritor ou copista poderia estar se corrigindo para evitar uma forma estigmatizada em seu tempo) é valioso indicador de uma fase de mudança em progresso no passado e, portanto, pode contribuir para a delimitação de fases intermediárias, iluminando o problema da transição;

c) *a mudança lingüística em* pidgins *e crioulos*: a constituição de línguas fortemente mescladas como as *pidgins* e as crioulas e mudanças em sua organização podem desvelar — talvez com mais clareza, em razão da natureza peculiar dessas línguas — interessantes aspectos do processo da mudança lingüística em geral, iluminando principalmente o problema do encaixamento estrutural e social;
d) *a dialetologia*: esses estudos esclarecem os caminhos percorridos pela difusão da mudança no espaço geográfico, trazendo subsídios para o problema da transição;
e) *mudanças lingüísticas em comunidades pequenas*: como os estudos empíricos parecem indicar que as cidades sempre foram os centros inovadores e como, no passado, boa parte das cidades era de pequeno porte, o estudo de mudanças lingüísticas em pequenas comunidades atuais pode contribuir para uma melhor compreensão do passado;
f) *línguas em desaparecimento*: estudar comunidades que falam línguas em processo de desaparecimento pode revelar aspectos estruturais que desaparecem com maior rapidez em oposição àqueles que se conservam mais, o que pode iluminar o problema da transição;
g) *aquisição da língua*: embora pareça hoje claro que a mudança não se dá por pulos de uma geração a outra, os estudos indicam que uma das dimensões da difusão de características inovadoras é justamente a interação entre

adolescentes mais velhos (fontes da difusão) e adolescentes mais novos e pré-adolescentes;

h) *estudo sistemático da variação*: como a mudança emerge sempre da variação, o refinamento dos métodos de estudo da variação sincrônica auxilia o próprio estudo da mudança, na medida em que é possível projetá-los na investigação do passado.

Desses estudos e de outros, pode-se retirar alguns aspectos cuja recorrência nos processos de mudança tem sido observada em cada uma das dimensões levantadas por Weinreich, Labov e Herzog:

1. *Fatores condicionantes e encaixamento*: observando a diversidade dos fatores condicionantes e, principalmente, seu caráter de possibilidade e contingência e não de necessidade e universalidade, Labov (1982, pp. 59-60) propõe que se trate a questão dos fatores condicionantes em conjunto com as questões do encaixamento estrutural e social.

Desse modo, ao explicitar o encaixamento, estaremos também apontando os fatores condicionantes. Nesse ponto, é interessante notar que a orientação teórica variacionista tem mostrado que, sem encaixar a mudança no quadro geral das relações sociais, não se consegue ter uma visão adequada do condicionamento das mudanças. O encaixamento apenas estrutural, embora importante e relevante, é insuficiente.

O encaixamento estrutural é particularmente evidenciável quando se pode surpreender casos de mudanças em cadeia, isto é, uma determinada mudança provocando outra(s). É desse tipo de situação

que se poderá colher mais subsídios para uma sistematização adequada do encaixamento estrutural.

Em português, por exemplo, é possível mostrar que a introdução — motivada por uma determinada conjuntura sócio-histórica da Alta Idade Média lusitana — de um sistema de tratamento do interlocutor combinado com a terceira pessoa do verbo (o tratamento que se fixou em *você*) acabou por provocar várias mudanças morfológicas e sintáticas na língua, dentre as quais está a presença mais categórica de pronome-sujeito nas orações declarativas simples (cf. Faraco, 1982).

É interessante observar neste ponto que, como parte desse processo em cadeia, argumenta-se hoje que o conjunto de variedades do português brasileiro, por ter avançado mais nesse caminho, tornou-se uma língua de sujeito pronominal pleno e objeto pronominal vazio, enquanto o conjunto das variedades do português europeu, por ter percorrido caminhos diferentes nessa área, fixou uma sintaxe que ainda admite amplamente o sujeito pronominal vazio e o objeto pronominal pleno.

Essa diferença sintática, nascida da mudança, classificaria cada um dos conjuntos de variedades em grupos tipológicos diferentes, o que poderia direcionar novas mudanças sintáticas diferenciadoras no futuro. Esse fenômeno em si (como realidade estrutural) tem sido estudado particularmente pelos lingüistas gerativistas por força da convergência dos dados empíricos com seus pressupostos teóricos (cf., para detalhes, Galves 2001, entre outros).

No caso do encaixamento social, os estudos têm apontado pelo menos cinco fatores que podem ter

relevância para a mudança lingüística: grupos socioeconômicos, idade, sexo, etnia, localização espacial (cidade x campo).

Assim, algumas generalizações aqui são possíveis e, como tais, orientadoras da investigação histórica:

a) as mudanças são iniciadas com a generalização de uma variante por um grupo socioeconômico intermediário (operários qualificados ou classe média baixa);
b) nesses grupos, são normalmente inovadores os falantes que têm mais prestígio local. Labov (1982, p. 89) alerta que o termo inovador identifica aqui apenas os falantes que estão mais avançados no uso e difusão da forma "nova"; o termo não sugere que esses falantes sejam inovadores no sentido de estarem criando formas que não existiam;
c) os inovadores participam de redes de comunicação densas no interior da comunidade (isto é, interagem com grande número de pessoas) e têm igualmente muitos contactos interacionais externos à comunidade local;
d) as mulheres, embora sejam mais conservadoras que os homens quando se trata de estruturas normativas estáveis (isto é, sua fala se aproxima mais da norma culta), são menos conservadoras quando se trata de mudança em progresso. Assim, para a maior parte das mudanças, elas estão geralmente uma geração na frente dos homens;
e) novos grupos étnicos que entram na comunidade passam a participar das mudanças em

progresso só quando começam a ganhar estatuto social, isto é, adquirem direitos e privilégios em termos de emprego, moradia e acesso à estrutura social;

f) a difusão das mudanças vai dos centros urbanos maiores para os médios; daí para os pequenos e, finalmente, para a zona rural.

2. ***Transição***: a característica mais recorrente nesse aspecto do estudo histórico é o fato de a mudança não ser discreta; o velho não é simplesmente substituído pelo novo, mas há fases intermediárias em que as variantes coexistem e concorrem, diminuindo gradualmente a ocorrência de uma em oposição à outra.

Também se observa que a difusão da mudança, tanto no interior da língua, quanto no espectro social e no espaço geográfico, não se dá uniformemente, mas em ritmos e direções diferenciados.

3. ***Avaliação***: como dissemos antes, a atitude social quanto à língua, à variação lingüística e, em especial, à mudança parece ser um fator poderoso na determinação do curso da história.

Observa-se que nos estágios iniciais da mudança as comunidades não têm propriamente consciência de que ela está ocorrendo. Em estágios mais avançados, começa a se evidenciar um deslocamento estilístico (a variante inovadora começa a ocorrer com mais freqüência que a outra em situações informais de fala) e uma estratificação social (a variante inovadora ocorrendo com mais freqüência entre os grupos socioeconômicos intermediários).

À medida que a comunidade se torna mais consciente da mudança, observa-se o surgimento de rea-

ções negativas, podendo a forma inovadora ser estigmatizada. Há, paralelamente, reações corretivas em direção à forma mais conservadora.

É a progressiva mudança desses valores que vai favorecer a difusão da forma inovadora: ela começará a ocorrer com mais freqüência entre falantes de grupos socioeconômicos mais altos e em situações formais de fala e, finalmente, passará a ser normal na linguagem escrita.

Como dizem Weinreich, Labov e Herzog (p. 187), o complemento da mudança com a passagem da variante à constante (isto é, a morte da variante conservadora) é acompanhado da perda da marca social que a variante nova possuía.

Interessante notar que as reações negativas muitas vezes são expressamente verbalizadas pelos gramáticos da época, o que é valioso documento para o lingüista histórico, pois pode assinalar justamente o momento em que a mudança estava em progresso.

No caso das línguas românicas, um dos documentos mais preciosos para a reconstituição da história das transformações do latim é o *Appendix Probi*, provavelmente escrito em Roma no século III da nossa era. Nele o autor, listando 227 palavras, indicava lado a lado a forma que ele considerava correta em oposição à forma que ele considerava incorreta. Com isso, ficamos com um valioso testemunho da variação lingüística como ocorria no século III e podemos melhor reconstituir a história do vernáculo latino donde se desenvolveram as línguas românicas.

De fenômenos mais recentes, temos a reação negativa de Serafim da Silva Neto à pronúncia vocali-

zada do /l/, dito /w/, no travamento silábico. Se essa é uma pronúncia hoje consolidada em praticamente todo o Brasil, na década de 1950 ainda provocava avaliações negativas, como a de Silva Neto, que imaginava o ensino escolar levantando-se com muita força contra essa pronúncia (cf. 1977, p. 163).

Embora importante historiador da nossa língua, Silva Neto, nesse aspecto particular, não conseguiu interpretar adequadamente o fenômeno que observava. Como dissemos no Capítulo 2, talvez uma das dificuldades maiores do lingüista seja discernir sempre com clareza o que é juízo social de valor sobre os fatos e os fatos propriamente ditos.

4. ***Implementação***: Labov (1982, p. 81) diz que o problema da implementação de uma mudança, isto é, a questão de por que uma mudança é iniciada ou implementada numa época e num lugar determinado e não em outros, é dos mais difíceis da lingüística histórica. Weinreich, Labov & Herzog (p. 186) haviam observado que as dificuldades emergem aqui do fato de serem em grande número os possíveis fatores, tanto internos quanto externos, que podem interferir no processo.

Assim, embora já se possa chegar aos outros problemas com algumas generalizações à mão, a implementação só pode ser discutida, por enquanto, *a posteriori* (pós-fato).

Um último exemplo

Sobre o português, um estudo importante que segue essa concepção de análise é a tese de Fernando Tarallo, de 1983, sobre as orações relativas, da qual damos uma breve notícia aqui.

Nesse trabalho, Tarallo mostra a existência de três variantes da oração relativa no português brasileiro:

a) **a relativa padrão**:
   Este é o amigo *de que te falei ontem.*
b) **a relativa com pronome-lembrete**:
   Este é o amigo *que te falei dele ontem.*
c) **a relativa cortadora**:
   Este é o amigo *que te falei ontem.*

Na primeira, o pronome relativo vem precedido da preposição e, na posição canônica do objeto (pós-verbo), há um vazio sintático; na segunda, a preposição não aparece no início e, na posição do objeto, há um pronome chamado de pronome-lembrete co-referente com o sintagma nominal (*o amigo*) a que se liga a oração relativa; na terceira, a preposição não ocorre na oração e a posição do objeto está vazia.

Com base num levantamento sociolingüístico de dados, Tarallo mostra, entre outras coisas, que:

a) no vernáculo, a variante *a* está praticamente desaparecida, havendo uma luta, no momento, entre *b* e *c*, com evidente vantagem para *c*;
b) há uma clara estratificação social de *b* e *c*, sendo aquela mais freqüente entre os falantes da chamada classe baixa;
c) há uma estratificação estilística dessas variantes: em situação de fala não-espontânea (entrevistas, por exemplo), os falantes evitam construções com pronome-lembrete, o que é sinal de sua estigmatização. Por outro lado, na língua escrita dos jornais, *b* e *c* não ocorrem (só *a*); nos programas mais formais de televisão (documentários e mesas-redondas), *b* e *c* ocor-

rem em escala reduzida; nos programas mais informais (transmissões esportivas, novelas e programas de auditório), a ocorrência de *b* e *c* é maior, estando favorecida a relativa cortadora;

d) há uma correlação entre o contexto estrutural e a freqüência de cada uma das variantes. Assim, por exemplo, quando o elemento relativizado está na posição de objeto indireto ou oblíquo, a relativa cortadora é mais comum (*Este é o menino que eu dei o livro*); quando na posição de genitivo, a relativa com pronome-lembrete é favorecida (*Este é o menino que roubaram o livro dele*).

Identificando a estigmatização de *b* e a luta entre *b* e *c*, Tarallo complementa sua análise fazendo um estudo na dimensão do tempo real, mostrando, com dados de quatro pontos no tempo (1725, 1775, 1825, 1880), que a extensão da relativa cortadora, intensificada a partir do início do século XIX, está correlacionada com um processo mais amplo de modificações do sistema anafórico do português brasileiro, em que, entre outros aspectos, começa a diminuir, a partir do mesmo período, a ocorrência do pronome correferencial na posição de objeto de preposição.

Por outro lado, o autor mostra que a estigmatização de construções com pronome-lembrete (associadas à chamada redundância pronominal) já estava presente em gramáticas do século XIX.

Não é difícil para o leitor identificar, nesse trabalho, as dimensões do estudo empírico propostas por Weinreich, Labov e Herzog: identifica-se o fenômeno em variação; descreve-se seu encaixamento estrutural

e social; recupera-se, na dimensão do tempo real, a implementação e a transição das relativas não-padrão; e discute-se a questão da avaliação.

Breve notícia dos estudos históricos no Brasil

Os estudos de lingüística histórica, introduzidos no Brasil já nas últimas décadas do século XIX sob o nome de filologia, foram hegemônicos aqui até pelo menos o início da década de 1960. Pesquisadores importantes como João Ribeiro, Antenor Nascentes, Said Ali, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto, Theodoro Maurer Jr., Celso Cunha, Mansur Guérios, entre outros, produziram valiosos trabalhos sobre a história da língua portuguesa, como gramáticas históricas, dicionários etimológicos e edições críticas de textos arcaicos (para uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil, ver Silva, 1988; para uma apresentação biobibliográfica dos principais filólogos brasileiros, ver Penha, 2002).

A quebra dessa hegemonia e o conseqüente rareamento de estudos históricos entre nós se deram a partir dos primeiros anos da década de 1960. Introduziu-se, nessa época, nos currículos de Letras das universidades brasileiras, a matéria lingüística, dando-se a ela, por força das características daquele momento, uma orientação fundamentalmente estruturalista.

Se isso representava uma espécie de avanço para os estudos lingüísticos no Brasil com a difusão entre nós do que se vinha fazendo nos centros europeus e norte-americanos (ressalvados os trabalhos pioneiros

de Mattoso Câmara Jr. nessa mesma linha), representava também a difusão de formas de pensar a linguagem que não privilegiavam os estudos históricos. Passaram a ser hegemônicos os estudos descritivos da língua contemporânea e a discussão dos modelos teóricos do estruturalismo e, em seguida, do gerativismo.

Nos últimos anos do século XX, porém, questões de lingüística histórica voltaram a interessar estudiosos brasileiros. Pode-se citar, nesse sentido, os trabalhos pioneiros de Fernando Tarallo e Marco Antônio de Oliveira. E, claro, o profícuo percurso de Rosa Virgínia Mattos e Silva que, pela sua história acadêmica, tem sido, entre nós, a grande ponte entre a tradição filológica e os estudos lingüísticos históricos contemporâneos.

Essa retomada dos estudos lingüísticos históricos tem sido muito salutar. De um lado, porque os trabalhos mencionados não apenas reatam o fio, mas o fazem trazendo para nosso contexto acadêmico abordagens, por assim dizer, renovadas da questão histórica; e, de outro lado, porque voltamos a olhar a linguagem como uma realidade histórica e, portanto, vinculada intimamente à vida social e cultural dos falantes.

Faz-se, desse modo, uma importante contribuição, tanto para o amadurecimento da lingüística como ciência no Brasil, quanto para se realizar uma formação básica mais completa dos nossos estudantes de lingüística, superando o unilateralismo de tendências ahistóricas ou pouco afeitas à história.

Há no nosso país atualmente um número razoável de pesquisadores dedicados aos estudos lingüísticos históricos, em geral concentrados em grandes projetos voltados à história do português no Brasil, dentre os

quais se destacam o projeto *Programa para a história da língua portuguesa (Prohpor)*, sediado na Universidade Federal da Bahia (visitar, para detalhes, a página do projeto na internet — http://www.prohpor.ufba.br) e o grande projeto coletivo nacional *Para a história do português brasileiro (PHPB)*. Para uma visão relativamente atualizada deste último, consultar o relatório da Comissão de História do Português na página da ALFAL (Associação de Lingüística e Filologia da América Latina) na internet http://www.alfal.org — rubrica "Comissões".

6. CONCLUINDO

Este nosso passeio introdutório pelos domínios da lingüística histórica visou principalmente situar o leitor no contexto da disciplina que estuda a história das línguas. Neste capítulo, queremos deixar um roteiro para aqueles que, ao fim da leitura, sentiram particular atração pelos estudos históricos e desejam continuar a viagem por esses domínios.

Para vivenciar mais concretamente a mudança lingüística, será importante, numa próxima etapa, estudar a história de uma determinada língua, por exemplo a história do português.

O material disponível para isso está, normalmente, em gramáticas históricas. E aqui vale uma observação de alerta ao leitor: essas gramáticas, embora ricas em material empírico (e, nesse sentido, merecedoras de todo respeito científico), apresentam os fatos, em geral, de forma muito atomística e propõem interpretações, no mais das vezes, a partir de concepções teóricas anteriores às contribuições metodológicas da lingüística estrutural e dos estudos de variação lingüística.

Se isso, de um lado, exige do leitor um esforço intelectual muito particular (é preciso ler esse material com o cuidado de situá-lo na conjuntura de sua

produção), traz, por outro lado, um amplo universo para o trabalho teórico, desde a reinterpretação de fatos com base em outra orientação teórica até a existência de fatos cuja interpretação está ainda em aberto.

No caso da história do português, sugerimos, para um primeiro contacto, os textos de Paul Teyssier e de Fernando Tarallo (1990), bem como Silva (1993 e 1996). Dentre as gramáticas históricas, propomos os trabalhos de Hubner, Câmara Jr. (1979) e Silva Neto (1979). Livro indispensável para qualquer estudioso da história do português no Brasil é Silva (2004).

É importante que o leitor não estude a história duma língua sem pelo menos situá-la na história da subfamília a que ela pertence. Nesse caso, a história do português não deve ser abordada sem um estudo paralelo da história das línguas românicas. Trata-se de conhecer um pouco de lingüística (ou filologia) românica.

Aqui valem as observações feitas acima sobre as gramáticas históricas: temos à disposição uma série de trabalhos, vastos do ponto de vista empírico, mas, no geral, atomísticos na apresentação e antigos nas interpretações. Como introdução aos estudos romanísticos, sugerimos dois trabalhos: Ilari (1997) e Bassetto (2005). São relevantes também os estudos sobre o latim corrente (o mal designado latim vulgar), donde se originaram as línguas românicas. Servem de referência, dentre outros, os textos de Maurer Jr.

Como estudo complementar, é importante também que o leitor se familiarize com as disciplinas correlacionadas com a lingüística histórica, principalmente a dialetologia e a sociolingüística. Alvar ou Chambers & Trudgill podem servir de introdução à

primeira, bem como Ferreira & Cardoso (1994), que apresentam um panorama da dialetologia no Brasil; Calvet (2002), Mollica e Braga (2003) e Tarallo (1985), à segunda.

No aprofundamento do estudo histórico, é recomendável o contacto direto com os textos clássicos de nossa disciplina (Meillet, Saussure, Sapir, Bloomfield e, claro, Weinreich, Labov & Herzog), cujas indicações constam das nossas referências bibliográficas. Dos textos do século XIX, a maioria escrita em alemão, alguns são acessíveis também em edições em inglês ou francês (cf. Capítulo 8, "Referências bibliográficas").

Nesse aprofundamento, será indispensável que o leitor conheça os textos clássicos da orientação teórica com a qual pretende trabalhar, bem como estudos monográficos realizados na perspectiva de tal orientação.

Por último, apontamos, para referências gerais, dois manuais de apresentação da lingüística histórica: Hock (1991) e Lass (1997).

Desejamos a todos uma boa viagem!

ANEXO

A FAMÍLIA INDO-EUROPÉIA

A classificação dita genealógica das línguas, iniciada no século XIX no contexto do grande desenvolvimento dos estudos biológicos, opera com termos como *família, subfamília, língua ancestral, língua-mãe, língua-filha, parentesco*, que devem ser tomados, hoje, metaforicamente, porque a história das línguas não é uma história biológica (genética), mas um complexo processo de diferenciação correlacionada com a história social e cultural das sociedades humanas.

A chamada família indo-européia compreende uma série de línguas faladas na Ásia e na Europa, desde o norte da Índia até a Península Ibérica. Com a expansão colonial de países europeus, línguas indo-européias (principalmente o português, o espanhol, o francês e o inglês) foram levadas para os demais continentes.

A família é normalmente dividida em dez subfamílias, algumas já extintas como a *anatólia* (à qual pertencia a língua dos hititas) e a *tocária*. As outras são:

— a subfamília *germânica* (que inclui o alemão, o inglês, o holandês, as línguas escandinavas, o flamengo, o iídiche, o africânder);

— a subfamília *itálica* (que inclui as antigas línguas da península itálica como o osco e o umbro; o latim e todas as línguas românicas: português, espanhol, francês, italiano, sardo, catalão, romeno);

— a subfamília *indo-iraniana* (que inclui o persa, o pashto, o curdo, o sânscrito, o hindi, o urdu, o bengali, o panjabi);
— a subfamília *balto-eslava* (que inclui o russo, o polonês, o tcheco, o servo-croata, o búlgaro, o ucraniano, o lituano, o letão);
— a subfamília *céltica* (boa parte destas línguas está extinta, mas há ainda línguas célticas faladas na Grã-Bretanha: o galês e o gaélico escocês; e na França: o bretão).
— As demais subfamílias são: a *albanesa*, a *armênia* e a *grega*.

Dentre todas as famílias lingüísticas do mundo, a família indo-européia se destaca nos estudos de lingüística histórica, porque foi a partir delas que se criou o método comparativo; foi a primeira família a ser estabelecida cientificamente e é a mais estudada.

A aplicação extensiva do método comparativo no século XIX permitiu a reconstrução de vários aspectos do que seria a *protolíngua* desta grande família, isto é, o estado lingüístico tido como ancestral de toda a família (o proto-indo-europeu).

Para uma apresentação das famílias lingüísticas do mundo, ver Lehmann (1969, cap. 2); para uma introdução à lingüística indo-européia, ver Szemerényi, 1996.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR, M. 1968. *Estructuralismo, geografía lingüística y dialectología actual*. Madrid: Gredos.

ARENDT, H. 1988. *Da revolução*. São Paulo: Ática.

BAGNO, M. (org.) 2001a. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola.

_____. 2001b. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.

_____. (org.) 2002. *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola.

_____. 2003. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.

BAKHTIN, M. 1981. Discourse in the Novel. [1934-35] In: _____. *Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, pp. 259-422.

BASSETTO, B. F. 2005. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: EDUSP.

BENVENISTE, É. 1995. *O vocabulário das instituições indo-européias*. [1969] 2 Vol. Campinas: Editora da Unicamp.

BISOL, L. 1983. A variação da pretônica na diacronia do português. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 17(1): 81-97.

BLOOMFIELD, L. 1933. *Language*. New York: Holt.

BOPP, F. 1963. *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*. [1816] Partes traduzidas para o inglês em Lehmann, W. (ed.), pp. 38-45.

_____. 1875. *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gothischen und Deutschen*. [1833] Trad. francesa: *Grammaire comparée des langues indoeuropéennes*. 5 vols., 2ª ed. Paris: Imprimerie Nationale.

CALVET, L.-J. 2002. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.

CÂMARA JR., J. Mattoso. 1970a. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1970b. *Problemas de lingüística descritiva*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
_____. 1972a. *Princípios de lingüística geral*. [1941] 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.
_____. 1972b. Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. [1957] In: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 35-46.
_____. 1975. *História da lingüística*. [1962] Petrópolis: Vozes.
_____. 1977. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. [1965] 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico - INL.
_____. 1979. *História e estrutura da língua portuguesa*. [1972] 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão.

CAMBRAIA, C. N. 2005. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

CHAMBERS, J. K. & TRUDGILL, P. 1980. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHOMSKY, N. 1980. *Regras e representações: a inteligência humana e seu produto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
_____. 1985. *Conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1997.
Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia. 1978. Textos reunidos, anotados e apresentados por Dionísio Toledo. Porto Alegre: Globo.

COSERIU, E. 1979. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. [1973] Rio de Janeiro - São Paulo: Presença -USP.

DIEZ, F. 1836. *Grammatik der romanischen Sprachen*. Bonn.

FARACO, C. A. 1982. *The Imperative Sentence in Portuguese: a Semantic and Historical Discussion*. Ph.D. Dissertation. Salford: University of Salford.

FERREIRA, C. & CARDOSO, S. 1994. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.

FEYERABEND, P. 1977. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

GALVES, C. 2001. *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.

GNERRE, M. 1985. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.

GREENBERG, J. 1966. Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of the Meaningful Elements. In: _____. *Universals of Language*. 2ª ed. Cambridge (Mass.): MIT Press, pp. 73-113.
_____; FERGUSON, C. A. & MORAVCSIK, E. A. (eds.) 1978. *Universals of Human Language*. Stanford: Stanford University Press.

GRIMM, J. 1870. *Deutsche Grammatik*. [1819-1837] Berlin.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. 1937. *Pontos de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

HARRIS, M. 1978. *The Evolution of French Syntax: a Comparative Approach*. London: Longman.

HUBNER, J. 1986. *Gramática do português antigo*. [1933] Lisboa, Gulbenkian.

ILARI, R. 1997. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática.

JAKOBSON, R. 1963. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.

_____. 1964. Principes de phonologie historique. [1931] Republicado in: TROUBETZKOY, N. S. *Principes de phonologie*. Paris: Klincksieck, p. 315-36.

JENSEN, F. (ed.) 1992. *Medieval Galician Portuguese Poetry: An Anthology*. New York & London: Garland Publishing. (The Garland Library of Medieval Literature, v. 87)

JESPERSEN, O. 1894. *Progress in Language, with Special Reference to English*. London: Swan Sonnenschein.

KING, R. D. 1969. *Historical Linguistics and Generative Grammar*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

KIPARSKY, P. 1968. Linguistic Universals and Linguistic Change. In: BACH, E. & HARMS, R. T. (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. London: Holt. p. 171-202.

LABOV, W. 1966. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington (D.C.): Center for Applied Linguistics.

_____. 1972. The Social Motivation of a Sound Change. [1963] Reproduzido in: _____. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 1-42.

_____. 1974. On the Use of the Present to Explain the Past. In: HEILMANN, L. (ed.) *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Il Mulino, p. 825-51.

_____. 1981. Resolving the Neogrammarian Controversy. *Language*, 57(2), p. 267-309.

_____. 1982. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 17-92.

_____. 1994. *Principles of Linguistic Change*. V. 1: Internal Factors. Oxford: Blackwell.

_____. 2001. *Principles of Linguistic Change*. V. 2: Social Factors. Oxford: Blackwell.

_____. Yaeger, M. & Steiner, R. 1972. *A Quantitative Study of Sound Change in Progress*. Philadelphia: U.S. Regional Survey.

LAKOFF, R. 1972. Another Look at Drift. In: Stockwell, R. P. & MACAULAY, R. K. S. (eds.) *Linguistic Change and Generative Theory*. Bloomington: Indiana University Press, p. 172-98.

LASS, R. 1978. Mapping Constraints in Phonological Reconstruction: on Climbing Down Trees Without Falling out of Them. In: FISIAKE, J. *Recent Developments in Historical Phonology*. The Hague: Mouton, p. 245-86.

_____. 1980. *On Explaining Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1997. *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEHMANN, W. (ed.) 1963. *A Reader in Nineteenth-century Historical Indo-European Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press.

_____. 1974. *Proto-indo-european Syntax*. Austin: University of Texas Press.

LIGHTFOOT, D. 1979. *Principles of Diacronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1981. Explaining Syntactic Change. In: HORNSTEIN, N. & LIGHTFOOT, D. (eds.) *Explanation in Linguistics*. London: Longmann, p. 209-40.

_____. 1991. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.

LOPES, C. R. dos S. 2001. O percurso de *a gente* em tempo real de longa duração. In: SILVA, R. V. Mattos (org.) 2001. *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo I. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP — FAPESP, p. 127-48.

LUCCHESI, D. 2004. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MARTINET, A. 1955. *Économie des changements phonétiques: traité de phonologie diachronique*. Berna: Francke.

_____. 1971. *Elementos de lingüística geral*. [1960] 3.ed. Lisboa: Sá da Costa.

MAURER JR., T. 1959. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

_____. 1962. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

MEILLET, A. 1926. *Linguistique historique et linguistique générale*. V. I [1906-1920] Reed. Paris: Klincksieck.

_____. 1951. *Linguistique historique et linguistique générale*. V. II [1921-1936]. Nova tiragem. Paris: Klincksieck.

MEYER-LÜBKE, W. 1923. *Grammatik der romanischen Sprachen*. [1890-1902]. Trad. francesa: *Grammaire des langues romanes*. Paris: E. Welter, 1900-1906. Reimpr. New York: Stechert. 4 vols.

MILROY, L. 1980. *Language and Social Networks*. Oxford: Basil Blackwell.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) 2003. *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação.* São Paulo: Contexto.

MOUNIN, G. s.d. *História da lingüística: das origens ao século XX.* [1970] Porto: Despertar.

_____. 1973. *A lingüística do século XX.* [1972] Lisboa - São Paulo: Presença - Martins Fontes.

NARO, A. 1973. A história do *e* e do *o* em português: um estudo de deriva lingüística. [1971] In: _____. *Estudos diacrônicos.* Petrópolis: Vozes, p. 9-51.

OLIVEIRA, M. A. de. 1984. Sociolingüística e lingüística histórica. Associação Brasileira de Lingüística. *Boletim 6*, mar., pp. 82-94.

OSTHOFF, H. & BRUGMAN, K. 1963. Preface to Morphological Investigations in the Sphere of the Indo-european Languages. [1878] In: Lehmann, W. (ed.), cap. 14.

PAUL, H. 1970. *Princípios fundamentais da história da língua.* [1880 1920] Lisboa: Gulbenkian.

ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) 1993. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica.* Campinas: Editora da Unicamp.

PENHA, J. A. P. 2002. *Filólogos brasileiros.* Franca: Editora Ribeirão Gráfica.

RAMOS, J. M. 1997. O uso das formas *você, ocê, cê* no dialeto mineiro. In: HORA, D. da (ed.) 1997. *Diversidade lingüística no Brasil.* João Pessoa: Idéia, p. 43-60.

ROBINS, R. H. 1979. *Pequena história da lingüística.* [1967] Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

ROSSI, N. 1963. *Atlas prévio dos falares baianos.* Rio de Janeiro: INL.

SAPIR, E. 1969. O gramático e a língua. [1924] In: _____. *Lingüística como ciência.* Rio de Janeiro: Acadêmica, pp. 29-42.

_____. 1971. *A linguagem: introdução ao estudo da fala.* [1921] 2ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SAUSSURE, F. 1970. *Curso de lingüística geral.* [1916] 2ª ed. São Paulo: Cultrix.

SCHANE, S. A. 1972. Natural Rules in Phonology. In: STOCKWELL, R. P. & MACAULEY, R. K. S. (eds.) *Linguistic Change and Generative Theory.* Bloomington: Indiana University Press, pp. 199-229.

SCHLEGEL, F. 1809. *Über die Sprache und die Weisheit der Inder.* [1808] Trad. francesa: *De la langue et de la philosophie des indiens.* Genebra: Mauget & Cherbuliez.

SCHLEICHER, A. 1876. *Compendium der Vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen: kurzer Abriss einer Laut- und Formenlehre der indogermanischen Ursprache.* [1861] 4ª ed. Weimar.

SCHUCHARDT, H. 1928. *Hugo Schuchardt Brevier: ein Vademecum der allgemeinen Sprachwissenschaft.* Org. por L. Spitzer. 2ª ed. Halle.

SILVA, R. V. Mattos e. 1986. Contribuição para a leitura crítica de textos medievais portugueses: sintaxe e grafia. *Critique Textuelle Portugaise*. Paris: Gulbenkian - Centre Cultural Portugais, pp. 85-98.

_____. 1988. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *Delta*, 4(1): 85-113.

_____. 1989. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

_____. 1993. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

_____. 1996. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.

_____. 2004. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

SILVA NETO, S. da. 1977. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. [1950] 4.ed. Rio de Janeiro: Presença.

_____. 1979. *História da língua portuguesa*. [1957] 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença.

SZEMERÉNYI, O. 1996. *Introduction to Indo-European Linguistics* [1970]. Oxford: Oxford University Press.

TARALLO, F. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. Dissertation. University of Pennsylvania.

_____. 1985. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática.

_____. 1987. Por uma sociolingüística românica paramétrica: fonologia e sintaxe. *Ensaios de Lingüística*, Belo Horizonte, 13: 51-83.

_____. 1990. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

_____. & ALKMIN, T. 1987. *Falares crioulos; línguas em contato*. São Paulo: Ática.

TEYSSIER, P. 1982. *História da língua portuguesa*. [1980] Lisboa: Sá da Costa.

VASCONCELOS, J. L. 1970. *Textos arcaicos*. 5ª ed. Lisboa: Clássica.

VENNEMANN, T. 1974. Topics, Subjects and Word Order: from SXV to SVX via TVX. In: ANDERSON, J. & JONES, C. (eds.) *Historical Linguistics*. Amsterdam: North Holland, p. 339-376.

WEINREICH, U. 1964. *Languages in Contact*. [1953] Reimpr.: The Hague: Mouton.

_____; Labov, W. & Herzog, M. I. 1968. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, pp. 95-188 (tradução para o português por Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, no prelo).

ZILLES, A. M. S. 2005. The Development of a New Pronoun: the Linguistic and Social Embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation & Change*, 17 (1): 19-53.

PONTOS DE VENDA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

AM LIVRARIA VALER

Fone: (92) 3633-6565
travessia_travessia@hotmail.com
Manaus, AM

AP TRANSAMAZÔNICA

Fone: [96] 223-1721 | Fax: 223-9027
e-mail: transalivros@uol.com.br
Macapá, AP

BA LIV. E DISTRIB. MULTICAMPI

Fone: [71] 2101-8000
ldm@livrariamulticampi.com.br
Salvador, BA

CE PONTOS DE VENDA

Livraria Acadêmica
fone: [85]3433-4515 | fax: 3268-3488
academica@secrel.com.br

Livraria Arte e Ciência
Fone: [81] 3231-0404 | Fax: 3283-4422

Livrarias Livro Técnico
Fone: [85] 3433-9497 | fax: 3433-9494
livrotecnico@livrotecnico.com

Livraria Marques Mariano
Fone/Fax: [85] 3233-4336 | 3214-5488
luanovae@uol.com.br

Vozes Fortaleza
Fone: (85) 3231-9321
vozes23@uol.com.br

DF J. QUINDERÉ DISTRIB. DE LIVROS

Fone: [61] 3347-7386 | Fax: 3340-0338
Brasília, DF

ES PONTO DE VENDA

Livraria Logos
Fone: [27] 3135-2596 | 3137-2580
logos@livrarialogos.com.br
Vitória, ES

GO PLANALTO DISTRIBUIDORA

Fone: [62] 3212-2988 | Fax: 3225-6400
fernandamiranda@zaz.com.br
Goiânia, GO

MA J. M. F. DE LIRA (LIVRARIA VOZES)

Fone|Fax: [98] 3221-0715 | 3221-5699
livrariavozes@terra.com.br
São Luis, MA

MG ASTECA DISTRIB. DE LIVROS

Fone: [31] 3423-7979 | Fax: 3424-7667
www.astecabooks.com.br
Belo Horizonte, MG

MS ARANDU DISTRIBUIDORA

Fone: [67] 3384-8031
arandu31@superig.com.br
Campo Grande, MS

PA PONTO E VENDA

Grupo Visão
fone: (91) 4006-0508
wilson@lvisao.com.br

IFÂ - Livraria e Café
Fone:[91] 3222-8830 | Fax: 9162-2115
jupin@uol.com.br

Livraria Didática
Fone:[91] 3259-7633 | fax: 3233-2350
didaticalivros@uol.com.br

Ponto e Virgula
Fone: [91] 3249-6721
pontov@yahoo.com.br

PB ALMEIDA DISTRIBUIDORA

Fone: [83] 3243-1925
almeidal@online.com.br
João Pessoa, PB

PI REPRESENTANTE

Carlos Henrique Tonelli
Fone: [98] 8124-6678
tamboreseditora@uol.com.br

PR PONTO DE VENDA

Livrarias Curitiba
Marechal Floriano - Fone: [41] 3330-5109
XV de Novembro - Fone: [41] 3219-5537
Luiz Xavier - Fone: [41] 3330-5134
Shopping Curitiba - Fone: [41] 3219-5560
Shopping Estação - Fone: [41] 3330-5118
Shopping Mueller - Fone: [41] 3219-5540
ParkShopping - Fone: [41] 3317-5690
Curitiba, PR

Shopping Catuaí - [43] 3339-8181
Londrina, PR

PE VIA LIVROS

Fone/Fax: [81] 3216-0100
www.vialivros.com.br
Recife, PE

RJ ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA.

Telefax: [21] 2233-4295/ 2263-4280
zeliobicalho@prolink.com.br
Rio de Janeiro, RJ

RN POTY LIVROS DISTRIB. LTDA.

Fone/Fax: [84] 3203-2626
e-mail: potylivros@potylivros.com.br
Natal, RN

RR LIVRARIA VOZES

Fone: [95] 624-1221
e-mail: livrariavozesrr@terra.com.br
Boa Vista, RR

RS WILSON WILSON DISTRIB.

Fone: [51] 3224-3655 | Fax: 3221-5931
e-mail: wilsonwilson@terra.com.br
Porto Alegre, RS

SP DISTRIB. LOYOLA DE LIVROS

Atacado
Fone: [11] 3322-0100 | Fax: 3322-0101
vendasatacado@livrarialoyola.com.br

Varejo
www.livrarialoyola.com.br
Senador Feijó - Fone: [11] 3242-0449
Barão de Itapetininga - Fone: [11] 3255-0662
Quintino Bocaiúva - Fone: [11] 3105-7198
São Paulo, SP

SC LIVRARIA LIVROS & LIVROS

Fone/Fax: [48] 3028-2262 | 3028-6244
livroselivros@terra.com.br
www.livroselivros.com.br
Florianópolis, SC

outras lojas
Livrarias Curitiba
R. Fúlvio Aducci, 416 - Fone: [48] 248-6766
Shopping Beiramar • 1º Piso • lj. 247/248
Rua Felipe Schmidt, 60 - [48] 3271-6000
Florianópolis, SC

Shopping Müller de Joinville
1º Piso, loja 1 | Fone: [47] 451-8062
Joinville, SC

SE PAULO ESCARIZ

Fone: [79] 3217-3175
paulo@escariz.com.br - Aracaju, SE

TO LIVRARIA PALMAS CULTURAL

Fone: [63] 3215-3123
Palmas, TO

LIVRARIAS UNIVERSITÁRIAS

UNICAMP - Campinas, SP - [19] 3788-7786
EDUSP - São Paulo, SP - [11] 3091-4161
UNESP - Araraquara, SP - [16] 3301-6200
UEMS - Dourados, MS - [67] 411-9103
EDUFAL - Maceió, AL - [82] 3214-1111
EDUFSCAR - São Carlos, SP - [16] 3351-8137
EDUFU - Uberlândia, MG - [34] 3239-4293
EDUFAM - Manaus, AM - [92] 3647-4303
EDUEL - Londrina, PR - [43] 3321-3262
UFBA - Salvador, BA - [71] 3263-6164

sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da lingüística histórica.

Carlos Alberto Faraco, doutor em lingüística, é professor de língua portuguesa da Universidade Federal do Paraná, da qual foi reitor [1990-1994]. É autor de *Escrita e alfabetização* (1992); *Língua portuguesa: prática de redação para estudantes* (com D. Mandryk, 2001); *Linguagem e diálogo* (2003); *Oficina de texto* (com C. Tezza, 2003); *Prática de texto* (com C. Tezza, 2001); organizou *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (Parábola Editorial, 3.ed., 2004); *Uma introdução a Bakhtin* (1988) e *Diálogos com Bakhtin* (1996).

Esta é uma introdução aos estudos lingüísticos históricos, que tem como primeiro público-alvo os estudantes de graduação em letras. Ela oferece um panorama dos estudos da mudança lingüística visando despertar o interesse pela história da(s) língua(s).

Mas *Lingüística histórica* se destina igualmente ao público em geral, a qualquer pessoa interessada pelo fascinante e ainda bastante misterioso fenômeno que é a mudança lingüística.

Ao lê-la, os leitores despertarão para a percepção da mudança lingüística, situando-a no contexto mais amplo da realidade heterogênea de cada uma das línguas humanas.